

SER, FAZER E ACONTECER
MULHERES E O DIREITO À CIDADE

AUTORIA COLETIVA



SER, FAZER E ACONTECER
Mulheres e o direito à cidade

SER, FAZER E ACONTECER
Mulheres e o direito à cidade

SOS CORPO
Recife, 2008

Ser, Fazer e Acontecer: mulheres e o direito à cidade

Autoria coletiva

Organização

Taciana Gouveia

Colaboração

Simone Ferreira

Projeto gráfico e editoração

Natália Paes e Flávio Pessoa

Produção executiva

Fátima Ferreira

Impressão

Gráfica Brascolor

S 481

Ser, fazer e acontecer: mulheres e o direito à cidade / Taciana Gouveia (Org.), Simone Ferreira (colab.). – Recife: SOS COR PO – Instituto Feminista para a Democracia, fev. 2008.
p 170

Autoria Coletiva

1. Questões urbanas 2. Sociedade I. GOUVEIA, Taciana (org.)
II. FERREIRA, Simone (Colab.)

CDU 396

sumário

- 7 **Apresentação**
ÉDIEN PANTOJA
- 11 **Forma Urbana e relações de gênero**
ROSSANA BRANDÃO TAVARES
- 24 **A violência doméstica no contexto urbano**
JOSEFA FRANCISCA DE LIMA, MARIA DA CRUZ REIS E MARIA DA LUZ FONSECA
- 35 **O cajueiro amigo - Reflexões sobre o impacto dos despejos na vida das mulheres**
MARIA LETÍCIA OLIVEIRA E MARIA DE LOURDES DA SILVA BARBOSA,
COM PARTICIPAÇÃO DE BETH FERREIRA
- 60 **O Plano Diretor Participativo e o direito das mulheres à cidade**
RENATO CYMBALISTA, PATRÍCIA DE MENEZES CARDOSO E PAULA FREIRE SANTORO,
COM PARTICIPAÇÃO DE JANE CASELLA
- 76 **De dona de casa para dona da casa: os diversos papéis exercidos pelas mulheres nos processos de regularização fundiária de ocupações urbanas**
JOÍSA BARRETO E MARTA REBOUÇAS
- 96 **O movimento de reforma urbana e sua relação com o movimento de mulheres**
ALDEBARAN MOURA, GRAÇA COSTA E JOÃO GOMES
- 113 **Plataforma Feminista da Reforma Urbana - do que estamos falando?**
REGINA FÁTIMA C. F. FERREIRA
- 142 **Entrevistas com conselheiras do Conselho Nacional das Cidades**

apresentação

A presente publicação sobre gênero no espaço urbano sob o título “Ser, fazer e acontecer: Mulheres e o Direito à Cidade”, é o resultado de um processo de formação de dois anos realizado pelo SOS Corpo, organização parceira do programa urbano da Oxfam GB no Brasil, que desempenhou o papel de assessoria ao conjunto dos parceiros desse programa. Este grupo de parceiros foi constituído pelas seguintes organizações: FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, FAMCC - Federação das Associações de Moradores e Conselhos Comunitários do Piauí, Cearah Periferia - Centro de Estudos Articulação e Referência sobre Assentamentos Humanos, Movimento dos Conjuntos Habitacionais – MCH, Instituto Pólis, FNUR – Fórum Nacional de Reforma Urbana. O objetivo foi de apoiar esse grupo na construção de suas capacidades no que diz respeito à análise da realidade e das dinâmicas urbanas sob uma perspectiva de gênero.

Discutir a questão urbana por si só é um desafio, dada a complexidade do tema e a pouca apropriação sobre o significado dessa questão para a superação da pobreza e das desigualdades na sociedade brasileira. Trazer para essa discussão a questão de gênero nos colocou outro desafio, o de construir uma análise/abordagem que fosse para além do campo tradicional da discussão de gênero. Ou seja, não pensar apenas as mulheres e a provisão de serviços, mas o significado deste elemento e de uma maior participação política das mulheres na vida urbana e conseqüentemente os resultados dessa inserção em relação à diminuição das desigualdades no Brasil.

Dessa forma, o processo pedagógico adotado partiu do pressuposto que um olhar mais investigativo sobre as práticas de cada uma das organizações e os espaços onde elas atuam trariam elementos suficientes para entender as relações de gênero no espaço urbano, sob a perspectiva da busca de uma maior igualdade nas relações de poder entre homens e mulheres.

O processo de formação foi realizado através de várias oficinas. Importante ressaltar, que esse processo esteve conectado à realidade de trabalho das organizações, tanto que, em muitos momentos as oficinas foram também espaço de articulação política de uma agenda de intervenção para a questão de gênero em outras redes e espaços do movimento de reforma urbana do Brasil.

A elaboração dessa proposta de formação foi realizada em conjunto com os parceiros do programa urbano da Oxfam, assim como o monitoramento e a avaliação intermediária e final. Esse elemento contribuiu fortemente para uma maior responsabilização de todos(as) em relação aos resultados esperados do projeto. É importante também dizer que, de forma especial, se verificou entre os parceiros, uma vontade e por que não dizer, um desejo real de aprofundar o entendimento sobre o tema no espaço urbano definindo ações concretas durante o processo de capacitação que pudessem impulsionar um maior avanço dessa discussão nos espaços onde as organizações atuavam, na revisão de suas práticas e de forma mais indireta em suas próprias organizações.

Para a Oxfam “Gênero” é um dos elementos estruturadores da realidade e como tal deve ser efetivamente considerado nos processos de desenvolvimento.

Gênero não é uma questão de ordem técnica, é uma questão política. A inclusão da abordagem de gênero nos programas e campanhas da Oxfam é um mandato institucional.

Este livro representa o esforço de cada organização parceira em refletir sobre sua prática a partir da ótica de gênero. O processo de elaboração desse livro contou, com uma riqueza de debates e discussões realizadas durante as oficinas e com a experiência pessoal de cada participante, elemento que agregou uma riqueza de questões e contribuiu para aprofundar as reflexões.

O livro trata de alguns temas importantes para um maior empoderamento das mulheres e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Esperamos que este livro, além de inspirar outras iniciativas, seja amplamente divulgado e utilizado como material de referência para o desenvolvimento e aprimoramento de nossas práticas e para um maior avanço da questão de gênero no contexto urbano.

Aproveito esse momento para agradecer ao SOS Corpo, especialmente a Taciana Gouveia, educadora responsável por esse belo trabalho e a todas e todos participantes desse processo de formação, pela dedicação, vontade e abertura em fazermos algo novo e construir esse resultado. *PARABÉNS !!!!!*

ÉDIEN PANTOJA

Coordenadora do Programa Urbano – Oxfam GB



Forma urbana e relações de gênero

Rossana Brandão Tavares¹

O texto, de modo inicial, aponta alguns desafios com relação ao debate de gênero e ao espaço urbano, segundo a perspectiva feminista, no sentido de oferecer algumas reflexões sobre como as relações de poder entre homens e mulheres interferem no atual modelo de desenvolvimento das cidades e como são interferidas por ele. Dessa forma, pretende-se abordar três questões centrais: as relações de gênero, a temática da *forma urbana* e, de modo geral, a problemática das cidades brasileiras frente às desigualdades nos dias de hoje, para que possamos analisar como o próprio papel da mulher, ressignificado pela sociedade urbana, tensiona os processos de desigualdade de gênero no espaço urbano.

Um primeiro desafio, para iniciar algumas reflexões e aproximações com o debate do direito à cidade e das questões de gênero, é dimensionar os aspectos convergentes que possam facilitar o entendimento e as proposições pela garantia da efetivação do exercício da cidadania. Partiremos pelo fim, ou seja, pela problemática urbana. Não porque seja o resultado dos processos das relações de gênero, ao contrário: o urbano está sempre em movimento e, por isso, nunca há um resultado propriamente dito. Mas o urbano decorre de uma infinidade de processos e relações que podem nos servir como pano de fundo para iluminar o foco desse trabalho: as mulheres na cidade.

A desigualdade social, num primeiro momento, é algo facilmente identificável e incontestável e, por essa razão, é estrutural pautar o debate político por esse viés. No entanto, ao referir-se às desigualdades de gênero, há uma tendência para centralização e priorização das questões de produção de bens e serviços e acesso a eles, quando, na verdade, as

¹ Técnica da FASE RJ

desigualdades tanto de gênero quanto de etnia/raça também são estruturantes, ou seja, se pensarmos no corpo humano como a sociedade, as desigualdades de gênero são também o seu esqueleto.

De modo geral, as cidades brasileiras são fruto de uma lógica discriminatória e segregadora, caracterizando a precariedade da vida urbana, desde o âmbito da vida privada (moradia, família) até o da vida pública (transporte, trabalho, etc.). Para as mulheres, a escassez territorializada — traduzida na precariedade da infra-estrutura urbana, nos contrastes espaciais e na opressão social — se manifesta em violência, distinções no acesso aos recursos públicos, aos serviços urbanos, ao trabalho, entre outros. Com isso, por mais que homens e mulheres partilhem da mesma condição social, as mulheres sempre estarão em uma posição desfavorável, pois ambos vivenciam diferentemente o cotidiano *urbano*. Isso porque há um conjunto de fatores culturais, simbólicos, normativos, institucionais e de “subjettividades sexuais” que radicalizam a forma desigual com que as mulheres são inseridas nas cidades (MACEDO, 2002).

É sempre um desafio delimitar a problemática urbana, principalmente, a partir das desigualdades de gênero, uma vez que as contradições permeiam as relações de gênero desde o âmbito das formas de apropriação do espaço urbano até as relações de poder, delimitadas pelas forças de dominação presentes (social, simbólica e política). Diversas dinâmicas e práticas urbanas mostram como os processos de produção do espaço revelam a ausência de uma preocupação social e política relacionada às desigualdades entre homens e mulheres. Por muitas vezes, quando são propostas ações afirmativas nesse sentido, as concepções são sempre fragmentadas e superficiais, o que demonstra o posicionamento político usual sobre a questão.

Tomando, inicialmente, o debate acerca do *urbano*, podemos afirmar que, atualmente, as políticas urbanas têm priorizado a lógica da produção do espaço *urbano* enquanto mercadoria (isto é, como se a cidade pudesse ser negociada na lógica da compra e venda e da oferta e procura) e de acordo com as diretrizes de uma política econômica financeirizada (capital financeiro) em um mundo que prioriza formas desiguais de globalização da economia, da política e dos costumes, ou seja, sempre há alguém que tira mais vantagem que o outro, a partir

de um falso discurso de distribuição de riquezas pelo globo terrestre. Nesse sentido, a radicalização das desigualdades socioespaciais imprime uma *forma urbana*² (encontro, reunião, simultaneidade e centralização de todos os objetos e sujeitos existentes e possíveis) perversa às mulheres, trazendo novos (e reforçando antigos) desafios na busca pela igualdade de gênero. Além disso, é preciso destacar o papel que as políticas urbanas têm tido na reprodução das desigualdades de gênero, pois elas estão delimitadas pela mesma lógica masculina de viver a cidade: homem–produção e mulher–reprodução. Assim sendo, poderíamos indagar sobre uma questão: *as mulheres pensariam de modo diferente a forma urbana das cidades?*

Antes de tentarmos responder a essa pergunta, é importante inicialmente delimitar alguns marcos teóricos em que estamos nos baseando. Num primeiro momento, há de se convir que o título do texto nos conduz a uma imagem sobre como as aparências das cidades retratam as relações de gênero. Porém o intuito é “pular a cerca” das concepções mais superficiais para adentrar no entendimento do modo como a cidade concebe o seu espaço *urbano*, ou seja, sua *forma urbana*.

Embora o que vemos nas cidades sejam formas acabadas (calçadas, ruas, postes, casas, prédios, árvores, viadutos, pontes, canais, veículos, pedestres, poluição, degradação, limpeza, ornamentação, etc.), a cidade é um grande caldeirão de processos reunidos num só espaço. A simultaneidade e a centralização talvez sejam as principais características do *urbano*. Por ser o *encontro de todas as criações* (LEFÈBVRE, 2004), o urbano guarda, em sua dinâmica, criações positivas e negativas do sistema capitalista vigente e formas espontâneas de apropriação dos espaços que também são regidas, de maneira ou de outra, pelo mesmo sistema. A reprodução capitalista se estrutura, atualmente, na desigualdade e na diferenciação do acesso a todos os tipos de bens, seja materiais, seja imateriais. Com isso, a *forma urbana* de uma cidade tem, como questão estrutural, o modo como o sistema em vigor exerce seu poder sobre o território.

Os *percursos e discursos* (LEFÈBVRE, 2001 e 2004) são diferenciados nas cidades e, por isso, o processo de produção espacial deve ser considerado para que saibamos entender a realidade urbana e, assim,

² Que não se limita apenas às características formais do espaço.

desviar do esquema, forma (geométrica), estrutura e funções urbanas, para que possamos, então, entender o modo como a cidade se desenvolve e se organiza. Isso não quer dizer que as cidades tenham formas lógicas de se desenvolver e se organizar. Certamente, todas as suas características e dualidades representam uma noção de equilíbrio das forças dominantes que, no espaço *urbano* das cidades, atualmente, se materializa em contrastes gritantes: grandes extensões de bairros precarizados em relação às suas centralidades, proliferação de favelas e ocupações irregulares. Ou seja, a dualidade (noção de equilíbrio) da dinâmica de acumulação capitalista é representada por marcantes contrastes espaciais de onde a imagem de um suposto equilíbrio “passa longe”. Nesse contexto, são as mulheres que se sentem mais isoladas das dinâmicas urbanas, tanto aquelas que vivem na periferia pobre como aquelas que estão na “periferia rica”, pois umas vivem na escassez que as oprime socialmente, e outras em uma reclusão de “contos de fada” (BISQUERT, 1995), segundo a lógica de dominação masculina de apropriação do hábitat.

Ainda hoje, o urbanismo como prática científica se dispõe a adotar medidas de ordenação do solo urbano de acordo com uma racionalidade e concepções preconcebidas (utópicas) que diferem, na maioria das vezes, dos *percursos* dos diferentes grupos sociais de uma determinada população. Apesar de finita, a prática urbana se revela segundo um número extenso de *percursos* que dificilmente conseguem enquadrar o *urbano*³ numa dinâmica de continuidades previamente planejadas, no sentido de constituir um movimento linear e crescente (i) de inserção dos “excluídos”, isto é, dos mais vulneráveis aos processos de produção, e (ii) de desenvolvimento urbano.

O termo *forma* geralmente implica a descrição de contornos, a determinação de fronteiras, da sua aparência, de seus ares e volumes. A redução da análise espacial ao *formalismo* implica a inconsistência da descrição de elementos formais: a linha curva e reta, as relações “interna-externa”, “volume-superfície” (LEFÈBVRE, 1974 e 2004). Se há uma conexão entre as relações sociais e espaciais, entre os lugares e os grupos sociais, é necessário estabelecer uma coesão, no caminho de uma modificação radical nas estruturas do espaço. A “preconcepção” de desenho

3 O urbano entendido como sinônimo de sociedade urbana (LEFÈBVRE, 2004).

dos lugares e da qualidade do espaço não delineará, de fato, o alojamento das relações sociais num espaço indiferente.

Nesse sentido, é conveniente deixar claro que o modo, a volumetria e a aparência de como a cidade se apresenta às mulheres e aos homens são conseqüências de todos esses processos e essas práticas urbanas. Isso quer dizer o quê? Que a cidade é a centralização de todas as prioridades e barreiras impostas pela sociedade urbana e, por conseqüência, do modelo de desenvolvimento vigente. Nesses termos, não nos parece difícil analisar quais tipos de estratégias urbanas têm sido primados e quais não são levados em consideração: alto padrão urbanístico nas centralidades das cidades (não só no centro do município, mas nos centros de bairros e distritos) e ausência de infra-estrutura mínima (considerando também um padrão técnico mínimo) nas periferias, ocupações e favelas.

Os impactos na vida das mulheres e dos homens em todos os níveis sociais são diferenciados, mesmo nos lugares mais favorecidos pelo modelo de desenvolvimento. Isso nos remete às diferenciações quanto às formas de apropriação e dominação do espaço. Sem adentrar na problemática teórica, podemos iluminar duas questões centrais. O *espaço dominado* é aquele em que se concentram instrumentos que norteiam as práticas urbanas e sociais; e o *espaço apropriado* deve ser aquele em que, mesmo inserido num contexto de dominação, se utilizam e se reproduzem socialmente, de forma diferenciada, aquelas práticas preconcebidas pela *sociedade urbana*. É difícil fazer esse tipo de classificação, visto que o território como um todo, ainda que não abrigue práticas urbanas, aparências e contornos “dominantes”, tem seu modo de apropriação como um contraponto, ou seja, uma oposição, como forma de sobrevivência, numa realidade opressora e dominadora, dos corpos e das mentes da sociedade. Por essa razão, pode-se dizer que uma determinada cidade, geralmente, obedece a uma mesma *forma urbana*, mesmo sendo os modos de apropriação do espaço diferenciados. Através desse entendimento, podemos iniciar algumas ponderações sobre as diferenças de uso do espaço urbano tanto pelas mulheres quanto pelos homens.

É inegável a hegemonia masculina, nos espaços do Poder Público, o que permite uma posição ideológica clara a favor de seus interesses como homens brancos, adultos, heterossexuais, ricos e católicos. No en-

tanto, o fato de haver ampliação da participação das mulheres nesses espaços não garante a implementação efetiva de mecanismos de controle social e de formulação de políticas a favor das reivindicações feministas, porque nem todas as mulheres compactuam com esses ideais, podendo, inclusive, vir a reforçar lógicas machistas.

De imediato, talvez haja uma dificuldade de pensar como seriam essas distinções ligadas à lógica de dominação do espaço urbano. Pensemos em um tema que está na “ordem do dia”: a violência urbana. A ausência de iluminação pública ou os precários projetos e equipamentos podem transformar ruas seguras durante o dia em ruas desertas e inseguras à noite. Uma iluminação pública deficiente pode facilitar a ação de assaltantes e estupradores, vitimando, principalmente, as mulheres. Associadas às diversas barreiras (como becos, terrenos baldios, muros altos, linhas de trem, rodovias, etc.), as ruas se tornam locais propícios à restrição da mobilidade (liberdade de ir e vir e do encontro fortuito ou intencional) das mulheres, principalmente ao anoitecer; mesmo que os índices de criminalidade mostrem o contrário, a própria sensação de insegurança limita o seu *ir e vir* pela cidade. Outro aspecto relacionado à violência urbana é a própria ação da polícia. A lógica da *guerrilha urbana*, em favelas ocupadas pelo tráfico de drogas, atinge, majoritariamente, jovens e mulheres, e medidas repressivas por parte dos policiais acabam terminando em tragédia. O que se vê é o surgimento de grupos como o Mães do Caju, uma associação de mulheres formada devido a um episódio relacionado ao assassinato de seis jovens da favela por policiais que chegaram assustadoramente atirando em uma praça⁴. Consequência: os seus filhos foram mortos, e são elas, as mulheres, que vão lutar por justiça. Além disso, casos como esse aumentam a sensação de insegurança no entorno imediato do espaço da moradia — a rua, o bairro.

A opressão social relacionada à violência permeia várias dimensões da vida das mulheres, inclusive a vida doméstica. O fato de ainda haver um número significativo de mulheres vítimas de seus maridos (ou de outros parentes, em menor número) traduz como o corpo e a vida das mulheres têm menor importância no âmbito da sociedade brasileira. A lógica da dominação do espaço é rebatida, também, em forma de

⁴ Fonte: Viva favela: http://www.vivafavela.com.br/public/cgi/public/cgilua.exe/web/templates/html_principal/view_0009.htm?editionsectionid=9&infoid=38184&user=reader

dominação do corpo feminino diferenciado do modo como esse poder impacta outros corpos. Quando isso se transversaliza para outros aspectos sociais, como a questão geracional ou étnico/racial, o conflito se mostra mais perverso.

Partindo para um debate que perpassa pelo espaço do trabalho feminino, nos dias de hoje, a maioria das atividades e responsabilidades domésticas ainda está a cargo das mulheres. Mesmo quando a mulher não está exercendo um trabalho remunerado, as tarefas domésticas são vistas como ajuda. Não há nenhuma lei ou regra formal que determine que o trabalho doméstico seja feito pelas mulheres. No entanto, seu cotidiano é marcado pela incumbência social de que as mulheres devem se ocupar das tarefas tipicamente domésticas e, inclusive, se responsabilizar unicamente (e muitas vezes, exclusivamente) pela educação dos filhos e das filhas. O problema não é o trabalho doméstico em si, mas como as diferenças fisiológicas determinam as distinções e justificam as desigualdades⁵. O poder exerce uma dominação sobre o corpo das mulheres que os homens não vivenciam. A pressão social sobre ele é principalmente para ser o provedor. Embora seja uma forma de opressão, é também a chave da autonomia psicológica, física e social do homem, diferentemente das mulheres quando chefes de família ou compartilhando os gastos domésticos com o companheiro. Ser também provedora não significa total autonomia da mulher.

Diante desses fatores levantados no âmbito das relações sociais nas cidades, pode-se dizer que as relações de gênero perpassam por quatro dimensões constitutivas⁶: a subjetiva (que parte do indivíduo), as normativas (que partem das regras e normas formais e subjetivas/simbólicas), as institucionais e as simbólicas (que partem da sociedade). Com essa idéia, não fica difícil entender o ciclo que se desenha.



⁵ Não há como negar que a maternidade demanda um empenho e uma atenção à casa e aos filhos, o que os homens, por questões culturais, abrem mão de vivenciar.

⁶ Fonte: 3ª Oficina de Gênero, promovida pela Oxfam, assessorada por Taciana Gouveia, em junho de 2006 (informação verbal).

É um ciclo ininterrupto que se reinventa a todo momento, pois, mesmo com a chamada *emancipação feminina*, esse ciclo se adapta às diversidades que tentam quebrá-lo, isso quer dizer que ainda não foram pensadas formas estruturantes a fim de anular esse ciclo vicioso.

Numa tentativa de responder à pergunta inicial do texto, é pertinente afirmar que tal questão nos coloca frente a um dilema. Se pensarmos num contexto de dominação histórica a partir de uma lógica hierarquizadora⁷, a esfera mental (reciprocidade e simultaneidade) e social (centralidade)⁸ do urbano põem as mulheres numa situação vulnerável frente às perspectivas de mudanças estruturais que reduzam as desigualdades de gênero nas cidades. Ou seja, da mesma forma que as ações políticas, nas quais os homens têm papel de destaque, têm sido extremamente fragmentadas, as mulheres podem vir a pensar as cidades também de modo superficial. Talvez na lista de prioridades estejam a construção de creches públicas, lavanderias públicas, a garantia de locais mais iluminados, mais policiamento (não ostensivo) nas ruas, etc. Contudo, considerar apenas esses fatores não garante, de fato, que estaremos no caminho de mudanças legítimas. Isso porque os pontos mencionados vêm de encontro à lógica conservadora de dominação das relações de gênero. Por exemplo, as creches e lavanderias não deveriam ser equipamentos arquitetônicos vinculados aos benefícios das mulheres, mas vinculados a uma perspectiva de garantia de direitos sociais, tanto para os homens quanto para as mulheres.

Num outro panorama, o das mulheres que têm consciência de sua situação vulnerável frente às relações de gênero nas cidades, a mesma dificuldade é enfrentada, pois estamos condicionadas a pensar políticas para as pessoas que produzem e reproduzem o espaço urbano, e não a transformar uma estrutura social desigual de classe e de gênero. Se tomarmos a bandeira da luta feminista relacionada à justiça social e

⁷ Ver GOUVEIA, Taciana. Mulheres: sujeitos ocultos das/nas cidades?

⁸ Lefebvre afirma que o urbano responde a uma dialética relacionada à sua capacidade de reunir as criações humanas: a simultaneidade e a reciprocidade relacionadas ao mental, e a centralidade relacionada às dinâmicas sociais, a qual podemos dizer que é consequência da esfera mental da sociedade urbana. O mental como resultado da hipervalorização da racionalidade masculina em detrimento de aspectos estimulados nas mulheres desde a sua infância: intuição, expressividade, sensibilidade e emotividade. Ver BISQUERT, Adriana. La ciudad como lugar y el lugar de la mujer, in BISQUERT; NAVARRO. Ciudad y mujer, actas del curso: Urbanismo y mujer. Nuevas visiones del espacio público y privado. Seminario Permanente – Ciudad y Mujer, Ed. Adriana Bisquert, Madrid, p.171–177.

à questão urbana⁹, são mínimas as diferenças com a plataforma de luta do movimento pela reforma urbana, inclusive como é apresentado o contexto que justifica os desafios a serem enfrentados segundo as duas plataformas.

Algumas questões demonstram o aprisionamento em que estamos colocadas devido à baixa capacidade política de enfrentar a problemática diagnosticada pelos dois movimentos, como, por exemplo:

- A importância de se focar as *ciudades*, tendo em vista o aumento significativo de brasileiros e brasileiras que vivem no espaço urbano (mais de 80%, de acordo com o IBGE).
- As desigualdades dos grupos sociais mais vulneráveis a partir dos cortes de gênero, racial, de classe, de idade/geração, de origem, de orientação sexual e religião.
- Os problemas relacionados aos serviços e à infra-estrutura urbana, num contexto de tendência de privatização induzida a efeito da política neoliberal.
- O contexto de especulação imobiliária afetando a promoção do direito à moradia, etc.

Por mais que pese a fragilidade da ação política feminista nos espaços institucionais de poder (democracia representativa), é preciso pensar numa transformação radical e estrutural dos símbolos e signos¹⁰ da sociedade que norteiam o lugar das mulheres na vida urbana. Certamente, ocupar os espaços de poder colabora para o processo de mudança. No entanto, o desafio posto é maior.

O compromisso, tanto do movimento feminista quanto do de reforma urbana, deve ser o de debater a *forma urbana* das cidades brasi-

⁹ Ver BRASÍLIA, D.F. Plataforma Política Feminista. Conferência Nacional das Mulheres Brasileiras, 6 e 7 de junho de 2002.

¹⁰ Isto quer dizer: as dinâmicas subjetivas que induzem às imagens, às concepções, à moral e à ética de uma sociedade.

leiras diante do contexto perverso de desenvolvimento econômico. Certamente, fazem-se necessários delegacias de mulheres, creches, lavanderias, parques e praças (que não considerem só as tradicionais quadras — ou campos de futebol — e os parquinhos para as crianças, mas, sim, espaços que promovam o encontro, o uso misto e diversificado), ações que garantam a sua moradia (programas habitacionais e de regularização), o acesso ao abastecimento de água, o esgotamento sanitário, etc. Contudo, é preciso extrapolar o debate em torno dos elementos diretamente relacionados à vida doméstica e às atribuições femininas para o debate sobre as políticas públicas urbanas que considerem, dentro do processo de desigualdade social, a problemática das relações de gênero. É preciso aprofundar o debate sobre o que seria o *direito à cidade* pela perspectiva feminista.

As mulheres estão maciçamente presentes nos mecanismos de democracia participativa, principalmente nos movimentos sociais, porém são poucas as líderes. As cidades não oferecem o mínimo de condições materiais e econômicas que colaborem para a promoção da emancipação das mulheres enquanto cidadãs. A *forma urbana* de nossas cidades evidencia as prioridades de consumo — baseadas nos desejos simbólicos dos homens brancos, adultos, heterossexuais, ricos e católicos — e a naturalização da assimetria entre homens e mulheres. Muitas ações ditas como de “promoção de igualdade social” são reformistas e colaboram para concretizar a lógica capitalista de produção do espaço urbano. As dinâmicas e práticas urbanas de apropriação do espaço são negligenciadas, mas poderiam nos servir de base para pensar numa *forma urbana* emancipatória.

O planejamento urbano na forma em que recentemente tem se tomado — Planos Diretores municipais — é um avanço, em termos mais gerais, do ponto de vista da legislação urbanística e do ordenamento e uso do solo. As Conferências das Cidades têm avançado quanto à participação das mulheres e em algumas proposições com recorte de gênero (política de cotas, garantia da titularidade da terra urbana). A Lei Maria da Penha (nº 11.340/06), como mecanismo de coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, demonstra as conquistas do movimento feminista diante da opressão masculina. Entretanto, se lermos os artigos presentes neste livro, perceberemos os grandes desafios a serem superados. A garantia à habitação, ao saneamento ambiental e ao

transporte público de qualidade resolve apenas uma parte do problema. A cidade continuará regida pela lógica da dominação, em dimensões que vão desde o espaço privado (casa) até o espaço público, partindo do princípio de que a realidade urbana se processa, inicialmente, no seio do espaço da moradia.

A centralidade da mulher é evidente na vida urbana. Por exemplo, as mulheres vêm definindo sua importância na administração da escassez nos grupos domésticos de baixa renda. “No desempenho desse papel, as mulheres articulam redes de parentesco e apoio mais amplos, que significam não apenas a mobilização de recursos materiais”¹¹. Além disso, é evidente como o projeto da aquisição da casa ganha centralidade na vida das mulheres, já que esse é o seu lugar no mundo, é onde ela tem importância social e simbólica. Assim como o urbano, a vida das mulheres é delineada pelo espaço privado, da moradia, e, por isso, a *forma urbana* das cidades reflete as desigualdades de gênero. A dualidade entre direitos e deveres se confunde pelo fardo de se responsabilizar pelo bem-estar dos que estão em sua volta, já que *servir* é a palavra de ordem tanto no espaço da moradia como no do trabalho e no da sua memória coletiva. Historicamente, sua identidade com a cidade é pautada segundo as regras dos homens. Sua história é escrita pelo pai, pelo irmão, pela mãe, pelo marido, pelos filhos, pela mídia, pela política.

É preciso que vislumbremos as cidades a partir de uma verdadeira igualdade, pactuada conforme um senso de identidade e reciprocidade em comum. Ainda é preciso que iluminemos a necessidade de ações afirmativas que favoreçam as mulheres, mesmo diante da lógica imposta, uma vez que as mulheres, mesmo redimensionando a sua própria existência cotidiana, sendo sujeitos de sua própria vida (MACEDO, 2002), são penalizadas. É preciso também repensar o modo como temos reproduzido o espaço urbano, constituindo uma *forma urbana* da criação, e não do consumo.

A cidade deveria ser a centralização criativa dos homens e das mulheres, pois, quando se cria o espaço, se criam laços afetivos que nos unem aos lugares onde se constituem a vida, a história e a memória individual e coletiva. Permite a convivência democrática, da solidariedade, do tempo do viver, de construir vivências e o sentido de pertencimento.

¹¹ MACEDO, 2002, p. 65.

Assim, desconsiderar as desigualdades de gênero na cidade é deixar de lado a possibilidade de modificar, na raiz, a estrutura que conforma as cidades. É necessário levar em consideração as experiências cotidianas das mulheres, uma vez que são elas que se responsabilizam e constroem o primeiro nível do urbano — a moradia.

As cidades estão se fortificando, isolando-se de si mesmas. A praça já não é mais o lugar do encontro, a rua já não é mais o lugar das crianças, a calçada está se tornando passageira... Deve-se estar atenta à tentativa de tornar a cidade um objeto a ser consumido, e não vivido. Por isso, a cidade deve ser criada coletivamente, por todos os sujeitos que nela vivem, para que se possa instituir um lugar dos homens e das mulheres.

BISQUERT, Adriana. La ciudad como lugar y el lugar de la mujer. In: BISQUERT; NAVARRO. *Ciudad y mujer; actas del curso: Urbanismo y mujer. Nuevas visiones del espacio público y privado*. Seminario Permanente – Ciudad y Mujer, Ed. Adriana Bisquert: Madrid, 1995, p.171–177.

BOSI, Ecléa. *Memória da cidade: lembranças paulistanas*. Estud. av., São Paulo, v. 17, n. 47, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000100012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 de julho de 2007. Pré-publicação.

BRASÍLIA, D.F. *Plataforma Política Feminista*. Conferência Nacional das Mulheres Brasileiras, 6 e 7 de junho de 2002.

GOUVEIA, Taciana. *Mulheres: sujeitos ocultos das/nas cidades?*, Recife, 2004. Disponível em: http://www.forumreformaurbana.org.br/_reforma/pagina.php?id=1057.

LEFÈBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 1974.

_____. Rubens Eduardo Frias (Trad.). *O direito à cidade*. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. Sergio Martins (Trad.). *A revolução urbana*. 1. ed. 2. Reimpressão. Belo Horizonte, UFMG, 2004.

MACEDO, Márcia. Relações de gênero no contexto urbano: um olhar sobre as mulheres. In: BUARQUE; SIMIÃO; MACEDO. *Perspectivas de gênero: debates e questões para as ONGs*. GT-Gênero. Plataforma de Contrapartes Novib/SOS CORPO Gênero e Cidadania: Recife, 2002, p. 56–79.



A violência doméstica no contexto urbano.

Josefa Francisca de Lima
Maria da Cruz Reis
Maria da Luz Fonseca

Este texto é dedicado a Jacinta de Aquino Monteiro Andrade, natural de Demerval Lobão/PI, dois filhos, um neto, filha (num total de oito irmãos/as) de Joana de Aquino Monteiro e Sabino Rodrigues Monteiro, que iniciou sua militância participando de Associação dos Moradores e logo veio integrar a direção da Famcc.

Jacinta Andrade, como gostava de ser chamada por todos/as os/as seus/suas companheiros/as, fazia parte da Equipe de Gênero, atuando exatamente no combate à violência contra a mulher. Na madrugada de 19 de junho de 2005, aos 40 anos, tornou-se mais uma vítima fatal da violência covarde que combateu durante sua militância, vítima do próprio namorado, que, depois do crime, ficou detido por apenas sete meses.

O caso de Jacinta nos mostra o quanto a morosidade da Justiça contribui para o alto índice de violência doméstica contra a mulher, já que muitas leis foram criadas, mas não são aplicadas.

*“Senhor, ela nos fará falta.
Pelo sorriso amigo,
Pela sua dedicação no combate
à violência contra a mulher.
E, no entanto, ela,
Justamente ela,
Foi uma vítima dessa violência.
Pela sua dignidade, honestidade,
Pela sua animação,*

*Pelas suas conversas divertidas,
Por suas palavras decididas na hora certa, oferecendo o
seu ombro amigo.
Senhor, ela representava alegria, e Tu nos levaste sem avi-
sar. Por que, Senhor?"*

PRECE ESCRITA PELAS COMPANHEIRAS DA FAMCC
QUANDO DA MORTE DE JACINTA.

Apresentação

Este texto foi elaborado pela Equipe de Gênero da Federação das Associações de Moradores e Conselhos Comunitários do Piauí (Famcc-PI), com o objetivo de nos levar a uma reflexão sobre a vida das mulheres e suscitar o debate para potencializá-las e fortalecer outros grupos, criando, assim, mecanismos de combate à violência doméstica contra as mulheres¹.

O texto trata sobre a violência doméstica contra a mulher, mais especificamente nas comunidades organizadas pela Famcc. Foram entrevistadas três mulheres vitimadas pelos mais diversos tipos de violência por parte dos companheiros e/ou pela falta de políticas públicas voltadas para as mulheres.

A não-implementação das políticas públicas já existentes tem desarticulado algumas mulheres com as quais trabalhamos, no que diz respeito às denúncias de agressão; no entanto, percebemos também que algumas dessas mulheres já conseguiram ou estão se libertando do domínio machista. Esse processo mostra ainda as dificuldades encontradas na realização da luta em favor das mulheres no dia-a-dia, enquanto trabalhadoras exploradas e injustiçadas em várias dimensões.

Na perspectiva de mostrar a realidade vivida, a Famcc entrevistou três mulheres, residentes nas comunidades onde atua. A partir de suas falas, verificamos que vivem sérios problemas enquanto mulheres, mães, companheiras e trabalhadoras. Das três entrevistadas, apenas uma não participa de organização, mas todas elas demonstram uma visão mui-

¹ Foram entrevistadas: Itelvina Maria Evangelista – residente na comunidade Nova Teresina, dona de casa, 34 anos, Ensino Fundamental incompleto; Joana de Aquino Monteiro – dona de casa, 70 anos, não alfabetizada; Nega Mazé – viúva, 63 anos, 6 filhos, 13 netos, professora aposentada, militante da Famcc e do Movimento de Mulheres, Conselheira Nacional das Cidades (representando o Poder Público Estadual do Piauí) e gerente adjunta da Penitenciária Feminina de Picos.

to ampla sobre os direitos das mulheres. Isso aumenta nossa esperança e nos convoca a avançarmos no processo de mobilização e organização.

Tentamos enfocar a realidade dessas mulheres diante da violência sexual doméstica, bem como identificar os fatores que interferem nessa situação, procurando ressaltar que, na maioria das vezes, as suas reações têm muito a ver com o meio em que vivem, relações sociais de gênero, cultura, religiosidade e relações de poder.

Desenvolvimento

A violência tem vários sobrenomes: *doméstica, racial, de gênero, preconceituosa, moral, sexual, psicológica, patrimonial, física, familiar, institucional*. No entanto, não importa qual o sobrenome que se dê ao ato, ele continua sendo violência, e o mais grave é que o alvo quase sempre é o mesmo, as mulheres, e isso independe de cor, raça, formação, classe social, grupo, sigla partidária, etc.

Hoje, pautar e discutir a violência contra a mulher dentro do contexto urbano tem sido um desafio constante para nós dos movimentos sociais e, em especial, para o movimento comunitário. Esse desafio se torna ainda maior quando nos deparamos com a violência doméstica contra a mulher, que consideramos a forma mais perversa entre todos os tipos de violência. Apesar disso, verificamos que ainda existe um tabu/preconceito por parte dos próprios movimentos em pautar esse tema no interior das suas discussões.

A maioria dos quadros dirigentes da Famcc, considerando toda a sua história, é formada por mulheres, muitas delas se destacaram no mundo da política com o desafio de trazer horizontes e garantia de inclusão social para as pessoas mais empobrecidas, e isso tem ajudado a avançar as discussões em torno dos temas que envolvem as mulheres, apesar de ainda existirem muitas resistências e incompreensões. A Famcc, além de ter instituído um programa de gênero no seu plano de ação, também participa de coletivos municipais e estaduais que trabalham questões relativas às mulheres.

Nesse sentido, tem procurado freqüentemente pautar o tema da violência contra a mulher nas atividades realizadas em articulações de entidades feministas e espaços públicos de participação junto ao Poder Público.

Considerando que nosso espaço de atuação são as associações de moradores e os conselhos comunitários, nos chama a atenção o fato de que as mulheres sempre participam em maior número e que a maioria delas já foi e/ou é violentada de diferentes formas. Essa constatação nos levou a pensar formas de intervenção junto às comunidades, tendo como foco principal a mulher na relação com o parceiro, com o objetivo de ajudar a mulher a conquistar seu lugar e seu espaço na sociedade.

Diante do desafio de intervenção, é necessário conhecer não apenas as mulheres, mas também as suas histórias. Ao percorrermos as comunidades, percebemos que a maioria das mulheres são “viúvas de maridos vivos”, já que os mesmos mantêm relações extraconjugais, no entanto, a esposa, companheira, tem de fingir que não sabe o que se passa, nem pode encontrar outro companheiro e quando algumas delas se separam dos seus companheiros têm de criar sozinhas seus/suas filhos/as “órfãs/os de pais vivos”, já que o pai nem ao menos arca com as despesas. Esse fator tem muito a ver com a cultura e religiosidade, como destaca uma de nossas entrevistadas.

“Ele nunca me bateu, mas não havia companheirismo. Ele bebia muito, jogava e raparigava, não me ajudava a cuidar dos filhos, mas nunca pensei em me separar dele, porque fui criada sem pai, conformada com a situação de muitas vezes não ter o que comer, e tem também a questão do princípio: eu prometi no altar ficar com ele até a hora que Deus chamar um dos dois. Ele é o homem da minha vida e sempre vai ser.”

JOANA

Infelizmente é freqüente encontrarmos casos, como o de uma das nossas entrevistadas, em que a mulher é violentada sexualmente por repetidas vezes, até mesmo dentro de casa, pelos seus familiares, ocasionando marcas eternas na sua condição de vida.

“Na década de 1980, eu estava em uma festa e arrumei um namorado, mas não queria transar com ele; então,

ele me estuprou e depois os amigos dele também. Além da violência sexual, tem também a vergonha, porque eles ficavam me xingando, me humilharam também. Depois disso, ainda teve o meu padrasto. Ele trabalhava à noite, e minha mãe, durante o dia. Uma vez, eu cheguei de uma festa e fui dormir. Quando ele chegou, minha mãe já tinha saído para trabalhar. Ele foi até o quarto onde eu estava dormindo e começou a me acariciar, quando eu acordei e reagi, ele me mordeu, então eu corri para a casa da minha avó. Ele também fez isso com minha irmã de dez anos. Quando contamos para minha mãe, ela não acreditou e me expulsou de casa. Minha irmã teve que arrumar um namorado para ele parar de perseguir”

ITELVINA.

Encontramos também casos em que a mulher se vê obrigada a viver com o companheiro agressor mesmo sendo maltratada e violentada, porque ele se aproveita da situação de a sua companheira não trabalhar fora de casa, (em muitos casos, o próprio companheiro não a deixa trabalhar) exatamente para ela continuar submissa a ele.

O mais grave é que essa rotina se reproduz, pois os/as filhos/as crescem achando que o homem tem que agir dessa forma desrespeitosa tanto com suas companheiras quanto com os/as filhos/as. Essa atitude vem contribuindo também para o aumento do grande número de mães solteiras que em sua maioria são meninas entre 12 e 18 anos. Uma das entrevistadas destaca essa preocupação:

“Converso muito com elas, procuro orientá-las, aconselho a estudar bastante, procuro ser uma mãe presente para elas e para meu filho também, para que eles/as sejam esforçados/as e não tenham que morrer nas cozinhas alheias”

ITELVINA

Dentre os vários riscos sociais a que estão expostas as mulheres empobrecidas e vitimadas pela violência sexual, não podemos deixar de citar a questão da saúde, especialmente em relação às mulheres que, pela

situação de pobreza, são obrigadas a garantir a sobrevivência pela troca constante de parceiros, correndo o risco de contrair doenças graves.

“Fui ser garota de programa por necessidade, me sentia mal, evitava ir para lugares onde havia mulheres casadas e jovens namorando, para não causar constrangimentos, mas precisava fazer para sustentar meus filhos. Muitas coisas me fizeram deixar de ser garota de programa, mas a principal delas foi o medo. Um cliente de uma das meninas que trabalhava comigo morreu de Aids. Ela transava sem camisinha e depois disso ela continuou trabalhando lá, muitas pessoas saíram de lá depois disso, e também eu estava gastando tudo que ganhava só pagando passagem de ônibus e não estava mais compensando”.

ITELVINA

Em geral, a situação das mulheres que moram nas periferias das cidades grandes e médias, como é o caso de Teresina/PI, é marcada pelo aprisionamento aos afazeres domésticos e ao companheiro. As mulheres são vitimadas várias vezes, principalmente pela situação econômica precária, baixa escolaridade e dependência do companheiro, sendo levadas a terem um grande número de filhos/as e a viverem em função desse conjunto de dificuldades.

“Tive 15 filhos, mas só 9 nasceram vivos, eu nunca planejei engravidar, mas também nunca quis fazer ligação ou usar comprimido para evitar, deixei vir até a hora que Deus mesmo me ligou. O Sabino nunca me ajudou a cuidar dos filhos. Uma vez, em 1964, quando a Jacinta tinha três meses, eu consegui um dinheiro para comprar açúcar e massa, dei o dinheiro para o Sabino ir fazer as compras e, como ele tava devendo bebida no comércio, então o dono do comércio pegou o dinheiro e não deu as compras. Quando ele voltou para casa já bêbado, eu perguntei pelas compras, e ele me respondeu: “Se eu tivesse trazido compra, tu não tava vendo na minha mão?” Isso me deixou muito sentida, mui-

to mal, foi aí que eu conheci Santa Clara, que me ajudou a superar esta dificuldade e outras que vieram depois. Às vezes, não tinha comida o suficiente para dar aos filhos, então eu dividia o que tinha, depois passava a mão na panela suja duas vezes e lambia, tomava um copo de água e ia dormir e, no outro dia, acordava forte e cheia de esperança. Eu até já trabalhei fora de casa apanhando arroz, não pra ganhar dinheiro, ganhava legumes; além disso, fazia o serviço de casa também. Sempre tivemos uma vida muito difícil, só criava minhas filhas até dois anos, depois mandava para a casa das madrinhas ricas porque eu não tinha condições de dar comida, eu sabia que lá elas iam ter o alimento e o estudo; os filhos homens ficavam para ajudar na roça.”

JOANA

A violência doméstica contra a mulher tem sido apontada como uma das principais causas de adoecimento e morte de mulheres adultas. Joana, uma das nossas entrevistadas, é mãe de vítima de violência sexual seguida de morte, pois sua filha, Jacinta Aquino, que foi dirigente da Famcc e militou na luta pela organização das mulheres, foi brutalmente assassinada.

“Eu nem sei explicar direito, foi uma perversidade, uma violência, ele diz que foi por amor, mas quem ama não faz a perversidade que ele fez com ela, não. Ele é um psicopata. Quando eu soube o que tinha acontecido, naquele momento, eu pedi a Deus que me desse muita força e que iluminasse os caminhos dela naquela hora que ele tava sufocando ela, mas pedi também que ele pudesse sentir a mesma dor que eu estava sentindo. Hoje, sabendo que ele já está solto, sinto-me muito doída, acho que a justiça deveria trabalhar com mais cuidado, para que ele não ande por aí cometendo a mesma morte com a filha de outra mãe, mas eu não tenho ódio dele, tenho nojo, teria cuspidido na cara dele. Mas, se hoje ele me dirigir a palavra, eu respondendo, porque não se nega a fala a ninguém”

JOANA

Podemos perceber que a maioria dos casos de violência doméstica urbana está nas periferias (vilas e favelas) e quando nos referimos à violência urbana não podemos deixar de mencionar as drogas, os roubos e a ação dos vândalos, que também ameaçam as mulheres e, de forma muito direta, as que vivem nas periferias.

“Uma vez, um marginal tentou guardar um produto roubado na minha casa, ameaçou meu companheiro e acabou deixando o roubo lá em casa. No dia seguinte, eu mandei um recado para ele o ameaçando também, peguei o roubo e joguei fora. Agora ele foi embora da comunidade”

ITELVINA

No Brasil, foram implantadas, a partir de 1985, as Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher, incentivando as mulheres a denunciarem os crimes sofridos dentro de casa. No Estado do Piauí, ainda existem municípios em que não foram implantadas as Delegacias da Mulher, o que dificulta muito nossa atuação na luta pelo fim da violência doméstica contra a mulher. A Famcc vem fazendo uma campanha pela criação de duas Delegacias da Mulher em dois municípios que têm atuação com o objetivo de tentar mudar o número de casos de violência. Contudo, as conquistas, aos poucos, vão sendo construídas, como afirma uma das entrevistadas.

“Em termos de conquista, sim, a conquista da Lei no 11.340 está sendo um grande avanço no combate à violência doméstica, mas também trouxe uma urgente necessidade de ampliar a luta para garantir os mecanismos jurídicos de sua aplicação. Isso sem esquecer a sensibilização e uma grande mobilização da sociedade como parceira importante nessa luta que requer uma certa urgência, para que possamos, com mais liberdade, interferir nas questões básicas. Para a transformação da sociedade, a liberdade é o principal instrumento da ação do ser humano”

NEGA MAZÉ

Em Teresina, capital, já existe a delegacia especializada trazendo à tona a complexidade do fenômeno da violência doméstica, mas infelizmente o medo e a vergonha aliados à carência dos serviços de saúde e das delegacias especializadas no atendimento à mulher em situação de violência impedem a denúncia. Uma das entrevistadas chama a atenção para o fato de a violência doméstica atingir todas as camadas sociais:

“A violência doméstica atinge todas as camadas da sociedade. Neste momento, eu não sei dizer onde é mais grave; na classe média alta, ela é camuflada entre quatro paredes. Já nas periferias, por causa da ação dos movimentos da Equipe de Gênero da Famcc e da União de Mulheres do Piauí, elas denunciam com mais frequência, e, a partir daí, constatamos que essas mulheres vêm sofrendo todos os tipos de violência imagináveis, tanto física quanto psicológica. Em um levantamento feito pelos movimentos que trabalham as questões de gênero com o apoio da Delegacia regional da Polícia Civil, constatamos que 25% das mulheres da região já sofreram algum tipo de violência, sendo que, deste total, 15% sofrem agressão física, muitas vezes culminando com a morte da vítima”.

NEGA MAZÉ

Na maioria das vezes, quando a mulher tem coragem de denunciar, sai de lá com uma grande expectativa, já que para elas o fato de ser incentivada a denunciar o agressor leva à expectativa de que, naquele momento, todos os problemas estarão resolvidos, o que não vinha acontecendo, por causa da morosidade da justiça e por conta da não-resolução do problema. Grande parte dessas mulheres não consegue sustentar a decisão também pelo fato de não encontrar o apoio necessário das pessoas mais próximas, como amigas ou amigos, vizinhas e nem mesmo da sua própria família, principalmente quando ela tem filhos/as do agressor, fica sempre o medo de não conseguir sustentar os/as filhos/as sem a ajuda financeira do companheiro (agressor). Terminam fraquejando e voltando à delegacia para retirar a queixa, assinar um termo de convivência e, o que é pior, voltam a viver com o agressor!

Isso nos mostra de forma nítida que a criminalização da violência conjugal não dá conta dos fatores sociais, culturais e emocionais que permeiam as relações violentas e que não querem permitir que a mulher saia do lugar de submissão que lhe foi imposto ao longo dos tempos por nossa sociedade machista. Essa situação nos remete ao desafio de avançar no processo de organização e conscientização não só das mulheres, mas de toda a sociedade e, de forma muito especial, das mulheres que ocupam os espaços institucionais de poder.

“Esta discussão está sendo construída com muita lentidão. Resumidamente, é necessário investir na formação quanto à questão de gênero dentro dos movimentos para que possamos nos apoderar desses instrumentos de combate ao machismo dentro de nós e assumir uma nova postura frente à sociedade, além de investir na aplicação das normas, fruto da nossa luta, capacitar as lideranças priorizando a questão de gênero, não através de corporativismos, mas tentar modificar os movimentos tendo como eixo essa questão. Ela cabe dentro de todas as questões sociais. Não podemos falar de mudança da sociedade sem colocar a luta pela liberdade integral da mulher. É claro que já houve várias mudanças: ocupamos mais espaços de poder nos movimentos, os avanços no poder político. O resultado ainda é mínimo, mas já é visualizado, no entanto ainda é preciso uma definição maior de nossas bandeiras, principalmente no campo urbano, e se faz necessária uma conscientização de nossas gestoras, já que, infelizmente, nem todas têm os objetivos de luta bem definidos.

NEGA MAZÉ

Mesmo diante dos muitos desafios que temos pela frente, é importante reconhecermos, como disse uma das entrevistadas, as conquistas que já tivemos e procurar potencializá-las. Compreendendo que a organização tem sido a oportunidade de melhoria da condição de vida material e da consciência de muitas mulheres.

“Quando fiquei desabrigada por causa das enchentes em 2004, nós ficamos alojados em um ginásio e tínhamos a necessidade de nos organizarmos para conseguir nossas casas. A partir daí, não saí mais das lutas da associação. Hoje descobri em mim coisas que eu não sabia que era capaz de conseguir, qualidades que eu não sabia que tinha, conquistei minha casa própria, elevei minha auto-estima, hoje frequento todos os lugares sem nenhuma vergonha, e, nesse processo, a Famcc foi muito importante, me ajudou a obter mais informações, a me organizar, a elevar minha auto-estima, e isso não aconteceu só comigo, mas também com outras mulheres da comunidade”

ITELVINA

Daí reafirmarmos que nosso desafio de superar a condição de violência de vários tipos a que é submetida grande parte das mulheres implica a alteração da estrutura social, do modelo de produção do Estado, da sociedade e das políticas públicas; por isso, entendemos que o enfrentamento de todos os tipos de violência e, no caso, da violência sexual contra as mulheres, é parte da luta pela construção de uma nova sociedade em que a reforma urbana é uma necessidade urgente que desafia a todas/os nós.

As entrevistas nos trazem, de forma muito nítida, o fato de que muitos casos de violência doméstica são praticados dentro de casa por parentes, e o pior é que nem sempre o problema vem a público, para não sujar o nome da família. Geralmente esses casos são resolvidos de forma muito injusta, com a punição dada para a vítima, que além de ser violentada, tem de pagar. Casos como este são rotineiros dentro das vilas e favelas das comunidades do nosso estado, e nem todas as mulheres têm a oportunidade e coragem de romper barreiras fazendo valer seus direitos junto à sociedade e ao parceiro também, que é uma das etapas mais difíceis de ser conquistada.

“No início, foi difícil, no contexto social vigente, ainda à sombra da ditadura militar, mas fui vencendo aos poucos, tentando trazer minha família para a luta, depois de

fortes discussões, arranhões e cobranças até chegar no diálogo. Não demorou para juntos/as atingirmos um nível de consciência da necessidade da luta. Hoje, somos todos defensores dos Direitos Humanos e alguns de meus filhos/as também são militantes do movimento”.

NEGA MAZÉ

A competitividade no mercado de trabalho tem provocado alguns avanços para as mulheres e vem repercutindo até hoje em nossas famílias, quando ficou constatada a condição da mulher de, a partir do seu trabalho, ter uma renda igual ou superior à do companheiro, podendo assumir o sustento da família, dos filhos/as. Isso aumentou muito a violência doméstica contra a mulher em todos os níveis, pois algo que é bom para as mulheres certamente não é aceito pelos homens que ainda se vêem na posição de macho provedor da família. Essa é uma questão considerada a causa geradora de grande parte dos casos de separações e dos divórcios. Por outro lado, para a mulher, é muito gratificante estar ocupando cargos que antes eram tipicamente masculinos.

“Sinto-me muito bem, embora desafiada, às vezes, pela competição machista que tenta desqualificar a ação, tentando confundir diplomacia e respeito humano com falta de punho machista e gerador de violência que não ressocializa e denigre a auto-estima. Pra mim, estar trabalhando com mulheres vítimas de todos os tipos de violência me deixa feliz por ver aumentar, a cada minuto, o nível de consciência das companheiras e, às vezes, angustiada pela morosidade da justiça, o machismo mesmo, e ainda pela falta de políticas públicas de proteção à mulher. Na grande maioria dos casos, durante a denúncia, ela fica vulnerável e à mercê do agressor. Este fator faz com que muitas mulheres vítimas de agressão desistam da ação.”

NEGA MAZÉ

Hoje, com a conquista da Lei no 11.340 (conhecida como Lei Maria da Penha), que veio como uma ferramenta a mais na luta das mu-

lheres pelo fim da violência doméstica, destacamos algumas conquistas no que diz respeito ao nosso avanço no combate à violência, mas também veio à tona a necessidade de ampliar o debate e a luta para garantir a implementação das leis. Para isso, precisamos sensibilizar e mobilizar toda a nossa sociedade para esta luta, para que possamos, com mais liberdade, interferir nas questões básicas e assegurar às mulheres o direito de ir e vir, de estar com as pessoas que deseja, o direito de fazer suas escolhas sem o medo de sofrer os mais perversos tipos de agressão, fazer valer os direitos, observando que, para a transformação da sociedade, a liberdade é o principal instrumento da ação do ser humano.

Trabalhar o fim de todo e qualquer tipo de violência contra a mulher não deve ser uma luta apenas das mulheres organizadas, é algo maior, que precisa ser colocado em pauta por todos os segmentos da sociedade, pois diz respeito à qualidade de vida. E, quando falamos em qualidade de vida, nos referimos a uma cidade pensada para mulheres e homens de forma igual, onde os espaços de lazer atendam também às necessidades das mulheres, com unidades de saúde, creches, postos policiais, escolas, transporte, iluminação pública, detalhes aparentemente simples, mas que fazem uma diferença enorme em nossas vidas.

Já mencionamos no início que a violência tem vários sobrenomes e que não importa qual deles esteja sendo usado, isso não diminui a gravidade do ato. Da mesma forma e com um significado muito diferente, a mulher tem vários sobrenomes: *mãe, dona de casa, esposa, companheira, estudante, militante, líder comunitária, religiosa, profissional no mercado de trabalho*, e seja qual for o sobrenome que escolha usar — na maioria das vezes, usa mais de um —, ela continua sendo uma mulher que precisa se sentir segura e respeitada em todos os espaços em que se propõe a atuar. Não existe lei alguma que determine que o espaço destinado à mulher seja o interior de sua própria casa. É essa a conscientização que precisamos despertar nos homens e nas mulheres que militam nos movimentos urbanos, junto ao Poder Público e, principalmente, junto à Justiça, que, por sua morosidade, não trata de forma justa os casos de agressão que, muitas vezes, terminam com a morte da mulher e a falta de uma punição adequada para o agressor, como o caso de Jacinta, que nos foi empurrado garganta abaixo, em que o assassino já está solto pelo simples fato de ser um homem doente. Casos como esse é que deixam clara a urgência que temos em pautar, discutir e ga-

rantir junto à Justiça a implementação das leis que assegurem a punição de todos os casos de violência doméstica contra a mulher. Dessa forma, estaremos garantindo que a cidade seja, de fato, pensada para mulheres e homens.



O cajueiro amigo: Reflexões sobre o impacto dos despejos na vida das mulheres.

Maria Letícia Oliveira
Maria de Loures da Silva Barbosa
com participação de Beth Ferreira

“Foi ai que me deparei com uma família morando numa praça, tendo como casa apenas um cajueiro amigo e como cama os bancos da praça”.

DONA LETÍCIA, MILITANTE DO MCH - MOVIMENTO DOS
CONJUNTOS HABITACIONAIS

Apresentação

O texto que se segue foi construído a partir dos escritos e de entrevistas com duas militantes do MCH - Movimento dos Conjuntos Habitacionais: Dona Letícia Oliveira e Dona Lourdes Barbosa.

D. Letícia tem 64 anos, é mutuária da Caixa Econômica pela compra de um imóvel, no Conjunto Santa Helena, na periferia de Fortaleza. D. Lourdes tem 59 anos, também é mutuatária da Caixa, pela compra de um imóvel no Conjunto Sítio Córrego, no Mondubim também na periferia da cidade. Ambas integram o MCH. D. Lourdes desde 1997 e D. Letícia desde 1999.

O MCH surgiu a partir de uma grande mobilização promovida pela AMCOS - Associação de Moradores do Conjunto São Cristóvão em 1995, que reuniu 28 conjuntos habitacionais populares de Fortaleza numa manifestação para evitar ações de despejos de suas casas e negociar o valor da prestação das mesmas com os órgãos responsáveis. O movimento é constituído por pessoas que, assim como D. Letícia e D. Lourdes, se organizam no MCH com um objetivo comum: conseguir a

casa própria através dos programas habitacionais dos governos federal, estadual e municipal que financiam habitações em longo prazo.

Dona Letícia e Dona Lourdes participam ativamente do movimento, atuando tanto nas mobilizações, assembléias, núcleos nos bairros/conjuntos habitacionais, bem como representando o MCH em diversas atividades e espaços públicos de negociação, como audiências públicas, conselhos, conferências, etc. Foi a partir do olhar dessas duas militantes sobre o impacto do despejo na vida das mulheres que este texto foi escrito.

A construção do texto se deu em diversas etapas. O ponto de partida foram as primeiras histórias escritas durante as oficinas desenvolvidas no Projeto de Institucionalização de Gênero do Programa Urbano da Oxfam. Posteriormente, novas histórias foram escritas em encontros com a consultoria e também foram feitas algumas entrevistas com as duas militantes, para complementar informações. Este material foi sistematizado, apresentado e discutido em um novo encontro com D. Lourdes e D. Letícia e com dirigentes do MCH. Uma nova sistematização foi feita e colocada em debate durante uma outra oficina da Oxfam (junho de 2007), que teve como objetivo socializar e analisar os textos que estavam sendo produzidos para esta publicação.

Após esta oficina, uma nova sistematização foi feita e novamente socializada com D. Letícia e D. Lourdes, que reescreveram, complementaram e aprimoram suas histórias. Um último encontro ainda foi realizado com as autoras e a direção do MCH para socializar a versão semi-final do texto e fazer possíveis correções de informação.

Todo o processo de sistematização foi feito por Beth Ferreira, em diálogo com a assessora de gênero do projeto Oxfam, Taciana Gouveia. A assessoria optou por intervir o mínimo possível nos textos, fazendo apenas correções, complementando informações e organizando conteúdos. A linguagem das autoras foi mantida, fazendo apenas, quando necessárias, correções ortográficas e gramaticais nos textos.

O texto que se segue, portanto, é uma construção coletiva, mas que tem como principais sujeitos D. Lourdes e D. Letícia, que a partir de suas experiências de vidas, seja como mutuárias dos conjuntos habitacionais, seja como militantes do MCH, retratam a experiência das mulheres que enfrentam uma situação de despejo em uma cidade como

Fortaleza, que tem um dos maiores déficit habitacional do país. O texto está estruturado da seguinte forma: esta *Apresentação*, escrita pela consultora contrator para sistematizar o texto; em seguida vem “*O bota-fora*”, uma descrição de como ocorre um despejo, redigido a partir das entrevistas de D. Lourdes e D. Letícia e respeitando a linguagem por elas utilizada; depois se segue com *Quatro histórias de despejos*, escritas por D. Letícia, D. Lourdes e D. Adelaide; *O despejo na vida das mulheres*, novamente escrito a partir das entrevistas com D. Lourdes e D. Letícia apresentando a forma como elas observam o despejo vivenciado pelas mulheres; concluindo com *Despejo, mulheres e a construção da cidade*, um breve comentário escrito pela consultora sobre o impacto dos despejo na vida das mulheres como expressão das desigualdades históricas entre mulheres e homens na sociedade e na construção/apropriação da cidade.

Segundo o IBGE, Fortaleza é hoje a quarta maior cidade em termos de população do país, contando com 2.416.920 habitantes. A cidade enfrenta um crescimento populacional desigual e desordenado. Entre 1996 e 2000, enquanto a cidade inteira cresceu 2,17% (considerando o universo de 114 bairros que compõem a cidade), o Siqueira, bairro da periferia e com várias áreas de risco, teve um aumento populacional de quase 39%. O número de favelas em Fortaleza carece de dados oficiais, mas segundo a Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza (FBFF), a cidade conta hoje com 622 favelas espalhadas por toda a cidade, mas com concentração nas áreas periféricas. O número de áreas de risco, de acordo com a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil da Prefeitura de Fortaleza, em maio de 2007 totalizava o número de 103, distribuindo-se pelas áreas de inundação das bacias dos rios Maranguapinho e Cocó; Grande Pirambu; zona portuária; e mais alguns outros pontos isolados da cidade¹.

De acordo com a Habitafor - Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza - o déficit habitacional da cidade é da ordem de 140 mil moradias. Por outro lado, ainda segundo a Habitafor, estima-se que Fortaleza disponha hoje de cerca de 77 mil imóveis fechados. O déficit atinge não apenas pessoas de baixíssima renda, mas aquelas que recebem entre três e seis salários mínimos e vivem, muitas vezes, no sistema de co-habitação, por falta de condições para pagar o aluguel².

¹ Fonte: Jornal Diário do Nordeste, Caderno Cidade, 30/07/2007.

² Idem.

As condições de desigualdade social e econômica a que são expostas as mulheres pobres as colocam em especial situação de vulnerabilidade para enfrentar os problemas da vida urbana – déficit de moradia, baixa oferta de emprego, ausência ou baixa oferta de serviços coletivos como saneamento básico, água e esgoto, pavimentação de ruas, iluminação e transporte públicos, limpeza urbana, escolas e serviços de saúde. Além disso, ainda têm que lidar com problemas que lhes atingem de forma específica como a sobrecarga do trabalho doméstico e reprodutivo e a violência doméstica, que aliada à violência urbana as vulnerabiliza muito mais.

Este contexto de vulnerabilidades se agrava muito mais quando as mulheres se vêem numa situação de despejo – sem ter onde morar, onde guardar suas coisas, onde abrigar seus/suas filhos/as, onde proteger a si mesma. Assim, o objetivo deste texto é refletir sobre esta situação, tendo como referência a experiência de duas mulheres que acompanham, a partir de sua militância, muitos desses casos.

O “bota-fora”

É assim. Vem a falta de pagamento: das prestações da Caixa Econômica ou do aluguel. Geralmente o atraso vem por causa do desemprego. Da mulher, do marido, ou dos dois. Os juros são muito altos. Por isso, o valor de duas prestações normais é quase o valor de uma com atraso. Ai a pessoa atrasa mais uma, mais duas. Quando a pessoa arranja dinheiro pra pagar uma prestação, a Caixa não aceita, porque só recebe se for todas as prestações atrasadas de uma só vez.

Aí os mutuários vão lá, na Caixa, várias vezes tentar negociar. Imploram pra que eles dêem um jeito. Mas eles não querem nem saber. Daí que os mutuários, que são todos pobres, se aporrrinham, pegam o dinheiro e compram de comida, que não vão morrer de fome, não é?

Com 90 dias chega a carta avisando que vai para execução. O povo pensa: “ora, se eles não aceitaram quando eu fui lá pra pagar duas prestações, agora que eu estou devendo três, é que não dá pra pagar mesmo”.

Com 120 dias chega a “extra-judicial” informando que o imóvel foi pra execução e que vai ser leilado. As pessoas não comparecem,

porque a maioria não sabe sequer o que fazer. Na verdade, não têm o que fazer, não é? Porque não têm como pagar quatro prestações de uma só vez. E ainda uma quinta que já vai está para vencer. Ai o imóvel vai para leilão.

O pior é que tem aquelas pessoas que pegam suas economiazinhas, seu FGTS³ e fazem o lance no leilão. Se arrematar, fica a cargo da pessoa entrar na justiça pra tirar o mutuário que está morando no imóvel. Se no primeiro e no segundo leilão o imóvel não for arrematado, a Caixa mesmo compra e ela mesma entra na justiça pra tirar o mutuário. Esses são os imóveis adjudicados, que vão pra venda direta. Eles dizem que fazem isto porque aquele é um bem público, que deve ser vendido ao público. Mas se é público, por que não fica com quem precisa?

A Caixa diz que é um banco social. Mas ela não tem nada de social. Ela é um banco de negócios. O que ela faz é jogar pobre contra pobre. Porque quem compra um imóvel nesses conjuntos é outro pobre e que vai brigar na justiça para botar um pobre, desempregado, às vezes passando fome, para fora, na rua. Que vai ficar sem ter aonde morar.

É aí que entra o MCH, para defender o mutuário antigo. Porque eles não pagam não é porque não querem ou porque sejam desonestos. É porque perderam o emprego, ou adoeceram, ou tiveram um problema grave na família. Mas a Caixa, o governo, não têm o menor respeito, a menor consideração por essas pessoas.

O governo é o grande responsável pelo despejo, porque ele não garante os direitos de quem precisa. Tinha que ter um decreto proibindo despejar quem está desempregado ou passando por alguma necessidade. O certo era o governo criar um fundo de apoio para essas pessoas. Porque tem gente que deixa de comer, só pra poder pagar a prestação, com medo de perder a casa.

Quando acontece o despejo, é porque a coisa já está muito complicada. O imóvel que vai para despejo é de quem já tentou resolver o problema na Caixa e ela não aceitou. No caso das casas que são vendidas, tem todo um processo judicial, que é acompanhado pelo movimento. Mas muitos despejos são irregulares. Eles passam por cima da lei. Não avisam devidamente. E aí as pessoas são pegadas de surpresa. De noite, de madrugada, no final de semana. Só chegam na hora em que as pessoas não têm a quem recorrer. Isto é ilegal, é injusto e é desumano.

³ Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Quatro histórias de despejo ⁴

O cajueiro amigo

Escrita por Dona Letícia

A família de Fatinha e João morava em um bairro da periferia de Fortaleza, o Curió, contente porque tinha finalmente realizado o sonho da casa própria. Mas Fatinha e o marido começaram a passar por algumas dificuldades. Ele perdeu o emprego, ela trabalhava de diarista e não ganhava muito. Daí, para começar a atrasar a prestação do imóvel, comprado através da Caixa Econômica, não demorou muito. Foi quando um dia Fatinha foi surpreendida, pela manhã, pelos oficiais de justiça que vieram cumprir um mandado de despejo. Fatinha, apavorada porque estava só, com as duas crianças e grávida de quatro meses, pediu uma semana para deixar a casa. Disse que o marido chegaria em casa à noite e eles iriam procurar outro local para morar. Mas os oficiais são arrogantes, não deram atenção. Pegaram o pouco que Fatinha tinha e jogaram na praça, que ficava em frente à casa dela. Lacraram a casa e foram embora, sem se importar se estavam deixando uma família com crianças abandonadas em uma praça.

Eu tomei conhecimento deste acontecido através da minha neta, Beatriz, de apenas 6 anos de idade. Numa noite, em que ela foi dormir em minha casa, ela começou a chorar e me perguntava: Vovó, será que hoje vai chover? Será que vai fazer frio? Eu perguntei por que ela estava tão preocupada com a chuva, com o frio. Então ela me disse que tinha uma amiguinha que não tinha casa, que morava numa praça, ela e os pais. Eu fiquei curiosa e no outro dia, quando fui deixá-la na casa da minha filha, tentei saber melhor dessa história. Foi aí que me deparei com uma família morando numa praça, tendo como casa apenas um cajueiro amigo e como cama os bancos da praça.

Eu fiquei indignada com aquela situação e, como eu era militante do MCH - Movimento dos Conjuntos Habitacionais, fui à luta para tentar resolver o problema daquela família. A primeira coisa que fiz foi ir

⁴ Todas as histórias aqui relatadas são verídicas, mas os nomes utilizados são fictícios (com exceção da história de D. Adelaide, escrita de próprio punho), com o objetivo de preservar a privacidade das pessoas envolvidas.

ao Conselho Tutelar, para buscar proteção para as crianças, pois elas não podiam continuar lá, daquela maneira: sem casa, sem comida, na maior precariedade. O Conselho Tutelar foi até a praça e depois de verificar as condições, decidiu recolher as crianças a um abrigo, onde pudessem ser alimentadas e freqüentar a escola. Foi muito difícil convencer a Fatinha a deixá-las ir, pois além da saudade que ia sentir, ela tinha muito medo de perder as crianças, de que elas fossem roubadas ou que o governo não as devolvesse. Só aceitou depois que um advogado garantiu que ela não ia perder seus direitos sobre o filho e a filha. Ai ela assinou um termo que dizia que as crianças ficariam no abrigo por um prazo de 120 dias; que ela e o marido poderiam visitá-las duas vezes por semana e que, enquanto isto, ela e o marido deviam buscar conseguir uma nova casa para morar.

E foi isto o que fizemos. No dia seguinte eu fui até a Habitafor (Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza), um órgão da Prefeitura. Conversei com os técnicos e técnicas, com uma coordenadora, expliquei toda a situação para todo mundo. Disseram para eu voltar uma semana depois com o casal. Passado este prazo, fomos lá. Chegando, Fatinha e João passaram um bom tempo conversando com a presidente e a equipe e saíram contentes, com o compromisso de que sua família ia ser incluída em um programa habitacional da Prefeitura, que estava sendo desenvolvido no bairro Mondubim, em sistema de mutirão.

Como Fatinha estava grávida, só João entrou no trabalho do mutirão. Isto nos dias em que ele não estava fazendo seus “bicos” aqui e acolá. Fatinha, mesmo grávida, também continuava a trabalhar como diarista. Trabalhou até o dia em que começou a sentir as dores do parto e foi levada para a maternidade para ter a criança. Era um lindo menino! Mas ai, a casa no Mondubim já estava quase pronta e logo, Fatinha, João e as outras crianças puderam voltar à morar em uma casa de verdade. Para esta família se lutou, se buscou e se fez a diferença!

Mas é importante dizer que se eu não fizesse parte do movimento de luta pela moradia, eu não poderia ter ajudado de verdade esta família. Se eu não participasse do MCH, eu não teria sabido como agir, aonde ir procurar ajuda. Eu não ia saber do direito de toda pessoa e toda família de ter uma casa para morar e, principalmente, eu não ia saber lutar por esse direito.

Uma história de despejo

Escrita por Dona Adelaide

Meu nome é Adelaide, meu marido se chama Antonio José. Moramos em um imóvel localizado na Rua 01, casa 295, Conjunto Sítio Córrego, no Mondubim, durante 13 anos. Esse imóvel foi comprado diretamente na Caixa Econômica Federal, através da Construtora Mota Machado, em nome de meu cunhado.

Pagamos o imóvel durante anos. Depois, ficamos com dificuldades de pagar as prestações, quando meu marido ficou desempregado. Por isso ficamos inadimplentes. Foi quando a Caixa retomou o imóvel em 2002.

Pouco tempo depois veio o programa de quitação para todos os imóveis, independente de quem estava ou não atrasado. Recebemos, através dos Correios, uma carta da Caixa Econômica para comparecer à agência da Caixa localizada na Rua do Rosário, no Centro. Qual foi a nossa surpresa ao chegarmos lá e falarem para nós que não podíamos quitar o imóvel, pois o mesmo já havia sido quitado. Ficamos desesperados, sem saber o que fazer. Acionamos um advogado, que nos deu algumas orientações. Ficamos morando no imóvel até 2005.

Nós só conhecemos a pessoa que havia quitado o imóvel em 2005. Foi quando no dia 28 de janeiro desse ano, por volta das 7 horas da manhã, chegou na minha casa um oficial de justiça, acompanhado por dois policiais, dizendo que nós teríamos que desocupar o imóvel, pois o mesmo não mais nos pertencia. Só então ficamos sabendo que a pessoa que quitou o imóvel era uma funcionária (terceirizada) da Caixa Econômica.

Pedimos um prazo de 2 horas para poder arranjar um local para colocar os móveis. Falaram que o tempo que eu tinha eram 30 minutos. Ou eu saía por bem ou eles iriam usar a força policial. Fiquei desesperada, sem saber o que fazer, pois no momento o meu marido se encontrava desempregado.

Fui muito humilhada. Esse será um dia que nunca mais na minha vida vou esquecer. Colocaram meus móveis no meio da rua. Tive a ajuda dos vizinhos e, o mais importante, a ajuda de Deus. Tenho duas

filhas que na época tinham 5 e 13 anos. Elas acordaram assustadas e choravam muito. Fiquei morando de favor por um tempo [numa garagem] e no momento estou morando com minha mãe.

Tudo pelo que eu e minha família passamos, eu não desejo a ninguém. Sei que tem justiça no mundo. Se a justiça dos homens falhar, mas a de Deus com certeza não falhará. Está sendo muito difícil relatar novamente esses acontecimentos. Me faz lembrar momentos muito difíceis, que só com Deus em nossas vidas, aos poucos estão sendo superados.

Até hoje tenho processo na justiça e no Ministério Público. Passaram-se dois anos e ainda não se resolveu nada. Mas tenho fé que um dia a justiça será feita.

Um grito de alerta: uma história de luta e resistência contra o despejo

Escrita por Dona Letícia

Era o mês de julho de 2004. Férias. Estávamos toda a Coordenação do MCH feliz, vibrando porque iríamos viajar, ficar um tempo fora, longe de tudo e de todos. Porém, no dia 14 de julho, pela manhã, fomos convocados/as para mais uma reunião. Chegando lá, fomos ao Conjunto Bandeirante, onde nos deparamos com uma família desesperada, chorando, abandonada em uma praça. Ana Maria, Daniel e Leonardo (o filho de 8 anos), tinham sido despejados. A casa em que moravam havia 13 anos, foi leiloada pela Caixa Econômica Federal sem que a família soubesse.

A casa estava no nome do Daniel, marido de Ana Maria, que tinha comprado a casa junto o pai dele, que tinha morrido já fazia algum tempo. Assim que o pai morreu, Daniel procurou a Caixa Econômica para tentar resolver a questão, colocar a casa só no nome dele e até ver como quitar. Pois com a morte do pai, a casa ficava quitada pela metade. Mas os/as funcionários/as da Caixa não entregavam a documentação. Daniel conta que foram meses ele indo lá, tentando negociar e nada. Era só enrolação. Ai ele se cansou e desistiu de ir lá. Jamais podia imaginar que a sua casa pudesse ser vendida pela Caixa, sem ele nem a Ana Maria serem informados.

O oficial de justiça e os policiais chegaram bem cedo. Ficaram lá fora, esperando a hora do marido de Ana Maria sair. Ele tinha aca-

bado de arranjar um emprego informal lá em Caucaia, que é um município vizinho. Por isso ele tinha que sair muito cedo, por volta das 4 ou 5 horas da manhã. Nesse dia a Ana Maria foi com ele até o local onde ele pega o transporte, junto com um colega. Na volta ela avistou o entregador de leite, que vinha chegando e ficou esperando com o portão entreaberto.

Foi nessa hora que chegaram o oficial de justiça e os policiais. Porque eles sempre fazem assim. Chegam quando as mulheres estão sozinhas. Em horário que elas não podem recorrer a ninguém, que os órgãos estão todos fechados. Chegam ou de madrugada, ou de noite ou no final de semana. Eu fico me perguntando: porque será que oficial de justiça trabalha no final de semana, de noite, de madrugada? Só pode se para pegar as pessoas desprevenidas, não é? Para dificultar a ação do movimento, que não pode recorrer na justiça.

Também não sei porque eles são tão violentos. Com a Ana Maria eles chegaram e já foram chutando o portão, para que ela não tivesse chance de fechar. E não quiseram conversa. Foram logo jogando tudo fora, todas as coisas dela, eles jogaram na rua. Ela diz que a pior parte foi quando eles pegaram a bicicleta do Leonardo, o filho dela com necessidades especiais. Nessa hora ele começou a chorar desesperado. Ela pediu que pelo menos a bicicleta eles não jogassem não, deixassem que ela mesma tirava. Ai o policial respondeu que “lugar de louco não é aqui não, é no asilo; se quiser eu chamo uma viatura”. E jogou a bicicleta na rua. Rapidinho eles jogaram tudo fora e lacraram a casa.

Naquele momento ela nem imaginava que quem tinha comprado a casa era um advogado, vizinho dela, que morava bem em frente. Todo dia ele ia comprar pão na padaria caseira que ela tinha montado na parte de frente da casa. Os filhos dele brincavam com os dela. Só ficou sabendo depois. Isto a magoou muito. Mas mais forte do que a mágoa, foi a indignação dela e de todo mundo com a Caixa Econômica, que vendeu uma casa com uma família morando dentro. Ela, o filho e o marido tiveram que ficar no meio da rua durante semanas. Mas não ficaram sozinhos não, porque a gente, do MCH e de outros movimentos, estávamos lá, junto com ela, lutando.

No dia em que chegamos lá, era um sábado, final de semana, mês de julho, o fórum de justiça em recesso. Estava toda a comissão do MCH

junta. Sentamos e fomos pensar o que iríamos fazer. Pensamos rápido, não se pode parar. Mãos à obra. Fizemos um acampamento de lona no meio da praça. Numa parte, fizemos um quarto para as crianças; e no restante, para a gente e para quem chegava.

Para a Ana Maria, isso tudo era mais difícil. Além do desespero de estar sem casa, tinha que ficar ali com um monte de gente. Tinha que cuidar do Leonardo, sem ter as mínimas condições necessárias. Todo dia de tarde ela se angustiava, porque ele queria tomar banho não de balde d'água, que ela ia pegar numa torneira na casa de uma vizinha, mas na sua casa. Era nessa torneira, no meio da calçada, que ela lavava a louça. Para tomar banho, ela ia muitas vezes na casa de uma vizinha, mas como não se sentia à vontade, preferia ir para a casa da mãe dela, em outro bairro, tendo que pegar ônibus.

Esse “bota-fora” durou 27 dias e 27 noites, onde corremos atrás de justiça. Mobilizamos o Cedeca e o Conselho Tutelar, por causa da situação do Leonardo e da discriminação que ele tinha sofrido. Foram dias incansáveis. Noites intermináveis. Muito sofrimento. Pela falta da casa, da comida, da dormida, enfim, tudo.

Até que, numa tarde linda, estávamos no Cambeba, o Centro Administrativo do governo, onde fica o Tribunal de Justiça. A sala do juiz estava cheia, com crianças, homens e mulheres sentados por todo canto. Foi quando o homem do poder assinou a tão esperada reintegração de posse do imóvel. Finalmente a família de Ana Maria, Daniel e Leonardo voltava para a sua casa. Enfim, a vitória! Gritamos, batemos palmas. Esquecemos que estávamos em um fórum. Fomos postos para fora pela polícia. Mas ali, tudo valia. Acima de tudo, estávamos felizes demais, era tudo que o MCH e as pessoas que nos acompanhavam queriam: um final feliz.

A casa “embrião” de Maria

Escrita por Dona Lourdes

Maria comprou uma casa “embrião” pela Caixa Econômica, no programa PAIH-Plano de Ação Imediata para Habitação. Trabalhou anos para pagar as prestações em dia e sustentar seis filhos menores, mesmo com

dificuldade. Com o passar do tempo, as coisas foram ficando difíceis. Então, Maria começou a atrasar as prestações de sua casa. Ficou inadimplente. Passaram-se meses e esta mulher, com muita dificuldade, começou a trabalhar dia e noite para juntar dinheiro para ver se conseguia botar em dia suas prestações.

Com muita luta conseguiu juntar o valor da prestação. Então, ela foi até à Caixa Econômica, pensando que iria resolver seu problema. Nada foi como ela pensava. A Caixa Econômica não recebeu suas prestações em atraso. Com muita tristeza essa mulher passou a lutar, andando nos órgãos competentes para ver se conseguia resolver seu problema. Mas os anos foram se passando e num determinado dia, quando ela menos esperava, acordou com um oficial de justiça e a polícia em sua porta, com uma ordem de despejo. Foi o maior clamor dessa mulher que não tinha para onde ir com seus filhos.

Pegaram todos os pertences da casa e colocaram em três furgões, sem embalar nada. Era jogando os móveis como se nada estivesse acontecendo. Até hoje essa família se encontra nas casas de parentes. As crianças ficaram com traumas por conta do tamanho da violência.

A história da Maria não é diferente da história de muitos mutuários que adquiriram imóveis no início da década de 1990, através do financiamento da Caixa Econômica Federal pelo PAIH, que era direcionado para a população de baixa renda. Mas esse tipo de financiamento oferecido pela Caixa não refletia os valores reais dos imóveis, que foram repassados pelas construtoras superfaturados e que foram construídos com materiais de baixa qualidade.

Por motivo do valor elevado das prestações, um grande número de mutuários começou a atrasar os pagamentos das prestações. Porém, ao tentarem junto à Caixa Econômica regularizar os seus débitos, não conseguiam porque os funcionários da Caixa diziam que os imóveis haviam sido adjudicados pelo Banco Financeiro de Habitação.

Em 2000, incentivados e orientados pelo MCH, os mutuários começaram a recorrer à Justiça Federal, reivindicando os seus direitos. Então, a Procuradoria da República do Estado do Ceará solicitou da Caixa Econômica o levantamento de custo dos imóveis financiados por diversos planos por essa instituição e foi constatado que entre eles, as do PAIH haviam sido superfaturados e que em 2001 tinham o valor de

cerca de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e a maioria já havia concluído o pagamento do imóvel. Ai o governo federal autorizou a quitação através do pagamento de 12% do saldo devedor desses imóveis, que consistia no valor de R\$ 594,00 (quinhentos e noventa e quatro reais). Esse valor foi estendido a todos e todas, sem exceção: tanto para quem estava adimplente, como em inadimplência.

Mas para a maioria o sonho de quitar sua casa não se realizou. Quando iam procurar a Caixa Econômica, chegando lá ficavam sabendo que o seu imóvel já havia sido vendido ou leiloadado para um terceiro, que tinha quitado pelos mesmos R\$ 594,00. Para os novos donos, a Caixa num instante providenciava a documentação de posse do imóvel. Ai este entrava na justiça comum e promovia o despejo do mutuário ou ocupante antigo. E este, que foi quem fez benfeitorias no imóvel, quem pagou prestações durante anos, este não teve o direito de pagar os R\$ 594,00. Foi colocado pra fora, fora de sua casa que ele lutou tanto pra conseguir.

O despejo na vida das mulheres⁵

Para as mulheres, moradia é bem de primeira necessidade. Por isso, quando elas se vêem ameaçadas de perder esse bem, ficam desesperadas, entram em pânico e até adoecem. Tem muitas mulheres que baixam no hospital. Teve até quem já tivesse começo de derrame.

É muito duro, lutar tanto pra conseguir sua casa e depois perder. Às vezes é um negócio bem pequenininho, como as casas “embrião”, tão pequenas que “não cabe nem um jumento dentro”. Mas é tão importante para a gente. Só de saber que é nossa! E perder! E ser jogada na rua, não ter pra onde ir. Porque, geralmente, a família é muito pobre ou está todo mundo desempregado. Ai elas ficam no meio da rua. E as mulheres e as crianças são as que ficam mais desprotegidas.

A maioria das mulheres envolvidas nos despejos tem perto entre 30 ou 40 anos (algumas são mais velhas, têm 50 ou 60 anos). Geralmente elas são separadas, viúvas ou “juntas”. A maior parte delas tem filhos: dois, três, quatro, até mais. Ai está a maior dificuldade,

⁵ Este trecho foi sistematizado a partir das entrevistas com Dona Leticia e Dona Lourdes

porque elas têm que se preocupar de arrumar a vida de alguém – das crianças. Elas sofrem mais por causa dos filhos. Porque mulher tem mais amor aos filhos. Ou mais preocupação, mais responsabilidade. Homem é mais desapegado. Às vezes até se separa quando as coisas ficam difíceis.

Na maioria das vezes, quem bota o pé, a mão e o corpo inteiro na luta mesmo para reconquistar o imóvel é a mulher. As mulheres vão mais à luta para conquistar a moradia. Tanto que a gente é maioria no movimento. Nas assembléias nos bairros, a maioria é mulher que comparece. E nas mobilizações, nas ocupações, nos atos que a gente faz.

Muitas vezes, quando uma família está sendo despejada, as mulheres da vizinhança se juntam e não deixam acontecer o despejo. Fazem até “barreira humana” para a polícia e o oficial de justiça não entrarem na casa.

Já com os homens é diferente. Eles geralmente se preocupam menos e são mais acomodados. Alguns acreditam que o processo de despejo não vai dar em nada. Acham que ninguém vai botar eles pra fora. Outros, enquanto as coisas estão boas, eles ficam. Mas quando aumenta o conflito, a batalha mesmo pra segurar a moradia, muitos deles vão é embora. Alguns voltam depois que as coisas se ajeitam, quando elas conseguem a casa. Ah, mas aí tem a hora da “revanche”! Algumas delas não aceitam eles de volta, não. Elas contam com a maior alegria que mandaram eles voltarem da porta.

As mulheres se envolvem mais na luta porque para elas a “posse” da casa é mais importante. Elas têm maior preocupação em não perder o lar. Porque, quando acontece o despejo, são as mulheres que ficam com os filhos e as filhas. São elas que se preocupam com a segurança e união da família. Os homens podem procurar outro lugar para ficar. Eles se arranjam em qualquer lugar, porque é só ele. Mas a mulher, é ela e os filhos.

Por isso essa ação da prefeitura de Fortaleza, de colocar a titulação da casa no nome da mulher está certa. E também o Cadastro Único, que impede de vender ou trocar o imóvel. Assim, na separação do casal, que acontece muito, a imóvel já fica no nome da mulher. Que é quem fica com os filhos. Hoje, até a Caixa Econômica já se preocupa em

colocar a titulação no nome da mulher. Ela considera mais vantajoso exatamente porque protege da venda no caso de uma separação⁶.

O problema é que muitos homens não querem aceitar. Por causa do machismo, que é grande, eles brigam com as mulheres. Alguns até batem nas esposas e companheiras ou então, começam difamar, caluniar e acusar as mulheres de infidelidade. Dizem que elas colocam a casa no nome delas porque estão querendo “arranjar outro homem” e botar dentro da casa, ou que querem ficar livres para poder ficar com qualquer um. Isto magoa muito as mulheres. Elas ficam muito sentidas.

Não dá pra saber exatamente quem são essas mulheres. Para se proteger ou para conseguir apoio, elas inventam várias histórias. Algumas dizem que são casadas, mas quando a gente vai ver é mãe solteira ou vive junta. Outras dizem que estudaram, que têm nível médio, mas a maioria mesmo só tem o fundamental. E às vezes nem isso. A verdade é que elas tentam sobreviver de qualquer jeito! Como podem.

Os oficiais de justiça e a polícia sempre acham que as mulheres são mais frágeis, mais fáceis de assustar. Por isso que geralmente eles vão fazer os despejos quando a mulher está sozinha em casa, só com as crianças. Eles sempre chegam bem cedinho, de noite ou nos finais de semana – sexta-feira à noite, por exemplo. Ai os órgãos estão todos fechados, nós dos movimentos já estamos em nossas casas e não se tem a quem recorrer.

Quando é a mulher que está em casa, os oficiais já chegam com violência. Quebram logo o cadeado, vão gritando “tira, tira”, jogando tudo na rua. Até comida eles jogam fora. Uma vez um deles jogou a comida de um bebê fora. Deve ser para humilhar e assustar a mulher. Ela fica logo fragilizada. Fica como medo, por ela e pelas crianças.

Já quando é com homem, eles chegam mais educados. Pedem licença pra entrar na casa. Talvez porque os homens respeitem mais outro homem. Quando tem homem em casa os oficiais dizem que vão levar as coisas para um depósito, não saem jogando tudo no meio da rua não.

⁶ A titularidade do imóvel no nome da mulher é uma ação afirmativa que vem sendo reivindicada há muito tempo pelos movimentos sociais (especialmente o de mulheres) em todo o Brasil. Em 2005 foi aprovada a lei 11.124, do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, que determina que a titularidade dos imóveis concedidos pelo poder público seja, “preferencialmente” no nome da mulher. Desde então, alguns estados e municípios começaram a adotá-la como orientação nas políticas de habitação para a população de baixa renda.

É interessante que quando é uma oficiala de justiça, uma mulher, ela geralmente age diferente. São mais ponderadas, às vezes consideram o pedido de tempo. Mas avisam que vão voltar “com outras pessoas” (os policiais) e que elas não têm controle sobre eles. E pede pra mulher dar um jeito de sair. Elas têm mais consideração pela mulher, pela família.

Mas elas sofrem também, as coitadas! Algumas contam que quando vão fazer um despejo que tem homem em casa, eles muitas vezes não respeitam elas, não. Mandam elas irem procurar um “trabalho de mulher” e deixar de fazer “trabalho de macho”. Eles ameaçam soltar os cachorros nelas e algumas ficam com medo e vão embora. Depois elas voltam com a polícia (com policiais homens). E o pior é que elas ainda sofrem com as piadas dos colegas homens do trabalho.

De todo jeito, é a mulher que sofre mais com o despejo. Principalmente a mulher pobre, que depende do marido, que é submissa ao homem. A mulher pobre não tem pra onde ir. Na maioria das vezes a mulher ou está desempregada ou vive de um bico, de um trabalho informal. Muitas delas são costureiras, diaristas, lavadeiras.

A mulher de classe média não tem tanta dificuldade, não é tão afetada pelo despejo como a mulher pobre é. Teve a vida diferente; tem como sobreviver. E mais fácil pra ela arranjar emprego, arranjar para onde ir.

Mulheres, despejo e a construção desigual da cidade

O despejo, além de retirar de forma violenta de muitas famílias a moradia pela qual tanto lutaram, viola direitos, provocando impactos sociais, econômicos e também subjetivos. Vergonha, humilhação, desespero se somam às condições precárias e às vezes subumanas a que famílias inteiras são submetidas. Se não contarem com a solidariedade e generosidade de parentes e vizinhos/as – que cedem um quarto, uma garagem, uma sala ou um vão qualquer da casa –, muitas famílias se vêem obrigadas a viver de baixo de pontes, viaduto ou em praças e ruas.

A vivência desta experiência, no entanto, não é a mesma para mulheres e homens, como bem demonstram as histórias e relatos de D. Letícia e D. Lourdes. O despejo tem um impacto na vida das mulheres

que expressa a forma como a sociedade organiza e estrutura as relações entre mulheres e homens. Mais que diferenças, esta forma de organização da sociedade (e da cidade) expressa e reproduz desigualdades, segregações, opressão e exploração.

A estrutura das relações entre mulheres e homens tem historicamente se baseado numa divisão sexual do poder e do trabalho que determina que o privado, o doméstico, é o espaço por excelência “das” mulheres (onde elas *devem* estar). E o público, o espaço por excelência “dos” homens (do qual eles são os *donos*). A casa, o doméstico, é visto como o lugar da família e da reprodução – sobre as quais as mulheres são responsabilizadas quase que exclusivamente. A rua, o público, é visto como o espaço do trabalho e da produção, “naturalmente” ocupado pelos homens – mas que recentemente as mulheres teriam decidido disputar.

No mercado de trabalho, no entanto, a força produtiva das mulheres é explorada – para fins de acumulação capitalista – tanto através da desigualdade salarial entre mulheres e homens (por se considerar o rendimento das mulheres como meramente complementar ao do homem), como pela utilização de supostas “habilidades especiais” das mulheres e também, ou talvez principalmente, pela negação do trabalho doméstico como criador de valor⁷. Isto leva a que as mulheres acabem por ocupar profissões de menor prestígio e baixa remuneração ou mesmo serem empurradas para o mercado informal, onde, além do baixo rendimento, a “insegurança social” as deixa desprovidas de direitos trabalhistas básicos.

É enquanto os homens estão na rua (em tese, trabalhando e *produzindo*), que os oficiais de justiça chegam nas casas onde estão as mulheres (em tese, “cuidando” da família e, portanto, *reproduzindo*) para realizar o despejo. Vistas geralmente como “mais frágeis”, as mulheres são o alvo preferencial desses profissionais, que acompanhados de *força* policial as expulsam de casa. Sob o uso da violência simbólica e a ameaça da violência física, tendo seus móveis e utensílios jogados na rua, as mulheres são subjugadas e também “jogadas fora” como mais um objeto.

⁷ MACEDO, Márcia. “Relações de Gênero no contexto urbano: um olhar sobre as mulheres” in: *Perspectivas de Gênero: Debates e questões para as ONGs*. Recife: GT Gênero - Plataforma de Contrapartidas Novib / SOS CORPO Gênero e Cidadania, 2002.

Mas não sem resistência. Se as mulheres são maioria absoluta nas frentes de ocupações de terrenos e prédios, nas mobilizações de reivindicação por políticas de moradia e na chamada “base” dos movimentos de luta por reforma urbana⁸, são elas também que enfrentam e resistem ao despejo mais fortemente – seja os delas próprias, seja o de outras mulheres (como quando fazem barreiras humanas para evitar a entrada do oficial de justiça e da polícia). Um indicador dessa maior resistência das mulheres ao despejo, talvez seja o fato de que, nos casos de ação judicial acompanhados pelo MCH, a maioria dos processos tenha como rés as mulheres – provavelmente porque elas procurem mais o movimento do que os homens.

De um modo geral, atribui-se esta maior determinação das mulheres na luta pela moradia por seu vínculo mais estreito com a família. A casa simbolizaria para as mulheres a garantia do abrigo e proteção para a família – especialmente para os/as filhos/as. Certamente, não se pode negar que a divisão sexual do trabalho, acima citada, aliada ao modelo de maternagem e paternagem que se consolidou nos últimos séculos, colabora para que “as mulheres se sintam excessivamente responsáveis” com os/as filhos/as e para que estes/as assumam uma grande centralidade na vida das mulheres⁹.

A casa, no entanto, não representa apenas este lugar de acolhimento e proteção para a família. De um modo geral, a casa representa para as mulheres a esperança de ter finalmente um lugar próprio, delas, onde elas se realizem¹⁰. No caso das mulheres pobres, a casa tem uma importância ainda maior, uma vez que para estas, tanto quanto espaço da reprodução ou o “lugar privilegiado da realização da família”, a casa é o espaço da produção e do trabalho. Excluídas ou subordinadas no

⁸ Estas informações foram fornecidas pelos/as integrantes do MCH, pelos profissionais do Escritório Frei Tito de advocacia popular (que assessora os movimentos de luta pela moradia em Fortaleza) e pelas pessoas que participam do GT de Gênero da Oxfam.

⁹ MACEDO, op. cit.

¹⁰ Mesmo que, como diz Francoise Collin, isto não passe de uma ilusão, pois a casa, ao invés de se configurar em “um teto todo seu” (para citar Virgínia Woolf), ou em um lugar de “privacidade” para as mulheres, se constitui, sobretudo, em um lugar de “privação”. Exatamente porque a casa é sempre pensada como o lugar do casal, dos/as filhos/as, da família e não o lugar da mulher – mesmo que ela seja chamada de sua “rainha”. As mulheres reinam num reino que não lhes pertence. Reinam não para si, mas para os/as outros/as. COLLIN, Françoise. “Espacio Domestico. Espacio Publico. Vida privada”. In: Ciudad y Mujeres. Madrid: 1995

mercado formal de trabalho, a casa torna-se para as mulheres de baixa renda o local do trabalho produtivo e geração de renda: é a pequena padaria caseira; o ateliê de costura, crochê, bordado ou artesanato; a pequena venda ou bomboniere; a cozinha onde se produz doces, salgados e marmitas – entre tantas outras atividades produtivas desenvolvidas pelas mulheres que precisam trabalhar para “viver”.

A negação da casa como espaço da produção e seu reconhecimento como o lugar em que as mulheres se realizam apenas como “mães” e “gestoras” do lar, tem orientado as poucas políticas urbanas voltadas para as mulheres, que acabam por reforçar as funções tradicionais por elas desenvolvidas, mas também para negá-las como sujeito de direitos. A ação afirmativa de titularidade da casa no nome da mulher, por exemplo, se por um lado assegura às mulheres a moradia (especialmente em caso de separação conjugal), por outro reforça este lugar da mulher como única responsável pela família. Ou seja, as mulheres recebem a casa em seu nome, não por serem sujeito de direito à propriedade, mas porque são “mães” e, por isso, seriam melhores gestoras da casa e dos recursos para pagá-la¹¹.

A experiência do despejo espelha o conjunto dessas desigualdades que estrutura a sociedade e organiza a cidade, determinando as funções que mulheres e homens podem exercer, que espaços cada um/a pode ocupar. A desigualdade histórica entre mulheres e homens coloca sobre as mulheres em situação de despejo uma sobrecarga de responsabilidade e trabalho que se mostra profundamente injusta. Limita, inclusive, suas possibilidades de superação do problema quando muitas vezes têm que enfrentá-lo sozinhas.

Daí que se faz necessário e urgente que os movimentos de luta pela moradia, assim como os poderes públicos, olhem (e vejam) as mulheres como sujeitos nas/das cidades¹². Se a população de baixa renda, de um modo geral, se encontra em situação de vulnerabilidade e necessita, simultaneamente, de um conjunto de políticas públicas, as mulheres pobres vivenciam estas vulnerabilidades de forma muito mais profunda e

¹¹ Esta perspectiva se apóia ainda na visão de que as mulheres são boas administradoras da escassez e que suportariam mais facilmente situações penosas ou de precariedade. Tudo para proteger a família.

¹² GOUVEIA, Taciana. Mulheres: sujeitos ocultos das/nas cidades. Mimeo, Recife, 2005.

exigem políticas específicas que, além de tratar o problema da moradia, enfrentem a desigualdade histórica entre mulheres e homens.

Os governos, por exemplo, precisam reconhecer e considerar nos planos de pagamento dos programas de moradia para a população de baixa renda, o desequilíbrio entre o reajuste das prestações e o reajuste dos salários/renda da população, que, no caso das mulheres, se complica uma vez que elas são maioria entre os/as desempregados/as ou no trabalho informal e precário. Isto, por sua vez, se articula diretamente com outro problema grave, que é a “re-inadimplência”. Com a situação de desemprego ou a insegurança gerada pela informalidade ou mesmo em decorrência de um problema inesperado, como doença na família, acidente ou outro, muitos/as mutuários/as, depois de terem, a muito custo, regularizado o imóvel, voltam a ficar inadimplentes. Considerando a situação especial de precariedade no trabalho que atinge as mulheres, pode se supor que a inadimplência afeta mais intensamente a estas.

Assim, garantir a titularidade do imóvel no nome das mulheres de nada adianta, se esta ação não vier seguida de outras medidas afirmativas que assegurem que as mulheres podem permanecer nos programas de moradia – o que inclui políticas de geração de emprego, trabalho e renda; oferta de serviços de saneamento básico e de saúde (que evitem a vulnerabilização das pessoas por motivo de doença); creches e escolas próximas às residências; serviço de transporte de qualidade e a preços acessíveis.

Além disso, é preciso também criar mecanismos de proteção social contra os despejos, de um modo geral, mas que considerem as necessidades das mulheres. Esses mecanismos devem prever, desde fundos de apoio à população de baixa renda, como alguma forma de controle sobre os procedimentos judiciais dirigidos à população e a forma como eles são praticados contra as mulheres. A desinformação e o desconhecimento de direitos por parte da população empobrecida, por sua vez, deve ser objeto de um tratamento diferenciado em “prol” desta população e não em detrimento de seus direitos – como vem ocorrendo.

Outra medida fundamental e de caráter estratégico é que as mulheres sejam vistas não como “objetos” das políticas públicas, mas, sobretudo, que sejam reconhecidas como sujeitos capazes de falar em

seu próprio nome e de participar nos espaços públicos de poder que definem as políticas públicas e organizam a cidade. Como já foi dito, a cidade estrutura e é estruturada pelas relações desiguais de poder entre mulheres e homens. Bem se percebe que as mulheres estão em todos os lugares nas cidades, mas também que isto não significa que elas ocupem estes espaços como sujeitos políticos¹³. Superar as desigualdades entre mulheres e homens pressupõe reestruturar, ao mesmo tempo, a cidade e o poder de forma que tanto elas como eles se sintam, em qualquer lugar, “em casa”.

Por último, considerando a ação e organização dos movimentos sociais de luta pela moradia, fica aqui uma questão para reflexão: se as mulheres são maioria nas ocupações e assentamentos, se são maioria nas ações de resistência ao despejo, se são maioria na mobilizações públicas e nas assembléias dos movimentos, não poderíamos dizer, então, que são as mulheres que dão sustentação à luta por reforma urbana? Se assim é, por que elas não são maioria nos lugares de poder nas associações, movimentos, comitês e comissões ou nos espaços de orçamento participativo, conselhos e outros espaços de controle social onde os movimentos atuam? Os movimentos se colocam ou não o desafio de superar esta situação de injustiça? E como pretendem fazê-lo?

De outro lado, um desafio também está posto para os movimentos feministas: se estes entendem que a superação da dominação patriarcal que ainda prevalece na sociedade só se dará pela constituição das mulheres como sujeito, coloca-se como essencial que os mesmos contribuam mais ativamente para que as mulheres envolvidas na luta por moradia e reforma urbana se tornem sujeitos e reivindicuem elas próprias a ocupação desses espaços. A própria luta por reforma urbana e pelo direito à cidade precisa estar mais presente na pauta desses movimentos, entendendo-se que esta é estratégica para a superação da desigualdade estrutural que afeta diretamente a vida das mulheres – em especial, as pobres (em sua maioria, negras).

O despejo, por sua vez, deve ser visto como uma das formas de violência que, aliada à violência doméstica e sexual, mais fragiliza as mulheres pobres nas suas possibilidades de construção da autonomia e auto-determinação. Enfrentá-lo, portanto, assim como a seus perversos

¹³ Idem.

danos – exigindo políticas públicas de proteção social, mas, sobretudo, políticas e medidas que assegurem o direito à moradia digna para as mulheres, tanto quanto para os homens –, é essencial na agenda política de todo e qualquer movimento social que tem como projeto político tanto a conquista de direitos, como a construção de uma outra sociedade: justa e igualitária. Nessa perspectiva, a aliança entre movimentos feministas e movimentos de luta por reforma urbana se faz crucial e estratégica. Unindo forças e ampliando seus projetos na utopia coletiva de um outro mundo possível – para todos e todas.



O plano diretor participativo e o direito das mulheres à cidade.

Renato Cymbalista
Patrícia de Menezes Cardoso
Paula Freire Santoro
Colaboração: Jane Casella

Introdução

Os textos deste livro apresentam as muitas dimensões das desigualdades de gênero relacionadas à questão urbana brasileira, revelando que o modelo urbanístico de nossas cidades incide de forma injusta e desigual sobre as mulheres, sobretudo as de média e baixa renda.

O modelo de expansão urbana, que resulta no inchaço das periferias sem infra-estrutura, equipamentos públicos, qualidade urbanística e ambiental, cerceia de forma mais intensa a circulação das mulheres, expostas a um padrão de vida precário e marcado pela violência.

Na medida em que as mulheres são as principais responsáveis pelos trabalhos referentes à esfera da reprodução - como o trabalho doméstico e o cuidado com filhas e filhos - são elas as maiores prejudicadas pela precariedade dos serviços públicos como luz, abastecimento de água, redes de esgoto, drenagem, coleta de lixo e pela precariedade ou inexistência de equipamentos públicos comunitários, como creches, escolas, lavanderias, cozinhas comunitárias. A ausência de qualidade urbanística das ruas e calçadas e a precariedade do transporte público prejudicam de forma mais intensa a mobilidade das mulheres, seja das mães que carregam seus/as filhos ou carrinhos de bebê, seja das acompanhantes de idosos/as ou pessoas portadoras de deficiências, seja das chefes de família que carregam as compras para abastecimento da casa. Além disso, percebemos que, nos bairros mais pobres, os poucos espaços públicos — normalmente campos de futebol ou quadras esportivas — são, na maior parte do tempo, apropriados pelos homens.

Conforme diminui a presença do Estado nos bairros e nas vilas mais pobres, aumenta a carga social assumida pelas mulheres nesses mesmos lugares. Assim, evidencia-se que as mulheres são mais afetadas pelas desigualdades socioterritoriais. Se nossas cidades são desiguais, elas são diferentemente desiguais para homens e para mulheres. Em outras palavras, a pobreza urbana tem endereço, sexo e cor: mulheres, na maioria negras, chefes de família que moram nas periferias.

Poderíamos seguir com esses exemplos que mostram que as mulheres sofrem de forma mais intensa as desigualdades das cidades. Cabe, por outro lado, fazer a pergunta de trás para frente: será que, construindo cidades menos desiguais, estaríamos favorecendo, de forma mais intensa, as mulheres? Podemos responder que sim, pois uma melhor distribuição das oportunidades e dos equipamentos nas nossas cidades permitiria um certo alívio da sobrecarga que recai sobre as mulheres e que está relacionada ao nosso déficit urbanístico. Nesse sentido, os princípios do direito à cidade e da redistributividade que devem fundamentar os novos planos diretores, por si sós, podem render benefícios para os grupos femininos.

Por outro lado, sabemos que, sem ações e abordagens especificamente voltadas para a inclusão territorial das mulheres o recorte tradicional da Reforma Urbana não é suficiente para reverter essa situação. As crenças e identidades que resultam nas desigualdades de gênero e reforçam-nas expressam-se em todas as instâncias e processos de discussão pública e estes podem também ser vistos como oportunidades de interferência para a superação de crenças e estruturas patrimonialistas e patriarcais. Planejar as cidades com uma abordagem de gênero, portanto, significa operar em uma dupla fronteira: a de classe e aquela propriamente afirmativa.

Este texto procura trazer algumas diretrizes para orientar o planejamento para implementação de ações que visam enfrentar a desigualdade de gênero. Para isso, propomos a problematização de um dos instrumentos que procuram interferir na lógica excludente de produção da cidade: os Planos Diretores Participativos.

A abrangência do processo recente de construção dos Planos Diretores Participativos à luz da compreensão de um “direito urbanístico popular”¹ instituído pelo Estatuto da Cidade - o caráter de espaço

¹ Carlos Ari Sundfeld, O Estatuto da Cidade e suas Diretrizes Gerais, p. 60.

privilegiado de articulação de diferentes setores da sociedade, interesses e formas de luta por direitos nos processos de elaboração dos novos planos, sua potencialidade de tratar a cidade como espaço social de construção de cidadania, o envolvimento de amplos setores da sociedade em sua construção, as possibilidades de intervenção nas correlações de forças políticas, são elementos que podem promover mudanças de comportamento no sentido do reconhecimento e da legitimação de grupos antes alijados do primeiro plano das políticas. Assim, todos esses elementos — em tese — podem também ser acionados com um enfoque específico que vise superar as desigualdades sofridas pelas mulheres em nossas cidades.

1 O Plano diretor na luta pelo direito à cidade

Os últimos 25 anos no Brasil foram de grandes mudanças nos instrumentos e nas práticas de planejamento, que reposicionaram o papel e o conteúdo dos Planos Diretores municipais.

Nas décadas de 1960 e 1970 o Brasil assistiu a uma grande onda de construção de Planos Diretores nas cidades grandes e médias, em sua maioria financiados pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Serfhau), que vinculava repasses de recursos à existência dos planos diretores. Essa onda de planos diretores foi muitas vezes vista como tecnocrática, de costas voltadas para a participação e portadora de propostas, resultando em planos ineficazes que permaneceram nas gavetas dos planejadores. Por outro lado, autores/as recentes questionam esse tratamento como leitura excessivamente simplificada daquele processo, o que indica que tais planos diretores ainda merecem ser mais estudados.²

Na década de 1980, momento de redemocratização e de intensas mobilizações sociais, o Movimento Nacional pela Reforma Urbana traz novamente à tona a necessidade de as cidades construírem planos diretores, desta vez com um conteúdo político muito mais explícito. Em uma grande campanha prévia à Constituição de 1988, o Movimen-

² Sobre isso, ver Sarah Feldman, *O arranjo Serfhau: assistência técnica aos municípios/órgãos de planejamento/empresas de engenharia consultiva*, e Mauro Ferreira, *Por trás do planejamento integrado: o GPI em Franca*.

to pela Reforma Urbana conseguiu que fosse avaliada pelo Congresso Constituinte a *Emenda Popular da Reforma Urbana*, que foi encaminhada com milhares de assinaturas. Após uma série de negociações e concessões por parte dos/as atores e atrizes da Reforma Urbana, a emenda popular resultou no capítulo de Política Urbana da Constituição (artigos 182 e 183), que institui novo papel para o Plano Diretor. A Constituição propiciou ao Plano a função estratégica de definir exigências para o cumprimento da função social da propriedade urbana e o tipificou como o instrumento básico para a política de desenvolvimento e expansão urbana, que deve ser lei municipal (antes não era necessariamente transformada em lei).

A partir desse novo marco, no início da década de 1990, uma série de cidades construiu Planos Diretores, que procuravam utilizar os princípios da Constituição para reformular o marco da política urbana municipal, entre elas São Paulo, Rio de Janeiro, Natal, Santo André, Diadema, Belo Horizonte.³ Tais experiências — nem todas implementadas — procuraram fortalecer o papel do município como esfera responsável por uma política urbana e propuseram dispositivos inovadores como instrumentos de regularização fundiária para conhecimento da proteção jurídica da posse de assentamentos de baixa renda, a separação entre o direito de propriedade e o direito de construir, propostas de zoneamento inclusivo com as Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis) ou Áreas Especiais de Interesse Social (Aeis), o macrozoneamento. Por outro lado, alguns instrumentos como o IPTU Progressivo no Tempo, proposto em alguns Planos Diretores, foram contestados na Justiça por atores e atrizes ligados/as aos proprietários/as de terras urbanas. A justificativa dessa contestação era a ausência de regulamentação por lei específica do capítulo de Política Urbana da Constituição Federal, o que inviabilizaria a aplicação desses instrumentos.

Tal regulamentação específica era uma lei nacional, em construção desde 1990, por meio do Projeto de Lei nº 5.788/90, destinado a efetivar essa regulamentação. O PL nº 5.788/90 tramitou por mais de uma década no Congresso, foi intensamente discutido e alterado e resultou

³ Sobre algumas dessas experiências, ver Laila Nazem Mourad, *Democratização do acesso à terra em Diadema*; Denise Antonucci, *Plano Diretor de São Paulo, 1991: avanços e permanências*; Dulce Bentes, *Aplicação de novos instrumentos urbanísticos no município de Natal*.

posteriormente no Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001).⁴ O Estatuto da Cidade, aprovado em 10 de julho de 2001, instituiu diretrizes e instrumentos para o cumprimento da função social da propriedade. O Estatuto da Cidade e a Constituição redefiniram a função do Plano Diretor municipal, trouxeram diretrizes e instrumentos que constituem uma nova ordem jus-urbanística. A intensa produção de Planos Diretores municipais talvez seja o principal instrumento desse novo marco institucional, uma das fronteiras neste início de século XXI, que almeja avançar na democratização da cidade.

Na prática, o Plano Diretor assume a capacidade de estabelecer os conteúdos para a definição dos direitos de propriedade no município. Para diferenciá-los dos prolixos planos diretores de desenvolvimento urbano das décadas de 1970 e 1980, estes foram rebatizados pelo Ministério das Cidades de Planos Diretores Participativos, ressaltando outra das principais apostas em torno do instrumento: no lugar de uma peça técnica que circula apenas entre especialistas, o Plano Diretor passa a ser uma peça política, democraticamente construída com a participação dos segmentos sociais que efetivamente constroem as cidades, incluindo principalmente os setores populares — movimentos de luta por moradia, associações de bairros, entre outros — tradicionalmente alijados dos processos de construção da política urbana. No caso de não promoverem planos a partir de processos participativos, os gestores públicos e até o Poder Legislativo são passíveis de responder por improbidade administrativa.

O Estatuto da Cidade estabeleceu o prazo de outubro de 2006 para que todos os municípios com mais de 20 mil habitantes fizessem seu Plano Diretor e detalhou as novas funções do Plano: este deve seguir as diretrizes do Estatuto; deve ser construído com participação popular durante sua elaboração e implementação; deve garantir acesso dos/as interessados/as aos documentos; deve englobar o município como um todo, e não apenas as áreas urbanas. Além disso, o Estatuto da Cidade regulamenta a forma como uma série de instrumentos deve ser inserida no Plano Diretor. Não há, no entanto, no Estatuto da Cidade, expressa menção às questões de gênero.

⁴ Para uma análise do processo de tramitação do Estatuto da Cidade, ver José Roberto Bassul, *Estatuto da Cidade: quem ganhou? Quem perdeu?*

A partir da promulgação do Estatuto da Cidade, vários municípios iniciaram a elaboração de Planos Diretores, mas o grande impulsionador desse movimento foi o Ministério das Cidades, instituído em 2003. Dentre as secretarias do novo ministério, foi criada a Secretaria Nacional de Programas Urbanos, que centralizou as ações relacionadas aos Planos Diretores e viabilizou o aumento de escala da construção dos Planos Diretores nos municípios.

Para amparar a construção dos Planos Diretores Participativos, a partir de 2004 o Ministério das Cidades construiu uma campanha nacional destinada a viabilizar a construção de processos democráticos nos 1.682 municípios brasileiros que tinham a obrigação de fazê-los até outubro de 2006, conforme as diretrizes do Estatuto da Cidade.

As instâncias e os processos participativos foram bastante relevantes naquele momento. No segundo semestre de 2003, foi realizada a 1ª Conferência Nacional das Cidades, precedida de conferências nos 27 estados e em milhares de municípios, resultando na eleição da primeira composição do Conselho das Cidades (ConCidades), que tomou posse em abril de 2004 e foi um corpo político bastante importante a partir de então,⁵ emitindo resoluções que ampararam a campanha do Executivo e deram critérios mais objetivos para orientar os processos participativos e o conteúdo dos planos. Em 2005 e 2007, as conferências municipais, estaduais e nacional foram repetidas.

As ações do Conselho e do Ministério foram bastante bem-sucedidas na mobilização dos municípios para a elaboração dos Planos Diretores. Em novembro de 2006, dos 1.682 municípios que tinham a obrigação de elaborar seu Plano Diretor, 67,2% já haviam sido aprovados ou estavam em tramitação na Câmara Municipal; 11,6% encontravam-se em estágio final de elaboração no Executivo; 17,7%, em etapas iniciais ou intermediárias no Executivo; e apenas 3,6% não haviam ainda iniciado o processo.⁶ O prazo estabelecido pelo Estatuto da Cidade claramente “pegou”, dado relevante em um país com tantas leis que “não pegam” como o Brasil. Nesse caso específico, o notável esforço

⁵ O ConCidades foi regulamentado pelo Decreto nº 5.031, de 2 de abril de 2004, que foi substituído pelo Decreto Federal nº 5.790, de 25 de maio de 2006.

⁶ Estágio de elaboração dos Planos Diretores Participativos Municipais – novembro de 2006, documento da Secretaria Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades, disponível sob o item andamento PDPs, em www.cidades.gov.br/planodiretorparticipativo.

empenhado pelos grupos envolvidos com a agenda da Reforma Urbana nesses últimos anos claramente produziu efeitos no sentido de reverberar e resultar em processos em centenas de municípios, abrindo, assim, inúmeras novas trincheiras para a disputa em torno da política urbana e da regulação da terra nos municípios.

As sistematizações e avaliações dos Planos Diretores apenas se iniciam. Como todos os processos de construção de políticas públicas de alguma relevância, não há consenso em torno da eficácia dos Planos Diretores. Há posicionamentos bastante céticos em relação ao conjunto dos processos,⁷ há estudos que procuram apontar os desafios de implementação de instrumentos específicos,⁸ problematizar os processos participativos,⁹ o conteúdo habitacional dos planos,¹⁰ a possibilidade de os planos relacionarem-se com as formas como grupos étnicos produzem e ocupam o território,¹¹ questões relacionadas ao andamento dos Planos Diretores no Legislativo municipal¹² e entre operadores/as do direito.¹³

7 Flávio Villaça, *As ilusões do Plano Diretor*.

8 Rosana Denaldi e Fernando Bruno G. F., *Parcelamento, edificação e utilização compulsórios: aplicação do instrumento para fazer cumprir a função social da propriedade*. Um trabalho que levanta uma série de questões a serem observadas ao analisar-se a Zeis é o de João Setti W. Ferreira e Daniela Motisuke, *A efetividade da Implementação de Zonas Especiais de Interesse Social no quadro habitacional brasileiro: uma avaliação inicial*. Sobre as Aeis de Diadema, ver Isadora Tami Lemos Tsukumo, *Produção de habitações em áreas especiais de Interesse Social (Aeis): o caso do município de Diadema*. Sobre o caso de Salvador, ver Ângela Maria Gordilho Souza e outros, *O Desafio da regulamentação de Zeis – Zonas Especiais de Interesse Social*.

9 Cláudia Virgínia C. Souza, Santo André: instrumentos utilizados na elaboração do Plano Diretor Participativo para viabilizar a participação e a negociação entre os atores; Regina Bienenstein e outros, *A universidade e o Plano Diretor Participativo: a experiência de elaboração no município de Paracambi*. Além disso, uma série de exemplos da condução dos processos participativos foi disponibilizada em um “banco de experiências” no site do Ministério das Cidades, na área referente à campanha do Plano Diretor Participativo, ainda no ar em julho de 2007, momento de finalização deste texto.

10 Raquel Rolnik, Renato Cymbalista e Kazuo Nakano, *Solo urbano e habitação de interesse social: a questão da moradia nos Planos Diretores Participativos*.

11 Kazuo Nakano e Francisco de Assis Comaru, *São Gabriel da Cachoeira: o planejamento e a gestão territorial em um município indígena da Amazônia*.

12 Nabil Bonduki, *O Plano Diretor estratégico de São Paulo*.

13 Paula F. Santoro, Renato Cymbalista e Rosemeire Nakashima, *Plano Diretor de Sorocaba: um olhar sobre os atores e a autoaplicabilidade dos instrumentos urbanísticos*.

Em relação às mulheres e ao enfrentamento da desigualdade de gênero nas cidades, a sinalização que vem desse processo é ambígua. Por um lado, uma avaliação cuidadosa de qualquer processo participativo de construção de Plano Diretor vai, com muita probabilidade, identificar uma participação significativa das mulheres. Por outro lado, essa participação feminina tende a ser maior nas etapas e funções de mobilização e menor nas instâncias políticas e decisórias. A leitura do texto de qualquer plano diretor elaborado ou aprovado nos últimos anos vai muito provavelmente revelar que a questão de gênero é praticamente ausente do texto aprovado em lei.

Tal contradição é mais uma expressão da injusta distribuição do poder em nossa sociedade: as organizações comunitárias, as bases do movimento popular, os quadros das ONGs e prefeituras são maciçamente compostos de mulheres; enquanto a maioria dos cargos representativos, de chefia e coordenação é de homens. Há diversos fatores estruturais e culturais que explicam o reduzido acesso da mulher ao poder, reforçando a tendência de as funções políticas permanecerem no domínio masculino.

Essa desigualdade coloca em xeque a participação popular na medida em que as mulheres enfrentam dificuldades para participarem da tomada de decisões locais, sendo escassa a inclusão de suas demandas nas agendas comunitárias e estatais. É urgente, por isso, reverter esse quadro de desigualdade de participação da mulher nos espaços de poder político, sob pena de a participação virar mera alegoria, legitimadora de um modelo de planejamento da cidade que não promove a inclusão, mas sim o seu contrário.

Este texto constrói-se a partir da constatação e se desdobra nas seguintes questões: como transformar a expressiva participação e o trabalho das mulheres em real poder político e — desafio maior — em instrumentos jurídicos e urbanísticos com potencialidades de enfrentamento das desigualdades de gênero por si só? Ao mesmo tempo que procura ser um instrumento de reversão de desigualdades de classe historicamente constituídas, de que forma o Plano Diretor pode também assumir uma posição diferenciada em relação às desigualdades de gênero, igualmente historicamente constituídas? Como transformar as mulheres em sujeitos e objetos decisivos da política urbana e não repetir

os processos de planejamento tradicional que reproduzem a segregação e a reclusão das mulheres nas cidades?

Um olhar sobre a mulher no planejamento deve trabalhar as demarcações entre a esfera pessoal e a esfera política, o território público e o doméstico, e, nesse sentido, ser apto a promover o reconhecimento de especificidades de grupos mais vulneráveis como elemento-chave para repensar a planificação, certo de que tanto o espaço público como o doméstico são espaços de poder.

Sabemos que a desigualdade de gênero ainda é bastante ignorada pela política urbana e não foi explicitamente priorizada na leva recente de elaboração de Planos Diretores. Por outro lado, sabemos que os municípios brasileiros vão prosseguir planejando seu território, a partir do novo marco participativo, em planos setoriais, na regulamentação e implementação do Plano e de seus instrumentos específicos e na revisão dos próprios Planos.

Para trabalhar essa questão, o texto traz duas problemáticas: em primeiro lugar, aborda os *processos* de construção do Plano Diretor, procurando apontar formas de reforçar o poder decisório das mulheres em suas etapas. Em seguida, enfoca o *conteúdo* do Plano, relendo instrumentos de planejamento, no intuito de que sejam redistributivos não apenas a partir de um recorte de classe, mas também aptos a enfrentar a desigualdade de gênero.

2 A Participação das Mulheres no Processo de Construção do Plano Diretor

Conforme estabelece a Constituição, o Estatuto da Cidade e a Resolução nº 25 do Conselho Nacional das Cidades, a construção de um Plano Diretor é uma tarefa coletiva que deve ser feita com participação popular em todas as etapas, pensando a cidade como um todo e também as partes específicas do território; pensando o conjunto da sociedade e também seus segmentos específicos.

Em termos metodológicos, pensar as etapas de um Plano Diretor sob a perspectiva de gênero envolve repensar a organização das atividades, a representatividade dos/as cidadãos/ãs, o desenho dos espaços para a manifestação pública, a escala territorial dos debates, entre outros. Significa uma nova sensibilidade, em cada etapa de planejamento,

que permita incorporar enfoques metodológicos e as vozes de diversos grupos sociais, em especial a das mulheres.

É preciso planejar como será a participação democrática nas atividades de planejamento, mas também os movimentos sociais, movimentos de mulheres, de saúde, entre outros, devem organizar-se para participar. Fazer um Plano é uma tarefa coletiva, e todos/as devemos participar. Em especial as mulheres, ao participarem, trazem um olhar diferenciado sobre a cidade. Falaremos disso adiante.

As discussões sobre o que se quer para o território, em muitos casos, mostram os diferentes pontos de vista, os conflitos. A participação é importante para garantir que os interesses dos diferentes grupos sociais sejam debatidos, negociados e pactuados. À medida que vivenciamos o espaço urbano de forma específica, o olhar da mulher é fundamental em todas as etapas do processo participativo, desde a preparação do processo até a implementação do Plano. Abordaremos, então, como poderíamos potencializar a participação das mulheres e a preparação para essa participação nas etapas de um Plano Diretor.

2.1 A Preparação do processo

Como qualquer processo participativo de maior complexidade, a participação no Plano Diretor precisa ser muito bem preparada. É necessária a constituição de uma capacidade técnica e política, a estruturação de uma equipe de coordenação da Prefeitura e a construção de uma agenda junto com a sociedade civil.

O Plano Diretor não é prerrogativa exclusiva da Prefeitura, mas uma tarefa compartilhada, coordenada por um *núcleo gestor* composto de um grupo de pessoas diretamente responsáveis por preparar, conduzir e monitorar o processo de construção do Plano. Ele deve estabelecer as formas e os modos de construir o Plano, bem como os prazos e o tempo para cada etapa. Esse grupo deve ser constituído por técnicos/as do poder público e por membros da sociedade civil, em uma composição no mínimo paritária entre governo e sociedade civil.

É importante, nesta etapa, pensar na correlação de gênero de forma a garantir o equilíbrio entre representantes homens e mulheres, tanto nas instâncias mais políticas (o próprio núcleo gestor), quanto nas

instâncias técnicas (os técnicos responsáveis pela construção do Plano). É desejável, nesse momento, a participação de técnicos/as de setores que já trabalham com as políticas para mulheres do município.

Nessa etapa inicial, é necessário um grande investimento em comunicação, através de atividades que divulguem o que é o planejamento territorial e como será a participação democrática. Para isso, todos/as devem estar informados/as sobre o processo. Os prazos estabelecidos devem ser suficientes e respeitar o tempo de mobilização da população e as inúmeras diferenças entre as tarefas cotidianas de homens e mulheres, que devem ser levadas em conta na construção da agenda e do calendário de atividades.

O Plano Diretor deve ser pensado como um processo formativo, portanto é importante pensar em atividades desse tipo ao longo do processo. O poder público tem o dever de capacitar a população sobre a política urbana, explicar os termos utilizados, trazer informações que possibilitem uma discussão qualificada e equilibrada. É possível pensar em processos específicos de capacitação para mulheres que favoreçam sua expressão e as ajudem na construção do diagnóstico de problemas da cidade que as afetem mais diretamente.

É possível também pensarmos em ações de caráter simbólico, como por exemplo, refletir as formas como as mulheres são representadas no material de divulgação do Plano, pensar na paridade de gênero nas mesas oficiais nos principais momentos de discussão pública.

Um momento estratégico para reforçar essa posição é o do lançamento do Plano, evento de oficialização do início do processo e de divulgação do plano de trabalho e debates públicos. Para esse lançamento, devem ser convocados movimentos de mulheres e a paridade de gênero na mesa oficial de lançamento (se houver) deve ser levada em conta.

2.2 A Leitura da Realidade Local

A leitura do território tem como objetivo o conhecimento da realidade da cidade, seus problemas e suas potencialidades. Deve trazer informações sobre como e onde as pessoas vivem e trabalham.

Nessa fase, as atividades e reuniões para a leitura comunitária devem ser ampliadas, devem contar com a participação de todos/as.

Pode-se fazer uso de fotos, mapas, desenhos, entrevistas, depoimentos ou simplesmente registrar as impressões e vivências cotidianas da população. Como regra básica, é importante tentar trabalhar a leitura da cidade a partir do conhecimento dos/as participantes.

O olhar de gênero nessa etapa é muito importante. Sabemos que homens e mulheres experienciam o território de formas diferentes e a esta leitura e a análise podem ser muito mais ricas e abrangentes se levarem em conta a experiência feminina. A simples reprodução dos caminhos percorridos e do itinerário das mulheres pela cidade demonstrará que, além do deslocamento para o trabalho, elas acessam os equipamentos públicos de saúde e educação, em que acompanham seus/as filhos/as e parentes aos locais de coleta ou depósito de lixo, atravessando ruas e avenidas perigosas com seus/as filhos/as, utilizando o transporte público ou caminhando para se locomover. Conhecer a trajetória das mulheres na cidade revelará a situação de quem a vivencia cotidiana e intensamente dentro de suas tarefas familiares, domésticas e profissionais. As mulheres são sensíveis aos lugares abandonados (por questões de segurança que, muitas vezes, significam uma ameaça maior a elas do que aos homens); à necessidade de lazer para seus filhos/as; ao transporte com qualidade e em quantidade suficiente para garantir seu espaço e sua integridade dentro do espaço coletivo. Devemos começar a pensar como agregar à leitura comunitária algo como uma *cartografia das desigualdades de gênero*. A localização e o desempenho de equipamentos sociais, tais como escolas e creches, podem orientar o futuro adensamento de regiões da cidade. Por outro lado, os mesmos mapeamentos podem orientar futuras localizações desses equipamentos, onde eles são escassos.

Para além do diagnóstico voltado para a situação da mulher na cidade, é importante facilitar a efetiva participação das mulheres e as suas tomadas de decisão nas reuniões. Uma pesquisa da ONG Etapas sobre a presença das mulheres no Orçamento Participativo do município do Recife em 2004, mostrou que 58% dos/as participantes eram mulheres, mas 64,3% delas afirmaram nunca expressar seu pensamento durante os trabalhos.¹⁴ É preciso rever esse quadro em que as mulheres estão presentes e não se expressam e promover sua participação de di-

¹⁴ Orçamento Participativo no Recife: o olhar da RPA 6.

versas formas, como, por exemplo, abrindo espaço para que a fala tenha tempos homogêneos e que todos/as sintam-se estimulados/as a colocar seus anseios, suas idéias. Para que isso aconteça é possível, por exemplo, criar espaços de grandes plenárias, mas também trabalhos em grupos menores, nos quais exista maior tempo e tranquilidade para participar, inclusive grupos só de mulheres, assim como de idosos/as, jovens, deficientes, etc. A própria organização da sala pode influir e o ideal é que os/as presentes estejam sentados/as em uma mesma relação de poder. Cadeiras organizadas em círculo equalizam posições em uma reunião, ao contrário de cadeiras enfileiradas em frente a um palco elevado onde se sentam os/as expositores/as. As reuniões devem ser feitas em locais de fácil acesso, bem servidos de transporte público, em horários fora daquele do cotidiano de trabalho, preferencialmente noturnas ou em finais de semana.

É preciso levar em conta que a mulher em geral está envolvida na vida doméstica e, para que venha a participar da vida pública, é preciso possibilitar, por exemplo, que ela traga seus/as filhos/as para as reuniões e que exista um lugar para as crianças ficarem durante no processo. Pode-se pensar na disponibilização de uma sala e um/a educador/a pode ficar responsável por atividades com as crianças e os jovens enquanto as mães e os pais estão na reunião de planejamento. Essa atividade, inclusive, pode ter um tema próximo do debate sobre o território. Por exemplo: é conhecida a influência dos/as filhos/as sobre as mães e os pais nas atividades de reciclagem de resíduos sólidos, de educação ambiental e, por que não, sobre a forma de pensar as relações sociais no território? A presença da infra-estrutura e dos recursos humanos para acolher as crianças pode ser tão necessária para viabilizar o Plano quanto a garantia de salas adequadas, café, lanche, banheiros, equipamentos (como *datashow*, computador), etc.

A diversidade de pessoas participando dos processos deve ser garantida. O Conselho das Cidades coloca que a realização dos debates deve ser feita por segmentos sociais, por temas e por bairros. Exija também que os locais de discussão sejam alternados (ConCidades, Resolução no 25/2005, art. 5o, incisos I e II). Essa exigência, presente na Resolução do ConCidades, pode inclusive fazer com que se promovam discussões em que todos os diferentes grupos estejam presentes, mas também discussões apenas para refletir a desigualdade de gênero e como

esta se expressa no território. Isso já foi feito em municípios como Santo André/SP, nos debates de Plano Diretor junto ao Poder Executivo, e em São Paulo/SP nos debates de Plano Diretor junto ao Poder Legislativo.

Nessas reuniões é necessário atentar até mesmo para as questões de linguagem. Expressões como “cidade-dormitório”, “bairro-dormitório” são carregadas de uma herança que invisibiliza as mulheres, pois tais regiões são efetivamente simples dormitórios para os homens trabalhadores, mas são os bairros onde mulheres, crianças, idosos e idosas, portadores e portadoras de deficiências passam a maior parte de seu tempo e lá constroem as fundamentais redes sociais que amparam a todos — homens e mulheres.

2.3 Escolha dos Objetivos, Prioridades e Instrumentos

A leitura da realidade do município deve ser a base para a tomada de decisões em torno dos objetivos e das prioridades do Plano. A participação dos/as cidadãos/ãs também é importante para avaliar a leitura da cidade, que envolve também uma leitura técnica e uma leitura das leis que incidem sobre o município. Ela deve ser apresentada para os/as cidadãos/ãs juntamente com uma seleção de temas e objetivos a serem trabalhados pelo Plano e é desejável que se saliente que tipo de informação foi extraída a partir do olhar das mulheres.

É possível também trabalhar o tema da desigualdade de gênero como um tema estrutural a ser enfocado no Plano Diretor e que pode refletir no território, de forma a ajudar na diminuição da desigualdade.

Os instrumentos urbanísticos são necessários para que os objetivos do Plano sejam cumpridos, por isso nem todos os instrumentos previstos no Estatuto da Cidade precisam estar no Plano Diretor. Eles devem estar relacionados a cada objetivo previsto pelo Plano, de forma a trabalhar para o seu cumprimento. Para participar dessa etapa, é necessário capacitar-se do que significa cada instrumento.

2.4 A Construção do Projeto de Lei de Plano Diretor

Essa é a etapa que corresponde à redação do projeto de lei, quando a participação deve ser intensa e atenta às particularidades do olhar de

gênero. É um momento em que a população e os/as técnicos/as definem o que entra ou não no Projeto de Lei do Plano Diretor, a partir do processo participativo.

Algumas vezes, essas discussões ocorrem com grupos menores de representantes da sociedade civil, que levam as discussões para o bairro e para os setores que representam e retornam às reuniões junto à municipalidade, já com observações e pontos de vista. Devem-se garantir a paridade de gênero e a permanência das questões de gênero nesse período, e devemos nos perguntar permanentemente: de que forma tais medidas, colocadas no Plano, incidirão sobre homens e mulheres?

Adiante, no item *Conteúdo do Plano Diretor*, faremos alguns comentários sobre esse ponto.

2.5 A Deliberação Participativa sobre o Projeto de Lei

Não apenas a leitura da realidade local e a definição de prioridades devem ser feitas de forma participativa: a deliberação em torno do texto final do Plano Diretor deve ser objeto de discussão pública e participativa. O mecanismo mais comum para essa deliberação são as *conferências* ou os *congressos* que — com muitas variações — significam a composição de um colegiado bem qualificado para a discussão da temática (delegados e delegadas); a capacitação desse corpo para o debate avançado em torno do texto e dos significados do plano; a realização das negociações necessárias em torno de pontos divergentes e a deliberação em plenária em torno de um projeto de lei.

Nesse momento do processo, devemos levar em conta as mesmas questões já levantadas: a paridade de gênero, a garantia de apoio às mães com a presença de educadores/as e atividades para os/as filhos/as, a atenção para as questões de acessibilidade e horários. Como o número de delegados/as não é muito grande, é possível até mesmo uma consulta a cada delegada para saber se há dificuldades para a participação no congresso ou na conferência, enfrentando, assim, a evasão das mulheres.

É possível realizar ações afirmativas para garantir a representação da mulher nessa conferência por meio do estabelecimento, por exemplo, da paridade de gênero como um dos critérios para a escolha dos delegados e das delegadas. Esse critério pode constar do decreto ou da instrução normativa que institui a conferência.

2.6 A Discussão da Proposta na Câmara de Vereadores

Uma vez legitimado de forma participativa, o Projeto de Lei do Plano Diretor deve ser encaminhado pelo Prefeito à Câmara Municipal, onde deverá ser discutido novamente com toda a sociedade nas audiências públicas e aprovado pelos/as vereadores/as. É importante envolver os/as vereadores/as em todo o processo de construção do projeto de lei para que se familiarizem com as propostas, pois são eles/as que vão discuti-las e aprová-las. É possível realizar ações, campanhas e lobbies de apoio às propostas que cuidam de temas prioritários para as mulheres na cidade.

Se a discussão de gênero e desigualdades socioterritoriais não foi bem-feita no Executivo, ela pode e deve ser bem-feita junto ao Legislativo. Para isso, é fundamental articular-se com vereadores/as para que essa abordagem apareça. Esse momento pode também ser propício para a discussão das desigualdades de gênero nas representações de vereadores/as, fato muito comum no Brasil.

2.7 A Implementação Participativa do Plano

Depois de regulamentado e aprovado na Câmara, o Plano deve ser implementado de forma participativa. Uma das primeiras ações é um esforço da Prefeitura no sentido da sua divulgação, por meio de cartilhas, folhetos, gibis, etc. Nesse material, é importante mostrar o papel da mulher não apenas nas representações tradicionais, mas em posições de destaque, como sujeitos do futuro político e territorial da cidade.

O Plano institui uma instância para a sua gestão democrática, como conselhos, comissões, fóruns, e a paridade de gênero nessas representações é também importante, como detalharemos adiante.

A previsão orçamentária é condição fundamental para a implementação do Plano. Assim, também é possível realizar ações, campanhas e lobbies para a priorização da implementação das propostas que cuidam de temas que afetam mais gravemente as mulheres na cidade como, por exemplo, a construção de habitação popular para mulheres chefes de famílias.



De dona de casa para dona da casa:

os diversos papéis exercidos pelas mulheres nos processos de regularização fundiária de ocupações urbanas.

Joísa Barreto
Marta Rebouças

O presente artigo trata do tema da regularização fundiária, apontando as dificuldades das mulheres lideranças e moradoras em participarem neste processo. A análise terá como base a vida destas mulheres dentro de assentamentos irregulares e precários, alvos de uma ação de regularização fundiária em Fortaleza, e a forma como estas mulheres enfrentaram, após anos de ocupação, mais um grande desafio na luta pelo acesso à terra urbano e à moradia digna.

A lógica da urbanização e da irregularidade fundiária

O ambiente de nossas cidades se apresenta econômica, urbanística e ecologicamente degradado. A produção limpa da cidade é algo difícil de ser vislumbrado, pois, o processo de urbanização no Brasil acontece enquanto ciclo de reprodução de novas e antigas mazelas. Destas podemos destacar o recuo nos investimentos em condições de habitabilidade mínimas, comprometendo a convivência humana com os recursos naturais; a carência ou completa ausência de atividades culturais e esportivas que, acrescidas ao ócio (sendo este, na maioria das vezes, ocasionado pela falta de oportunidade de emprego), a falta de perspectivas e a impunidade, que proporcionam índices de violência jamais vistos. Violência esta também consequência direta da extrema desigualdade que se revela nas nossas cidades.

O que se verifica é a urbanização brasileira historicamente impondo a favela ou os assentamentos precários como habitat de grande parte da população. Cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Ho-

rizonte, apesar dos números impressionantes de crescimento econômico, possuem em média 20% de sua população morando em favelas. Mas os piores índices do grau de favelização ainda podem ser verificados nas cidades do Nordeste do país, onde em média mais de 30% da população “vive” o problema da favelização.

Esta triste faceta de nossas cidades é fortalecida pelas desigualdades na aplicação da legislação ambiental e urbanística ou pela total perda de controle do processo de produção do espaço.

São marcos históricos que determinaram o processo de urbanização no Brasil, acontecimentos da segunda metade do século XIX e das primeiras décadas do século XX. Fatos como a abolição da escravidão e conseqüente emergência do/a trabalhador/a livre; a industrialização, a princípio voltada para as atividades ligadas à cafeicultura e às necessidades básicas da população. Neste período, várias foram as cidades que implantaram o modelo de urbanismo “moderno”, pelo qual tinham seus centros embelezados e saneados. Quem não podia custear estes privilégios, em grande parte bancados pelo Estado, era expulso para as periferias ou áreas inadequadas à edificação, espaços ditos não valorizados.

Fortaleza, a exemplo das demais cidades brasileiras, advém de um processo de urbanização influenciado pela lógica anteriormente descrita, mas, obviamente salvaguarda suas especificidades históricas e culturais. É a quinta maior população do país e segunda metrópole nordestina, com uma população de aproximadamente três milhões de habitantes, a maioria residente na área urbana. Fortaleza está situada no litoral do estado do Ceará, e embora se apresente como importante pólo de turismo no Estado, com belas praias e hotéis luxuosos, a realidade urbana e rural da sua região metropolitana é ainda a do enfrentamento de graves problemas socioambientais. A cidade apresenta também distintas e contraditórias faces, dividindo seu espaço geográfico e social de forma injusta e desigual: de um lado uma Fortaleza que concentra luxo e riqueza, de outro uma Fortaleza de miséria, pobreza e injustiça social, onde está a maioria da população. Os números indicam que 37,41% das famílias de Fortaleza vivem abaixo da linha de pobreza.

Segundo dados da Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza, a cidade tem hoje 620 favelas e 94 áreas de risco. Desprovidas das mínimas condições de existência, milhares de famílias se instalam à beira

de rios, riachos, lagoas, encostas das dunas, linhas férreas, entre outras áreas consideradas impróprias para a moradia, e onde estão sujeitas a vários fatores de riscos causados por fenômenos naturais. Basta dizer que 50% da população da cidade não usufrui do esgotamento sanitário público, e que, em abril de 2005 Fortaleza contabilizava 20 mil famílias morando em áreas de risco, ficando destas pouco mais de mil pessoas desabrigadas, vítimas de enchentes em vários pontos da cidade. Vale salientar que esse número nos últimos anos tem sido menor devido às curtas quadras chuvosas.

Cerca de 570.000 habitantes da Região Metropolitana de Fortaleza (CENSO 2000) moram em favelas e o atual déficit habitacional, é alarmante, totalizando uma carência de 140 mil moradias. A responsabilidade do poder público em empreender esforços e investimentos, no âmbito das políticas públicas, não vem se dando a contento, pois se em alguns casos as exigências são maiores do que sua capacidade financeira, na maioria das vezes há também a falta de vontade política, aumentando assim a necessidade da população em cobrar as soluções dos problemas.

Além disso, Fortaleza sofre com um desenvolvimento desordenado, devido à falta de planejamento urbano e à incapacidade do poder público em proporcionar respostas aos problemas das periferias e bairros populares frente às mudanças econômicas, sociais e políticas. Por outro lado, o movimento popular e as lideranças comunitárias, que têm um papel importante na reivindicação e na busca de soluções frente ao poder público, particularmente na nova ordem municipal e nacional, ainda carecem de instrumentos e conhecimentos de ordem técnica e administrativa. O funcionamento da máquina administrativa e das leis que regem o desenvolvimento da cidade fica obscuro e praticamente inacessível aos movimentos populares.

Ao longo da história, em todo o mundo, as mulheres vêm sendo subordinadas, exploradas (econômica e socialmente) e excluídas dos espaços de poder que definem os rumos do desenvolvimento. Em Fortaleza não é diferente. Em nossa cidade, as mulheres representam 53% da população total. Os domicílios chefiados por mulheres, notadamente os mais pobres, representam 33,2% do total. Entre as mulheres chefes de família, 14,6% não tem instrução e 19% tem menos de 4 anos de estudo. A maio-

ria é negra, sendo também estas as que têm menores rendimentos e nível de escolaridade e o maior número de filhos/as (IBGE, Censo 2000).

Diante de tantas contradições não podemos deixar de destacar outras práticas e posturas que de uma forma ou de outra afetam a dinâmica urbana atual de Fortaleza e sua região metropolitana. São eles:

- política econômica de superávit fiscal, contingenciamento de recursos públicos e a forma indiscriminada como são realizadas as parcerias público - privadas, com concentração de recursos no nível federal;
- inexistência de um sistema nacional de gestão das cidades;
- subordinação das políticas setoriais urbanas à política macro econômica em curso, levando à fragmentação, superposição e desarticulação entre as políticas urbanas.
- ausência de uma política de desenvolvimento local e nacional, e de alternativas à continuidade da agenda neoliberal, prolongando a implementação de políticas públicas de caráter compensatório;
- precária implementação da pauta do Estatuto da Cidade (Lei Federal n o. 10.257/2001);
- política estadual excessivamente focada nas cidades cearenses com potencial turístico e legislação permissiva à expansão do mercado imobiliário segregador e degradador do meio ambiente natural;
- insuficiência ou fragilidade na construção de uma política estadual de habitação e de gestão democrática;
- fragilidade das instituições governamentais no que se refere ao seu corpo funcional, predominando a terceirização dos serviços;
- violação dos DHESCA's a nível estadual e municipal e, principalmente inexistência de políticas estadual e municipal de combate das desigualdades de gênero e das desigualdades étnico-raciais.

A nível local na metrópole Fortaleza têm ainda, a continuidade de um modelo de gestão restrito a implementação efetiva de espaços de deliberação de políticas pela sociedade civil organizada. Destacamos tam-

bém a conjuntura de fragilização dos movimentos sociais locais frente à ocupação da gestão municipal e estadual por partidos da esquerda ou de centro-esquerda. O caráter reivindicatório destes movimentos e até de algumas organizações não governamentais encontra-se comprometido ou, digamos, em um momento de “contingenciamento”. Numa primeira avaliação, verificamos que esta situação advém: da migração de importantes lideranças sociais e comunitárias para os quadros municipal e estadual atuais; da realidade pré-existente de fragilidade ideológica e política destes atores, que por vezes reproduziram as práticas criticadas; e da crença, ainda forte, nas práticas de concertação.

A regularização fundiária no contexto local

Como uma maneira de enfrentar o problema das ocupações irregulares, da falta de políticas públicas eficazes e continuadas para as mesmas e da alta vulnerabilidade das famílias posseiras à especulação imobiliária e à expulsão de suas terras duramente conquistadas, levanta-se a bandeira da Regularização Fundiária.

Em Fortaleza, o tema da regularização da posse da terra historicamente pouco ocupou espaço na agenda pública. Ignorar o problema da informalidade urbana é conveniente aos poderes constituídos, pois os mesmos se utilizam da casa e da terra como mercadoria, como moeda de troca, como estratégia de fortalecimento dos currais eleitorais.

No ano de 2003, iniciou-se uma articulação na cidade, que culminou com a formação de um Fórum Permanente de Regularização Fundiária, formado por lideranças comunitárias, ONGs, entidades de classe e Poder Público, com o objetivo de encontrar soluções para os entraves à titularização e democratizar e aprofundar as discussões sobre os processos de regularização fundiária e de planejamento da cidade.

Tal Fórum não teve grande repercussão, e acabou extinto. Após esta primeira tentativa de debate e construção coletiva de uma política de Regularização Fundiária, as entidades ligadas ao movimento de reforma urbana de Fortaleza procuraram, através de oficinas, capacitações, cursos e seminários, sensibilizar as comunidades da necessidade e importância do tema.

A demanda, conseqüentemente, cresceu. O Poder Público, principalmente Estadual e Municipal, continuaram sem dar resposta satisfatória às exigências levadas pelas lideranças das ocupações.

O CEARAH Periferia, enquanto entidade de assessoria ao movimento, decidiu, em 2003, elaborar um projeto de regularização fundiária sustentável que pudesse servir de exemplo para as reivindicações junto aos órgãos competentes — visto a impossibilidade de darmos conta das milhares de famílias em situação irregular. Esta primeira ação foi incorporada a um projeto maior, o Projeto Cidade de Todos (as), executado em parceria com várias entidades e movimentos reunidos no Núcleo de Habitação e Meio Ambiente¹ (Rede NUHAB). As atividades foram realizadas na Comunidade Terra Prometida, na Barra do Ceará, em um período de 03 anos e beneficiou diretamente 230 famílias, sendo a primeira ação de usucapião coletivo do estado do Ceará.

A metodologia utilizada neste processo serviu de base a outro processo, o projeto Regularização Cidadã, do qual procuramos extrair lições e aprendizados relatados neste artigo.

Este projeto é composto basicamente por duas fases: a primeira contou com a participação do Serviço Justiça e Paz e do CDVHS, tendo a coordenação local do CEARAH Periferia através de recursos da Cordaid e do MCidades/CAIXA; esta etapa objetivava o reconhecimento das duas áreas beneficiadas como Zonas Especiais de Interesse Social/ZEIS e a entrada do pedido de regularização (concessão ou usucapião, a depender da propriedade do terreno) de 500 famílias moradoras destas áreas (Canudos e Pici). A segunda fase objetiva a regularização fundiária sustentável de mais 1000 famílias moradoras das comunidades do Pici inicialmente citadas, sendo executada pelo CEARAH com recursos do MCidades. Todas as duas fases contaram com atividades de mobilização e sensibilização das lideranças e famílias moradoras, pesquisa e aplicação de cadastros/questionários, produção de diagnósticos, coleta de declarações e cópias de documentos. E a proposta de continuidade das ações envolverá ainda acompanhamento das ações e requerimentos

¹ Rede local, filiada ao Fórum Nacional de Reforma Urbana, composta por 12 entidades: Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza (FBFF), Central dos Movimentos Populares (CMP), Centrais Eclesiais de Base (CEB's), Movimento dos Conjuntos Habitacionais (MCH), Centro Assessoria Jurídica Universitária (CAJU), Núcleo de Assessoria Jurídica Comunitária (NAJUC), Serviço de Assessoria Jurídica Universitária (SAJU), Centro Socorro Abreu, Escritório de Direitos Humanos Frei Tito de Alencar (EFTA), Cáritas Arquidiocesana, Centro de Defesa da Vida Herbert de Sousa (CDVHS) e CEARAH Periferia.

já iniciados, processos de planejamento local, capacitação das lideranças e novo cadastramento das próximas famílias beneficiadas.

A seleção das primeiras 500 famílias beneficiadas pela Regularização Fundiária foi feita com base nos seguintes critérios: chefes de família acima de 60 anos e/ou mulher; família com portador (a) de necessidades especiais; tempo de posse do imóvel comprovado a partir de cinco anos passados e participação da família nas ações da comunidade e atividades do projeto.

Como foi visto o projeto envolve, além de procedimentos para a viabilidade jurídica das ações de regularização da propriedade, atividades de cunho social e político que deverão viabilizar a transformação das comunidades envolvidas em Zonas Especiais de Interesse Sociais, já delimitadas no Projeto de Lei do Plano Diretor Municipal. Esta proposta, se realmente consolidada, trará impactos positivos na vida das famílias moradoras destas áreas à medida que lhes dará condições de alcance do efetivo cumprimento do direito a moradia e a cidade.

Vale destacar que, apesar dos avanços, a regularização fundiária implementada através deste processo, teve que seguir trâmites do MCidades e de seu banco operador dos recursos, neste caso, a Caixa Econômica Federal. Dentre estes trâmites estão os parâmetros rígidos para seleção das áreas alvo da regularização.

A CAIXA tem como critérios a escolha de ocupações antigas e com infra-estrutura básica (abastecimento de água pela rede, rede pública de iluminação, pavimentação etc.). Esse critério, somados criteriosas exigências jurídicas que versam sobre a documentação obrigatória de comprovação do tempo de posse que cada família deve possuir, muitas vezes excluem de processos dessa natureza assentamentos recentes, tão ou mais precários, e localizados em áreas de muito maior pressão por parte do mercado imobiliário (formal e informal), cujos moradores e moradoras são igualmente carentes do respeito à seu direito de moradia.

Mulheres do Pici: precariedade e desigualdade

Logo a princípio concluímos que, apesar dos critérios adotados pela CEF para seleção dos assentamentos alvo de projetos e ações de regularização fundiária, as comunidades escolhidas não fogem da realidade

de precariedade e exclusão da maioria das ocupações de Fortaleza, onde poucos são os bairros que possuem todas as condições adequadas de moradia. Moradia compreendida como aquela que engloba acesso efetivo à habitação, à infra-estrutura física, ao equilíbrio socioambiental, ao transporte e aos serviços sociais básicos de saúde, educação, cultura e lazer. Ou seja, moradia enquanto localização que permite o acesso igualitário às benesses da cidadania e da civilidade.

Salientamos também que as desigualdades, as disparidades, a segregação e a exclusão de “fora” se reproduzem “dentro” destes assentamentos. A partir desta constatação caracterizamos estes assentamentos como espaços heterogêneos, onde os conflitos socioeconômicos e espaciais são nada mais que uma reprodução em menor escala da realidade paradoxal do espaço metropolitano.

Essa realidade dentro dos assentamentos é vivenciada distintamente pela população moradora. Homens e mulheres são impactados de forma diferenciada pela precariedade e pela exclusão. E esses impactos são ainda mais distintos quando considerados as questões etária e de cor.

O impacto diferenciado da precariedade urbana na vida da mulher advém do ainda predomínio de uma cultura patriarcal, onde as relações de poder historicamente desiguais entre homens e mulheres tem na violência de gênero uma das suas manifestações mais perversas.

Segundo dados do Fórum Cearense de Mulheres de Fortaleza em 2004, dos 105 assassinatos de mulheres no Estado, mais da metade foram em Fortaleza. E segundo dados da Delegacia de Defesa da Mulher do município registrou-se durante este mesmo ano 7.570 ocorrências, entre as quais 26 estupros. Deve-se aqui acrescentar a realidade da maioria dos casos que sequer é notificada levando a uma falta de dados que concretamente dimensionem a violência contra a mulher na cidade.

Apesar dos avanços decorrentes das inovações legais e políticas, são muitas as mulheres que sofrem a violência física, sexual, psicológica e econômica, em especial, nas relações com seus parceiros. A falta de uma política que integre as ações que promovam uma maior autonomia para as mulheres, favorecem a violência muitas vezes praticadas pelos filhos jovens, homens que reproduzem esta cultura com suas irmãs e com a própria mãe, a falta de trabalho, de uma escola, de saúde que atendam

as necessidades primárias de uma convivência e de uma construção de direitos que promovam estas famílias.

Vale destacar que as mulheres nos assentamentos informais e precários ocupam um espaço doméstico no qual a divisão sexual do trabalho da casa ainda inexistente e estas mulheres que na sua grande maioria são chefes de família têm uma sobrecarga com as obrigações relativas ao trabalho doméstico de cuidado com a casa e com os filhos. Um dado importante a ser considerado é que em Fortaleza, 43% da população economicamente ativa é composta de mulheres. Destas, 46% estão ocupadas e com rendimentos em média 32% inferiores que os masculinos. Tanta desigualdade e opressão, dentre outros aspectos, por vezes dificulta e até mesmo a exclui de uma atuação política mais efetiva.

Aja posto a reduzida participação das mulheres nos espaços institucionais de representação, como por exemplo, na Câmara Municipal. Nesta, apenas 12,2% das cadeiras é ocupada por vereadoras.

A partir desta compreensão mais geral temos a seguir a caracterização dos assentamentos alvo de ações de regularização e da forma como as mulheres vivem a sua rotina dentro deste contexto de precariedade e desigualdade.

Vale destacar que os assentamentos alvo deste artigo são bastante antigos. Lua, Fumaça, Feijão e Tancredo Neves são comunidades frutos de ocupações ocorridas há mais de 30 anos no bairro Pici em Fortaleza. Apesar de sua excelente localização, a aproximadamente 9 km do Centro de Fortaleza, e das melhorias realizadas desde o período da ocupação, as comunidades ainda enfrentam problemas de precariedade em sua infra-estrutura básica e nos serviços de saúde, educação, lazer e principalmente segurança.

Mais de 90% dos domicílios são atendidos pela rede pública de abastecimento de água. Realizando, porém uma análise comparativa entre os bairros de Fortaleza, verifica-se que de 60% a 70% dos domicílios apresentam condições precárias de abastecimento. No que tange à precariedade do esgotamento sanitário constata-se no bairro, e consequentemente nas ocupações, a segunda pior faixa de precariedade, ou seja, entre 20% e 50% dos domicílios, até meados de 2000, não possuíam ligação à rede de esgoto. A partir do cruzamento dos dados verificou-se que a comunidade Fumaça, dentre as demais, é a que apresenta as con-

dições mais precárias de abastecimento e saneamento. Apenas uma média de 30% de seus domicílios se beneficia da rede pública de abastecimento de água; e quase 100%, não tem acesso à rede de esgoto, também apresentando precariedade na coleta de lixo. Em todo bairro menos de 10% dos domicílios apresentam precariedade no processo de coleta.

Atualmente quase que a totalidade das vias de circulação interna é pavimentada. Segundo dados do Governo do Estado, em todo bairro são aproximadamente 3.814 metros de vias, a maioria já apresentando sistema de drenagem das águas pluviais. A área é servida por 6 linhas de ônibus, sendo as mais utilizadas aquelas responsáveis pelo transporte ao Centro de Fortaleza.

A ausência de infra-estrutura adequada impõe a mulher moradora destes assentamentos uma realidade doméstica ainda mais difícil e desigual à medida que trás novas “cargas”, muitas vezes emergências: como falta d’água, esgoto entupido, alagamentos, ônibus quebrado atrasando a chegada em casa para a preparação do jantar etc. Problemas que, na maioria das vezes, são por essas mulheres assumidos.

Vale mais uma vez destacar que as comunidades em questão e seu entorno compõem uma área de Fortaleza muito densa e relativamente estruturada, mas ainda pouco pressionada pelo mercado imobiliário formal. A pressão por essa localização advém do mercado imobiliário informal e do Poder Público, que vê naquela região as condições adequadas para a implantação de habitação de interesse social, mas que não necessariamente atenderia à demanda local e sim à demanda já cadastrada, muitas vezes de outras regiões do município.

As habitações trabalhadas são formadas por casa térreas e geminadas, coladas uma nas outras sem espaçamento lateral. A escassez de aberturas compromete o conforto ambiental interno das habitações, à medida que reduz a ventilação natural. Predominam lotes entre 35,00m² e 50,00m². Nos lotes que não são totalmente construídos nota-se o subdimensionamento do quintal, que se reduz a poucos metros quadrados. As famílias utilizam o máximo possível da área do lote, devido principalmente ao número sempre grande de co-possuidores na casa.

Foi verificado duas ou até três famílias ocupando o mesmo imóvel. Este fenômeno é conhecido como “coabitação”, prática comum em assentamentos informais e precários. A maioria das habitações, apesar

dos tamanhos dos lotes, possui 05 compartimentos ou mais, algo possível devido à área reduzida de cada compartimento. São poucas as famílias que dispõem de espaço em suas residências para viver de forma digna com adequadas condições de salubridade. Muitas são as famílias com até 8 membros coabitando casas com menos de 40m².

Por estas razões, atreladas à reduzida dimensão das casas, ao número sempre grande de membros por família, e a ausência de equipamentos públicos de lazer, é natural vermos a forma como as mulheres utilizam a rua como uma extensão de suas casas. Na rua, se lava roupa e estende para secar, constrói-se cobertas improvisadas para a proteção de veículos, senta-se para conversar com os vizinhos, jogar bola, brincar de bonecas etc. São muitas as crianças brincando nas ruas da comunidade.

Toda essa situação de precariedade socioambiental está atrelada a uma condição ainda maior de precariedade socioeconômica. As famílias destes assentamentos convivem com realidade dos baixos salários e do subemprego onde a renda média do / da chefe de família, a maioria mulheres e idosas, varia entre 1 e 3 salários mínimos. Apesar das melhorias de infra-estrutura, implantadas a partir do PRORENDA, e da localização privilegiada, o bairro onde as comunidades alvo da ação se localizam apresentaram um aumento insignificante na renda dos (as) chefes de família de 1991 para 2000.

No que diz respeito à alta porcentagem de mulheres chefes de família, a quantidade é majoritária em todas as comunidades trabalhadas. Vale ressaltar que esta informação também deve ser relativizada pelo fato de a maior parte da população ser composta por mulheres, jovens e crianças. Com referência à renda, deve-se salientar a dificuldade de, somente através de dados do IBGE, construir um quadro real da economia local, devido principalmente à situação informal de trabalho da maioria da população. Prevaecem as formas de trabalho que não necessitam de grande qualificação técnica. Para as mulheres as formas de ocupação mais encontradas são o de operárias em fábricas de beneficiamento de castanha de caju e o de doméstica ou diarista, além do trabalho como dona de casa.

Outro indicador importante da realidade de precariedade sócio-econômica das mulheres moradoras beneficiadas com a ação é o que

trata da origem destas famílias e seu fluxo migratório dentro da cidade e do Estado. Observando os dados referentes a este indicador pode-se notar que as comunidades beneficiadas com a Ação de Regularização Fundiária não são formadas a partir de um grande fluxo migratório vindo de outras cidades do Estado ou da Região Metropolitana. O motivo da vinda para o bairro, alegada pela maioria, foi a possibilidade de adquirir um imóvel próprio, saindo do ônus excessivo com aluguel. São pessoas que não foram absorvidas pelas políticas habitacionais, não sendo incorporadas ao setor formal do mercado imobiliário.

Outros motivos alegados são: a necessidade de proximidade com parentes e amigos e a proximidade com áreas centrais da cidade que oferecem mais opções de emprego e renda. As informações sobre o lugar de proveniência cruzadas com as data de chegada demonstram que as comunidades da Lua, Fumaça, Tancredo Neves e Feijão foram as primeiras grandes ocupações ocorridas no bairro; apesar de grande parte dos atuais moradores e moradoras terem participado da ocupação inicial.

No que tange à questão da educação e considerando o fato da maioria dos chefes de famílias serem mulheres, verifica-se uma problemática socioeconômica ainda mais complexa e desigual. O bairro Pici ocupa a faixa de bairros com taxa de analfabetismo entre 10 e 25%. Observa-se que 18% dos (as) chefes de famílias são analfabetos (as), sendo que apenas 1% possui nível superior; 36% possuem o 1o Grau incompleto. A percentagem de chefes de família empregados (as) no setor formal é de apenas 23,4%, dado justificado pelo baixo nível de escolaridade. Grande parte são economicamente ativos (as), sendo que o setor informal absorve 21% dos (as) chefes de família, contando autônomos e empregados sem carteira assinada. O percentual de chefes de família desempregados (as) é alto, cerca de 37%.

O índice de analfabetismo entre as crianças e jovens chega ou supera os 51%, com somente uma escola pública, para atender a todas as crianças e jovens do bairro. Devido a pouca quantidade de escolas públicas no bairro, cresceu o número de pequenas escolas particulares de ensino infantil (geralmente com professores que ainda estão concluindo o magistério e em alguns casos nem isso), além do reforço escolar domiciliar.

Na luta por uma educação de qualidade entram também as organizações comunitárias, que buscam através de parcerias até com o próprio governo, soluções para resolver a problemática da educação, criando frentes alternativas de ensino como creches, cursos de alfabetização de adultos e outros.

A principal fonte de renda e geração de emprego são as micro-empresas de confecção de roupas. Elas estão distribuídas mais intensamente em outros pontos que fogem da área da pesquisa. Além disso, a predominância de salões de beleza advém de uma forma também alternativa de auxiliar a renda familiar já que todos eles estão inseridos na categoria COMÉRCIO E MORADIA.

A participação da mulher no processo

Não percamos de vista todos esses dados, pois a compreensão da realidade das mulheres em assentamentos precários em processo de regularização fundiária, como o Pici, é fundamental para a análise dos avanços e dificuldades da atuação destas mulheres neste que é um dos, se não o mais importante, instrumento de acesso ao direito à moradia e à terra urbana.

Mas a luta destas mulheres não se reduz apenas à regularização fundiária em si. As “Marias” do Pici iniciaram suas atuações há vinte, trinta anos atrás, quando da ocupação da terra. Para muitas destas mulheres a luta pelo título de propriedade não é muito se comparada à luta pela terra. Participar de uma ocupação há vinte anos atrás representou a superação de muitos preconceitos e de muitas situações de ameaças e de medo.

“A ocupação ocorreu a partir de reuniões. Aqui era só um matagal e servia de desova de cadáveres. Era muito espaço desocupado enquanto tinha tanta gente sem lugar pra morar. Nós viemos um dia, pegamos material numa serraria do Pan Americano e construímos a primeira casinha. Era cheio de policiais. A gente construindo a casa e eles olhando. Na época era eu, minha vó e minha filha. A gente com o tempo ia conseguindo material, o material no outro dia

não estava mais lá, tinham roubado... foi muito sacrifício mesmo! Passando o tempo as primeiras pessoas começaram a desistir, a vender suas casas, pois não tinha uma pessoa a frente, um político que pudesse ajudar”.

JOANA D'ARC, LIDERANÇA COMUNITÁRIA

“A luta era diária, e as condições de habitabilidade praticamente inexistentes. Não havia água, muito menos iluminação pública. A atuação se dava principalmente durante o dia, pois a área era utilizada como ponto de encontro de bandidos, e nesse sentido as ameaças eram constantes. Construíamos um pouquinho durante o dia e a noite eles vinham e demoliam tudo. Foi assim todos os dias...”

TOINHA, LIDERANÇA COMUNITÁRIA

O poder público não interferia. A dificuldade era com aqueles que utilizavam a área para outros fins; tinha os bandidos, os jogadores de futebol - pois havia muitos campos de várzea - e aqueles que se diziam proprietários. E as mulheres, que lideravam e eram maioria na ocupação, ainda enfrentavam o preconceito de seus companheiros e familiares. Passavam o dia na ocupação, pois os companheiros tinham que ir “trabalhar” e ao retornar para casa ainda eram alvos de comentários: “Você vai pra ocupação atrás de homem. O que você passa o dia fazendo lá? Sai dessa ocupação... Isso não é lugar de mulher direita.”

Na época, diferentemente dos dias atuais, não havia o enfrentamento com a polícia, pois o proprietário ou o poder público não confrontavam as famílias. A forma de agir era muito mais sutil, muitas vezes através de advogados, ou de intermediários que se misturavam aos ocupantes e tentavam minar o processo.

“Sobre os pormenores que as mulheres encontraram quando chegaram não foi dito nem um terço. Eu e um grupo de mulheres se reunia para que a gente tivesse o direito de levantar o barraco aqui. As mulheres ficavam fazendo a gente não esmorecer. Aqui era cheio de campo de futebol. Quando os homens paravam de jogar futebol, domingo à noite, a gente

se reunia e ocupava o terreno. Quando amanhecia o dia já tava todo demarcado. Ai eles vinham, expulsavam, e a gente voltava. Outra dificuldade grande que a gente enfrentou foi o processo levantado pelo Eudoro Santana, que disse que ia passar um trator e derrubar tudo. Ai deu medo em muita gente, que disse que não ia levantar a casa porque ele ia derrubar. E o grupo que ia pras reuniões lutando pro povo não esmorecer. Eu vi senhora com crianças lá, em frente a receita federal, levamos dois ônibus. Foi muita confusão.

Teve até uma reunião em que o juiz mostrou um papel de 40 anos atrás que atestava a propriedade do terreno e determinou a saída das famílias. O nosso advogado notou que o papel era muito novo pra ter 40 anos... Eu lembro muito bem, eu ficava só olhando a força e a vontade das mulheres, numa hora dessas, queimando mato, suando, etc.”

ANTIGO MORADOR.

É importante salientar que as “Marias” do Pici não possuíam nenhum tipo de organização antes da ocupação. Até porque originavam-se de diversas áreas da cidade. Sua prática organizativa se desenvolveu no decorrer da ocupação. Todo empoderamento adquirido nesse processo se consolidou e muitas outras conquistas foram alcançadas por essas mulheres, que passaram a criar espaços associativos na luta por infra-estrutura e serviços para a terra conquistada.

A necessidade da regularização fundiária, principalmente no que tange o “papel da casa”, foi diminuindo à medida que as ocupações no Pici foram sendo urbanizadas, mesmo que precariamente: “Já estamos aqui há tanto tempo... Já colocaram água, energia e até esgoto tem em algumas casas! Não acho que tenha alguém que tire a gente daqui!”.

Muitas “Marias” já estão convencidas que “papel da casa” não fará muita diferença e que só servirá para trazer a obrigação dos impostos.

Esta compreensão é diferente quando conversamos com as lideranças locais. Muitas delas já participaram ou tentaram promover processos de regularização fundiária em suas comunidades, mas não obtiveram êxito junto aos órgãos públicos ou gestores. A maior parte das

lideranças estava sensibilizada quanto à importância da regularização, mas poucas acreditavam na efetivação do processo.

São diferentes visões de uma mesma luta e diferentes atuações: temos as “Marias lideranças” e as “Marias moradoras”. Mas todas enfrentaram e enfrentam desafios diários pela efetivação de seus direitos à moradia através da regularização fundiária.

Logo no início do processo no Pici aconteceram muitas reuniões e visitas de campo com as lideranças locais, pois a proposta era ser formado um núcleo gestor do processo. Para algumas das lideranças, a área ter sido escolhida foi uma importante conquista e fazer parte da gestão do processo era prioridade. A maioria dos membros do núcleo gestor são mulheres, sendo que apenas 3 ou 4 homens têm participado. Compor a gestão de um processo de regularização fundiária, mesmo com uma assessoria técnica e com um plano de trabalho já definido, representa mais uma responsabilidade na rotina das “Marias lideranças”.

O núcleo gestor é o espaço das decisões de caráter político. Nele tivemos a princípio as seguintes definições: estratégias de mobilização e sensibilização, responsabilidades e papéis de cada um e cada uma, critérios de escolha das famílias na ação piloto, estratégias de atuação na revisão do plano diretor municipal - pois tínhamos também como objetivo transformar as comunidades beneficiadas pela regularização em Zonas Especiais de Interesse Social . O núcleo gestor também representava um canal entre as famílias e o CEARAH Periferia, todos e todas tinham a responsabilidades de atuarem enquanto mobilizadores do processo. Esse espaço detém uma grande responsabilidade e a boa convivência entre as instituições componentes reflete diretamente no andamento das atividades. As “Marias” passaram a lidar com temas complexos e que demandam uma maior disponibilidade e atenção.

Lembremos que estas “Marias lideranças” são aquelas mulheres do início do texto: lideranças, mas também moradoras da Lua, da Fumaça, do Tancredo Neves, do Planalto Pici. Mulheres que vivenciam aquela rotina de precariedade socioambiental e de desigualdade. Mulheres que além de “tudo” atuam politicamente em suas comunidades.

“Minha maior dificuldade é participar das reuniões à noite, minha família quer minha presença, pois já passo o dia

todo fora. Eu acho justa a ajuda que eles me dão em casa. Antigamente minha família dizia que eu vinha pra Associação arrumar homem”

TOINHA, LIDERANÇA COMUNITÁRIA.

“Quanto a minha atuação política, faço o possível para não atrapalhar os meus trabalhos em casa. Eu trabalho o tempo todo, só páro 11:00 horas da noite na hora de dormir, tenho uma tripla jornada de trabalho“

JOANA D'ARC, LIDERANÇA COMUNITÁRIA.

E que agora estão tendo que aprender algo novo, mesmo para aquelas que já haviam tido algum tipo de experiência similar. A proposta agora era diferente e muito mais cheia de requisitos e procedimentos. Agora todo processo pressupõe uma participação direta dos moradores e moradoras e principalmente daqueles considerados (as) lideranças. Cada reunião, cada assembléia com famílias, informações importantes eram repassadas e dúvidas eram esclarecidas. A seqüência das ações era verificada nas falas de cada evento. Os primeiros encontros faziam parte da Etapa de Mobilização e Sensibilização de todos os atores locais, além das famílias moradoras. Sempre muitas “Marias” presentes. A proposta era dotar a todos e todas de informações e conceitos preliminares: o que seria regularização fundiária; diferenças entre posse e propriedade, entre os instrumentos, usucapião e concessão etc.

Nesta primeira etapa também tivemos que mobilizar e sensibilizar para o plano diretor, pois a proposta era que representantes das comunidades do projeto se envolvessem na revisão do plano e conseguissem incluir neste a proposta de transformação da área em ZEIS.

Quando nos voltamos para o universo das “Marias moradoras” ou simplesmente “Marias do Pici” toda a complexidade da participação em um processo de regularização fundiária toma outras forma um outro grau de intensidade.

Estas mulheres não atuam politicamente, a maioria nem participava da dinâmica associativista de sua comunidade. Sua realidade, também já descrita, se impõe muitas vezes como barreira intransponível à participação nas atividades do processo de regularização, pois

sobre elas não pesam responsabilidades sociais, em tese, pesa apenas o interesse de conseguir de forma não onerosa o reconhecimento formal da propriedade. Também como já foi dito, muitas delas nem mesmo acreditam, ou pelo menos, a princípio eram resistentes à proposta. Mas mesmo com todos os “se’s” sempre foram maioria nos eventos do projeto. Elas superam suas rotinas de muito trabalho e precariedade para se fazerem presentes. Abdicam da “novela”, e mesmo com a “panela no fogo” participam. São muitas vezes intimadas por seus esposos: “Trabalho o dia inteiro! Ela passa o dia em casa... Chego cansado... Ela já tá acostumada... E ainda vai fazer o almoço de amanhã!”.

Essa forma de participar do processo pode promover dois fenômenos distintos:

— A propriedade em nome da mulher como algo certo para o seu companheiro. Isto a partir do reconhecimento, por parte do mesmo, da maior participação dela no processo.

— Ou, apesar da maior participação da mulher, o companheiro se coloca enquanto proprietário. Ele se reconhece enquanto “provedor” e ela corre o risco de não ter garantido o seu direito à propriedade, pois também não se reconhece enquanto “sujeito”, não reconhece e não é reconhecida pela importante contribuição do seu trabalho doméstico na dinâmica familiar.

Em todos os dois casos verifica-se a fragilidade do reconhecimento do direito da mulher à moradia. A convivência com as “Marias” moradoras e nas rodas de conversa promovidas verifica-se a dificuldade delas em se reconhecerem enquanto “merecedoras”. Isto influencia diretamente na forma de participação destas mulheres. São poucas as moradoras, não lideranças, que assumem de forma segura e efetiva o direito a compartilhar com seu companheiro a titularidade do imóvel onde moram.

“É importante a casa no meu nome porque eu sou viúva, porque a mulher é uma pessoa muito forte na família, ela cuida dos filhos, o marido sai e vai embora com outras, mas se meu marido fosse vivo o papel seria em nome dele, porque o homem é a cumieira da casa, ele é tudo numa casa.”

Em outra importante ação de Regularização Fundiária, também em Fortaleza, na Comunidade Terra Prometida, foram contatadas situações complexas relacionadas ao reconhecimento do direito por parte da mulher. Muitos foram os casos de mulheres que haviam colocado nos cadastros o seu nome enquanto posseira, e que vieram ao final das reuniões solicitar, por vezes chorando, que seu nome fosse substituído pelo do companheiro.

Essa etapa do Cadastro é uma das mais importantes do processo, nesta etapa todas as casas das comunidades foram visitadas pelos pesquisadores populares para coleta de informações sobre o perfil sócio-econômico da família. No cadastro são feitos alguns questionamentos chave ao processo: sobre a adesão ou não de cada família à ação; quem é o posseiro ou posseira, aquele que ocupou o imóvel; se há como comprovar o tempo de posse dentre outras questões. A partir da análise dos cadastros foi iniciada a coleta do material que servirá como prova documental do tempo de permanência no local (que deverá ser superior a 5 anos). Após o preenchimento de todos os cadastros, foi feita uma tabulação e análise dos dados coletados para elaboração de um perfil socioeconômico e ambiental das comunidades.

É um momento de definições e que tem demonstrado, agora falando das Marias do Pici, que apesar do relatado muitas são aquelas que se reconhecem enquanto sujeito e se colocam como possesiras. Essa tranquilidade advém segundo as Marias lideranças, do fato de muitas terem participado da ocupação inicial, ou por serem chefes de família sem companheiros ou com companheiros totalmente ausentes.

A questão agora é verificar, no Pici, se esta segurança, vai realmente se consolidar e as Marias moradoras vão realmente assumir todo o processo de regularização como já se verifica. Existe quase uma certeza, que elas serão maioria no processo de planejamento local e também na etapa de formatação da ação e de tomada de decisão sobre os instrumentos utilizados para a regularização. Foi assim que aconteceu na Terra Prometida. As mulheres tiveram um papel também fundamental.

Viabilizar estas discussões da questão de gênero na regularização fundiária é algo a ser enfrentado por todos os agentes envolvidos na proposta, e não somente por aqueles responsáveis – contratados para a execução do processo. Segundo o Prof. Edésio Fernandes, as políticas

de legalização, visando promover a segurança da posse devem ter cuidados especiais, principalmente no que tange as implicações de gênero do processo. Ele define a segurança da posse segundo os termos da Campanha Global da ONU pela Segurança da Posse para pobres nas áreas urbanas; segundo os quais além da proteção jurídica, ter a propriedade reconhecida, deve objetivar a formação de comunidades sócio - economicamente sustentáveis, acessando as infra-estruturas básicas; assegurar condições sociopolíticas de cidadania urbana; mobilizar comunidades dispersas; e empoderar as mulheres.

Definida a área alvo de uma ação de regularização fundiária, dita sustentável e plena, deve-se ser avaliada a dimensão de gênero a ser assumida no processo. E daí elaboradas estratégias de abordagem desta dimensão no sentido de dotar a população de mulheres moradoras das condições necessárias a esse empoderamento. Que poder público, associações de moradores locais, consultoria, e outros possam compor ações integradas, de cooperação sistemática, para a resolução da problemática de gênero que aflora fortemente em processos de regularização fundiária.



O movimento de reforma urbana e sua relação histórica com o movimento de mulheres na construção do direito à cidade, em Belém.

Aldebaran Moura*

Graça Costa*

João Gomes*

O texto apresenta uma contextualização dos movimentos de Reforma Urbana e do Movimento de Mulheres em Belém, procurando entender sua relação histórica. Por meio da reconstrução de experiências e histórias de vida de mulheres engajadas na luta pelo direito à cidade, a reflexão permite o vislumbamento dos novos caminhos percorridos no diálogo entre o movimento de Reforma Urbana e o Movimento de Mulheres.

1 A luta das mulheres pela reforma urbana em Belém

Belém possui uma forte tradição organizativa e de participação representada na diversidade de manifestações dos movimentos sociais existentes, principalmente no âmbito popular, em torno da defesa dos direitos sociais urbanos. Essas organizações emergem de uma centralidade em torno de questões relacionadas à habitação e ao saneamento, considerando a situação das contradições, das desigualdades e da exclusão que acompanham a história da expansão urbana da cidade. Por isso, o texto pretende tirar as mulheres da invisibilidade histórica na construção desse movimento, afirmando-as como sujeitos sociais coletivos da luta pela Reforma Urbana.

O histórico do movimento de Reforma Urbana em Belém acompanha a dinâmica nacional no que se refere à forma como evolui de organização em torno de lutas específicas no local de moradia para o desenvolvimento de ações articuladas em torno de políticas públicas.

No entanto, esse movimento encontra sua especificidade pela forma como se desenvolve desde o início: com grande protagonismo de lideranças femininas cuja trajetória vai ser importante, posteriormente, na construção e na consolidação tanto do Movimento de Reforma Urbana quanto do movimento de mulheres e feminista.

Nessa perspectiva, o texto, ao reconstruir o histórico do movimento social urbano em Belém, procura dialogar com a história de vida de três mulheres de liderança¹ que estão presentes tanto no Movimento de Reforma Urbana quanto no Movimento de Mulheres em Belém e cujas histórias se confundem com a própria história do movimento social. Essas mulheres têm sido sujeitos importantes no processo de diálogo entre os dois movimentos, por suas capacidades e habilidades políticas em articular tais processos.

Estamos falando de **Domingas Caldas**, 58 anos, mãe e avó, chefe de família, atua em cargo de direção no Grupo de Mulheres Brasileiras – GMB, e no Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense – FMAP, além de representar esses grupos no Fórum Metropolitano de Reforma Urbana – FMRU; **Antônia Salgado**, 54 anos, mãe, atua em cargo de direção no Movimento de Mulheres do Tapanã e no FMAP e participa do FMRU; **Graça Antunes**, 58 anos, mãe e avó, chefe de família, atua em cargo de direção na União de Mulheres de Belém – UMB, e no FMRU.

Ao fazer esse exercício de resgate queremos também reconhecer o problema da invisibilidade das mulheres no espaço urbano, tomando por base dois importantes aspectos: I) a invisibilidade das mulheres no acesso a direitos considerados universais; e II) a construção do sujeito coletivo de direitos — o Movimento de Mulheres — no processo de tensionamento com o acesso aos direitos, garantindo-os através do papel do Estado.

Todas as entrevistadas têm dupla militância, ou seja, iniciaram sua militância no movimento social urbano e, durante o processo, foram construindo espaços organizativos específicos de luta e defesa dos direitos das mulheres. Por isso, transitam entre os dois movimentos e têm

¹ *Educadores populares da Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (Fase Amazônia) – Núcleo Cidadania e Políticas de Reforma Urbana.

¹ Entrevistas realizadas durante a Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres, com mulheres que participam do Fórum Metropolitano de Reforma Urbana e do Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense.

uma trajetória pessoal de defesa do diálogo entre os mesmos. Com as entrevistas feitas com essas três mulheres buscou-se identificar elementos que permitissem visualizar, a partir de suas falas e depoimentos, as suas percepções acerca de como se deu o protagonismo das mulheres na construção do Movimento de Reforma Urbana e em que momentos eles se encontram e se inter-relacionam na construção de suas plataformas.

No começo da década de 1970, teve início, em Belém, a organização em torno de movimentos reivindicatórios, com o surgimento dos primeiros conflitos pela posse da terra. Esses conflitos assumiram uma postura de contestação ao caráter autoritário do Estado no que se refere ao equacionamento das questões por meio da repressão às manifestações populares. Nessa mesma década, surgem diversas entidades — centros comunitários e associações de moradores — articulando, de início, ações assistencialistas e de auto-ajuda com demandas de caráter mais imediato no interior dos bairros, voltadas para o aterro de ruas, a construção de pontes de madeira, a construção de escolas, a instalação de água, de luz e moradia e, bem como, assistência médico-dentária.

A partir da segunda metade da década de 1970, a organização dos movimentos assume um caráter mais reivindicativo em torno de demandas comuns da população nas áreas de educação, saúde e transporte, congregando um grande número de entidades organizativas dos bairros. Surge, nesse contexto, a Comissão dos Bairros de Belém (CBB) — que aglutinou diversas entidades organizativas com o objetivo de intensificar a luta por uma cidade mais digna, assumindo um papel fundamental na articulação entre as lutas pelo direito de morar e contra o poder público. O surgimento da CBB em 1979 é um marco relevante na história dos movimentos sociais e também uma referência importante para se entender o protagonismo das mulheres na construção do Movimento de Reforma Urbana, conforme se vê nos depoimentos de Domingas e de Antônia:

Eu comecei no movimento social. Na verdade, eu fui uma das fundadoras da Comissão dos Bairros de Belém – CBB, comecei como educadora comunitária, fui participar da comissão de educação que fazia processos de formação em todos os movimentos sociais em nível de escolas comunitá-

rias. Foram 10 anos acompanhando essas escolas, também trabalhando por essa questão da luta pela terra, pela água, pela luz, pela moradia no meu bairro e articulando em nível de Belém, pela CBB. Era uma luta muito geral, articulada (...) eu fui também uma das fundadoras do Grupo de Mulheres do Benguí (...) eu sempre trabalhei com as mulheres (...) com a saúde das mulheres, direito à moradia, ao saneamento básico, porque nós, mulheres, é que estamos lá, nós é que sofremos na pele...

DOMINGAS

Eu comecei minha militância na Associação de Moradores do Benguí – Amob, em 1979. Fiquei lá no Benguí até 1982, quando eu terminei o meu segundo grau e eu militava na Amob. Eu fazia parte do Conselho de Representantes de quadra que existia lá na época e fazia parte da coordenação de um projeto que era pelo direito de morar, que foi a luta pela conquista do novo Benguí, que hoje se chama Parque União, que é onde, inclusive, eu moro (...) o movimento era o movimento das famílias sem-terra. Eu acho que foi uma luta pioneira na década de 1980, que já era a luta pela moradia aliada à luta pela questão da Reforma Urbana, era uma luta local puxada no bairro do Benguí e que tinha uma vinculação com a Coordenação do Direito de Morar da CBB, tinha uma articulação em nível de Região Metropolitana, era uma luta muito politizada (...)

ANTÔNIA

Pelos depoimentos das duas lideranças constata-se que, desde a década de 1970, as mulheres são a maioria nas lutas pelas melhorias urbanas, aliando-se a outros setores na luta mais ampla pela democratização da sociedade. Ou seja, “as trajetórias das mulheres dos setores populares e dos grupos feministas se cruzam, criando um novo sujeito social. Esse sujeito organizou-se na procura de uma identidade comum entre mulheres e na busca da igualdade de oportunidades” (Faria & Nobre, 1997, p.26).

Considerando-se o papel social destinado às mulheres na família e na comunidade, são elas que “sentem na pele” os problemas dos bair-

ros, a pobreza e a ausência das políticas públicas, dos serviços e equipamentos sociais. Por isso, são as mulheres que estão à frente da maior parte das mobilizações de todas as lutas empreendidas pela CBB entre 1979 e a década de 1990. Para as mulheres os problemas da moradia sempre estiveram ligados à questão global das desigualdades sociais (acesso ao emprego, à saúde, à educação) e à qualidade de vida. Naquela conjuntura, como ainda hoje, o déficit habitacional não se constituía apenas na falta de um teto, mas também na distribuição desigual dos inexistentes serviços e equipamentos coletivos.

Como diz Taciana Gouveia²

“Falar das desigualdades não é apenas tratar do problema do ponto de vista do acesso desigual aos espaços e processos das cidades. É, acima de tudo, reconhecer que as desigualdades entre mulheres e homens não atravessam a produção e reprodução das cidades, mas são, por princípio, elementos constituintes das mesmas. Essa é uma distinção importante na medida em que, se atuamos apenas no plano das desigualdades de acesso, estaremos trabalhando os impactos da estrutura na vida das mulheres — o que é importante, mas não o suficiente —, enquanto que, ao assumirmos as desigualdades de gênero como estruturadoras e dinamizadoras das cidades, estaremos enfrentando a questão do poder e, conseqüentemente, dos privilégios que os homens têm com a conservação dessa estrutura”.

A partir dessa perspectiva, elas estiveram sempre presentes, mas invisíveis na sua condição específica. A cidade não as acolhe como cidadãs. O espaço urbano não é um espaço para as mulheres. São múltiplas suas dificuldades de mobilidade, a falta de equipamentos sociais e serviços adequados. O eixo principal do processo de articulação das lutas mais gerais encampadas pela CBB se deu a partir da luta pela moradia por se tratar de uma carência capaz de aglutinar grande parte da população em processos de amplas mobilizações e pelo acirramento em torno dos conflitos pela posse da terra, combinação esta com grande potencial

² GOUVEIA, Taciana. Mulheres Sujeitos Ocultos nas/das Cidades ? In: Gênero nas políticas urbanas: um debate sobre a participação das mulheres. Recife: Fase Pernambuco, 2006.

de fazer a luta política em que os setores mais organizados e politizados dos movimentos sociais ocuparam seus melhores quadros. Assim, a luta pela moradia provoca um processo de organização e mobilização dos bairros com grandes ações como a *Campanha pelo Direito de Morar*, organizada pela CBB, com a adesão de vários bairros e o apoio de entidades como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, a Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional – Fase, e a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos – SPDDH.

As estratégias de luta nessa campanha compreendiam o envolvimento de um grande número de pessoas em mobilizações como passeatas, atos públicos, invasões e ocupações de terrenos, abaixo-assinados, assembléias, para uma pauta de reivindicações que girava sempre em torno da desapropriação e da titulação de terrenos ocupados, do combate aos despejos e pelo fim da violência policial, uma constante nas ações do governo em relação ao movimento popular. Se alguma reivindicação das mulheres para a construção de equipamentos de consumo coletivo — especialmente os voltados para a reprodução social (creche, escola, fraldários, etc.), conforme o *Relatório do II Congresso da CBB*, em 1984 — chegaram a ser esboçadas por elas mesmas, nesse processo terminaram por ficar secundarizadas e esquecidas da pauta, mesmo considerando que essas demandas diminuiriam os encargos das mulheres e as liberariam para atuarem na luta popular.

Fica claro, portanto, que naquela década (1980) a pauta dos movimentos sociais urbanos invisibilizava a perspectiva de acesso das mulheres aos direitos como requisito para lhes garantir melhores condições de vida, uma vez que a falta de condições mínimas de dignidade dificultava-lhes a possibilidade de qualquer outro tipo de integração e protagonismo. Como nos lembra Gouveia “evidentemente que, sendo o território das cidades o espaço da vida cotidiana, em princípio é fundamental que as políticas sejam articuladas, contudo temos uma tendência histórica de operar com as articulações a partir de uma lógica hierarquizadora, onde uma dada dimensão da realidade se coloca num centro a partir do qual as outras dimensões se encontram, sendo a dicotomia geral-específica uma de suas mais tenazes expressões”. Nesse caso, não apenas a relação geral-específica estava comprometida, mas também uma visão mais universalizante do acesso aos direitos e, em decorrência das políticas públicas, considerando que as mulheres são sujeitos de

direito. Assim, nossa análise quer deixar claro um outro aspecto importante nesse resgate que são as relações de poder que se estabelecem no espaço urbano:

Essa relação foi sempre muito difícil, (...) sofreu na pele a discriminação nua e crua em relação tanto a ser mulher quanto a ser dirigente, então essa é uma questão que nos deixa assim, nós buscamos o nosso empoderamento, nós temos essa dificuldade da discriminação da direção que uma mulher tá dando e a direção que um homem dá, o valor que tem entre isso. A diferença na falta de compreensão e respeito, inclusive pelo empoderamento da mulher, é ainda visto, essa desvalorização da mulher, a nível daquilo que é importante para ela que é uma mulher que dá conta da direção, que está no trabalho, que tá à frente, mas que não é valorizada.

DOMINGAS

Para corroborar com o depoimento de Domingas, recorremos aos documentos da CBB na década citada, quando constatamos que as mulheres, apesar de estarem à frente da maior parte da organização e da mobilização dos processos locais, chegavam à direção da entidade nos cargos das Comissões de Educação e Combate à Carestia, uma vez que os cargos da direção executiva e de representação política ficavam com os homens.

No final da década de 1970 e no início dos anos de 1980, as lutas ganham amplitude no sentido de reivindicação por infra-estrutura urbana, como saneamento, via de acesso, água, energia elétrica, etc. Amplia-se a relação Estado–Movimentos Sociais. Estes últimos aumentam, cada vez mais, o seu poder de negociação perante o poder público. Por outro lado, a perspectiva de redemocratização da sociedade traz um redimensionamento do poder público no sentido de resgatar sua legitimidade perante a sociedade civil.

Em 1983, Jader Barbalho assume o governo do Estado e toma uma postura baseada no discurso da democracia, adotando instrumentos de cooptação e clientelismo, assumindo o discurso de mudança e de

garantia de demandas históricas dos movimentos por meio da criação de canais de interlocução, através das assessorias comunitárias e dos técnicos que iam para os bairros, além da criação de organizações fomentadas pelo governo. Configura-se, assim, uma relação contraditória entre governo e setores dos movimentos sociais, na qual estes últimos eram reconhecidos como interlocutores, desde que estivessem baseados na perspectiva de aliança com o Estado. Nesse contexto, uma parte das organizações que compunham a CBB e agora faziam aliança com o governo de Jader criaram a Federação Metropolitana de Centros Comunitários e Associações de Moradores – Femeccam, seguindo inicialmente uma trajetória adversa às práticas da CBB no sentido de atrelamento ao governo.

No entanto, todas essas contradições não retiram os movimentos de cena, apenas os redimensionam para a disputa por espaços internos junto ao Estado dito “democrático”. O Segundo Congresso da CBB foi uma convocação à união e organização popular contra a Ditadura Militar e sua política econômica. As mulheres desejaram também avançar, propondo um espaço de articulação das suas lutas específicas e políticas de gênero através da constituição da Secretaria da Mulher, na estrutura da CBB. Esse anseio, entretanto, foi vigorosamente rechaçado pela plenária do Congresso depois de uma contundente defesa da representante do Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade – MMCC. As lideranças femininas saíram daquele congresso frustradas nas suas expectativas. O final da década de 1980 traz consigo uma nova conjuntura de inscrição dos movimentos na esfera estatal, no sentido de uma postura mais propositiva na ocupação dos espaços institucionais por meio de instrumentos como os conselhos setoriais e na intervenção mais qualificada na discussão das políticas públicas. As lutas pela moradia assumem uma amplitude da esfera de carência para a do direito social.

A ampliação das lutas pelo direito de morar encontra ressonância no discurso do direito à cidade, amplamente difundido pelo Movimento de Reforma Urbana, uma vez que este representa um avanço das reivindicações específicas e parciais, como a luta por moradia digna, para uma articulação e uma unificação de demandas, como a elaboração dos Planos Diretores, que representam uma possibilidade concreta de produção de uma cidade mais justa, democrática e sustentável, com garantia dos direitos de cidadania.

Os movimentos sociais em Belém inseriram-se nesse processo de conquistas sociais a partir do fruto de sua organização, passando a ter participação nos processos das Assembléias Constituintes estadual e municipal, além da participação na construção do Plano Diretor de Belém, envolvidos em um processo que foi gestado aproximadamente durante dois anos, com a realização de seminários e reuniões entre setores organizados da sociedade civil, tais como empresários, movimentos populares, técnicos e Câmara Municipal.

2 Mulher versus direitos – da organização do movimento em Belém à construção da plataforma pelos direitos das mulheres

No início da década de 1990, os movimentos sociais urbanos em Belém acompanharam a dinâmica dos movimentos sociais na conjuntura nacional, ou seja, passaram a intervir de forma mais qualificada, procurando uma maior participação nas políticas públicas e adotando uma forma de organização de caráter reivindicatório e propositivo. O elemento articulador dessa dinâmica era o *Projeto de Reforma Urbana*, e a pauta principal, o acompanhamento dos projetos de saneamento realizados na cidade, como é o caso do *Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una* e a discussão da construção do Plano Diretor de Belém.

Na vigência do Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una, mais uma vez as mulheres desempenharam importante papel à frente das comissões de moradores e moradoras que estiveram em diálogo com as representações do Banco Interamericano de Desenvolvimento em audiência em Brasília, além de terem levantado permanente diálogo sobre os impactos do projeto na vida de homens e mulheres isto se deu a partir da pesquisa realizada pela Fase e pela Universidade Federal do Pará que conformaram as reflexões sobre as formas como o processo de remanejamento influenciou a desarticulação entre as famílias e particularmente a relação mulher–homem, que são os responsáveis diretos pela manutenção da família em nossa sociedade.

Nessa trajetória, surgem espaços organizativos de caráter mais ampliado, tal como é o caso do Fórum Metropolitano de Reforma Urbana – FMRU, um espaço de aglutinação de diversas organizações da sociedade civil em torno da participação e do controle das políticas públi-

cas locais. Criado em 1992 com a participação de diversas organizações - tais como ONGs, federações, movimentos de bairros, universidades, igrejas e partidos políticos - em torno da luta pela reforma urbana e pela garantia de direitos básicos tais como educação, saúde, moradia, transporte, energia e saneamento. Dessa forma, foi concretizada uma articulação mais ampla dos movimentos sociais.

Registra-se também o surgimento de entidades de caráter federativo em nível metropolitano, como a Federação de Entidades Comunitárias do Município de Ananindeua - Fecma, criada em 1993, e o Movimento Grito de Ananindeua - MGA, criado em 1994, e de entidades de caráter nacional, como a Central de Movimentos Populares - CMP, fundada em 1991, e o Movimento Nacional de Luta pela Moradia - MNLM, fundado em 1993.

Nesse mesmo contexto de ampliação da luta dos movimentos sociais, constitui-se em 1995 um sujeito coletivo importante na referência da luta e defesa dos direitos das mulheres, o Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense - FMAP. Inicialmente intitulado de Articulação de Mulheres Paraenses, que nasce a partir de uma mobilização em torno da Conferência de Beijing (1995), com uma grande mobilização dos movimentos de mulheres do Pará para a construção da Plataforma de Ação das Mulheres Paraenses.

O FMAP é um espaço diversificado e plural de um conjunto de organizações de mulheres, ONGs e entidades de apoio para uma intervenção plural e articulada com ações que envolvem mobilização de massa, capacitação, produção de informações. Suas estratégias são a proposição de políticas públicas, o fortalecimento dos movimentos e empoderamento das mulheres e a articulação com outros movimentos. Entre os eixos que o FMAP trabalha, estão violência, saúde e direitos reprodutivos, trabalho e poder, elementos base da plataforma feminista.

Considerando o fato de que muitas mulheres que estavam na estruturação do FMAP vieram de um histórico de engajamento na luta pela Reforma Urbana, o eixo da luta pelo direito à cidade tem sido recorrente na composição da plataforma do movimento de mulheres em Belém, principalmente em torno do debate da moradia e da gestão democrática da cidade. Nessa perspectiva, encontramos nos depoimentos elementos que revelam como se dá esse processo:

(...) eu vim dos movimentos de moradia e eu sei o que é as mulheres morarem debaixo da ponte, eu vi elas carregarem água, estarem à própria sorte, em condições péssimas de moradia. Então, quer dizer, eu não acho que se a gente discute só a violência, só a questão da saúde da mulher, não esteja ligado à questão das construções de moradia, pra mim tá ligado que, se elas adoecem, muitas doenças que elas e os filhos têm estão relacionadas às condições de moradia. Então, eu não vejo dissociado e quem tá lá são as mulheres pobres e muitas vezes sozinhas, porque os maridos deixam elas, então tem uma ligação. Então, se a gente não trabalhar essa coisa, como é que a gente vai trabalhar uma igualdade?

ANTÔNIA SALGADO

A gente fazia muito essa questão de discutir a Reforma Urbana junto com as mulheres, (...), porque tem que saber que quem mais sofre com essa questão da ausência da Reforma Urbana é a área feminina, porque o homem sai de manhã para trabalhar e pra ele tanto faz como tanto fez, ele quer botar o dinheiro em casa, mas ele não se preocupa se a rua dele tá limpa, se o filho dele come bem na escola, ele nunca se preocupou com isso, sempre quem se preocupou mais com essa questão urbana foi a mulher(...)

GRAÇA PIRES

No modo de produção capitalista, o trabalho, na esfera da reprodução social, tem sido atribuído historicamente às mulheres. Nos depoimentos de Antônia e Graça, percebemos o quanto as mulheres, em pleno século XXI, têm se responsabilizado pelos cuidados necessários para manter a vida da coletividade humana, isto é, para o desenvolvimento das tarefas que garantem a alimentação, o abrigo, a vestimenta, a educação, a saúde, o cuidado com os/as idosos/as. Essa divisão sexual do trabalho se dá a partir das relações de poder de gênero, o que acaba impondo às mulheres uma dupla jornada de trabalho, sem que tais tarefas da reprodução social seja atribuída um valor social.

Esse elemento de articulação e diálogo do movimento de mulheres com o Movimento de Reforma Urbana se torna visível também

no momento histórico de experimentação de um governo democrático popular em Belém, que se inicia ainda no final da década de 1990. A constituição desse governo, entre outros elementos da conjuntura social e política local, pode ser vislumbrada como fruto de um acúmulo histórico das lutas e ações da organização popular dos movimentos sociais nas décadas anteriores, tendo o movimento de mulheres como um dos sujeitos construtivos, no sentido de uma maior participação nas políticas públicas.

A proposta de implementação de uma gestão democrática da cidade começa a partir de 1997 com a eleição da Frente Belém Popular, liderada pelo Partido dos Trabalhadores, de onde teve origem o denominado “Governo do Povo”, cujos princípios programáticos estavam centrados na democratização do Estado, na participação popular, na transformação da cultura política local e na inversão de prioridades nas ações governamentais.

Ainda na vigência da campanha eleitoral, os movimentos de mulheres articulados no Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense, em parceria com o Conselho Municipal da Condição Feminina, desenvolveram um rico processo de discussão com os movimentos sociais e apresentaram, no segundo turno das eleições, à chapa que concorria ao governo, uma proposta de implantação e implementação de políticas voltadas para as mulheres. A proposta foi denominada *Belém: Cidade das Mangueiras, Cidade das Mulheres*, prevista para ser executada no período de 1997–2000. As principais políticas visavam atender a problemáticas como: autonomia econômica e do trabalho feminino; educação não-discriminatória entre homens e mulheres; municipalização da saúde e implantação do Pasm; políticas de combate e enfrentamento da violência à mulher; política habitacional; igualdade de acesso das mulheres aos recursos naturais, entre outros. O documento incorporava também políticas e mecanismos institucionais para a igualdade entre homens e mulheres e a participação das mulheres nas esferas de governo: criação da Coordenadoria da Mulher com autonomia administrativa e orçamento próprio; fortalecimento do Conselho Municipal da Condição Feminina; criação da ouvidoria responsável pelo levantamento das situações de discriminação racial, étnica e sexual que ocorressem na cidade; participação dos grupos de mulheres e ONGs na elaboração do planejamento dos programas municipais e na destinação das verbas

para as políticas referentes às mulheres; a implantação de delegacia especializada no atendimento aos crimes discriminatórios raciais, sexuais e contra os direitos humanos. Durante os dois mandatos de perfil democrático popular à frente da Prefeitura Municipal de Belém, várias dessas políticas foram realizadas, entre elas algumas com importante impacto na vida das mulheres das áreas de periferia, como a criação do Albergue Emanuelle Diniz para atendimento às mulheres em situação de violência; a abertura de crédito para as mulheres no Banco do Povo; a construção do Shopping Popular, onde o movimento de mulheres conquistou o Espaço Lilás; e a criação da Casa da Mulher, para atendimento da saúde da mulher. O mesmo não se pode dizer com relação aos mecanismos de gestão e de controle social, dado que a Coordenadoria não foi implantada, e o Conselho Municipal da Condição Feminina teve muita dificuldade para ser ouvido pelos diversos órgãos do governo.

A política participativa desse governo se deu por meio do Orçamento Participativo, na primeira gestão, e do Congresso da Cidade, na segunda gestão. As três entrevistadas participaram dos dois processos e, apesar de opinarem de maneira bastante crítica e nem sempre consensual acerca da eficácia dos processos, todas expressaram a importância desse momento histórico para consolidar a mulher como um sujeito político importante e para aproximar o debate das plataformas e lutas entre os movimentos.

Eu acho que, no governo democrático popular, nós conseguimos avançar muito nisso, nós conseguimos ter espaço, as mulheres tiveram seu espaço, inclusive nós constituímos um setorial que discutiu as temáticas das mulheres, participamos de todas as conferências e também da conferência das mulheres. Nós tínhamos o segmento das mulheres que também segurava essa questão da luta das mulheres. Por dentro do governo, criamos o GT das mulheres, assim como tinha o da juventude, tinha o dos negros, isso dentro do congresso da cidade

DOMINGAS

Acho que a gente conseguiu articular a proposta de Reforma Urbana nesse processo, assim, bem limitada. Por exem-

plo, nesse tempo, eu militava no Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM, e a nossa plataforma, por exemplo, do déficit habitacional, para a construção de casas populares — os lotes urbanizados que, naquela época, a gente colocava uma demanda de construir 1.000 lotes urbanizados — não foi feita então, o governo deixou muito a desejar (...)

ANTONIA

O relato das entrevistas explicita as contradições e os conflitos que se deram na experiência de governo democrático popular em Belém durante as duas gestões assumidas pelo PT (1997 a 2004), pois as experiências efetivadas nesse período, mesmo que tenham propiciado a existência de canais de participação em que as mulheres aumentaram seu potencial mobilizador enquanto segmento social organizado, não tiveram o mesmo resultado com relação à estrutura administrativa do governo, que não incorporou mecanismos institucionais eficazes de enfrentamento das desigualdades de gênero no interior da gestão. Entretanto, podemos também constatar que, a despeito dessas contradições, a existência do Setorial de Mulheres na estrutura participativa funcionou como pequena cunha dentro da estrutura de governo, na medida em que problematizou o caráter estrutural das desigualdades de gênero e raça dentro de uma máquina político-administrativa resistente às mudanças.

As experiências de governo do campo democrático popular deveriam cumprir um papel político importante na radicalização da democracia, responsabilizando-se em criar condições objetivas para a transformação das estruturas de poder. Nessa perspectiva, um governo pode exercer uma grande influência nas mudanças das relações de gênero, por meio da criação de organismos institucionais específicos das mulheres no espaço da gestão, mas também pela iniciativa de assumir, no interior dos setores governamentais responsáveis pela implementação das políticas públicas, o compromisso com o combate às desigualdades de gênero.

3 Construir a perspectiva da permanência dos direitos – um diálogo em construção: movimento da reforma urbana e movimento de mulheres

O direito à cidade, conforme definido na Carta Mundial pelo Direito à Cidade, defende que todas as pessoas devem ter o direito a uma cidade sem discriminação de gênero, idade, raça, etnia e orientação política e religiosa. A mesma carta, em seu artigo referente aos princípios e fundamentos estratégicos do direito à cidade, defende a igualdade e a não-discriminação das mulheres nas cidades:

As cidades devem assumir os compromissos adquiridos com respeito à implementação de políticas públicas para a igualdade de oportunidades para as mulheres nas cidades, expressas nas Cedaw (matéria já disciplinada constitucionalmente em muitos países), como nas conferências do Meio Ambiente (1992), de Beijing (1995) e de Habitat (1996), entre outras. Fixar recursos dos orçamentos governamentais para a efetivação dessas políticas e para o estabelecimento de mecanismos e indicadores qualitativos e quantitativos para o monitoramento de seu cumprimento no tempo

CARTA MUNDIAL PELO DIREITO À CIDADE

Nos últimos tempos, tem sido possível observar cada vez mais uma considerável aproximação entre os movimentos de reforma urbana e de mulheres no sentido da aproximação das lutas e do diálogo entre as plataformas. No nível nacional, essa aproximação tem se dado, principalmente, em torno do processo participativo da Conferência das Cidades e da construção da Política e do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano. Em Belém, essa dinâmica pode ser visualizada em processos como a elaboração de plataformas para as conferências das cidades e de políticas para as mulheres e na realização de ações de mobilização de massa como a *Marcha pela Reforma Urbana* e o *Ato de 8 de março*.

Nos últimos dois anos, em Belém, tem se intensificado o diálogo entre os dois movimentos. O ano de 2005 foi um momento oportuno para o Movimento de Reforma Urbana no sentido de dar visibilidade à

questão urbana na sociedade, iniciando aí um processo de consolidação de propostas já acumuladas ao longo dos anos, com a construção de uma plataforma de reivindicações durante a construção da Marcha e da Conferência das Cidades. Nesse processo, a parceria com o movimento de mulheres foi fundamental tanto no sentido da construção do processo organizativo quanto no diálogo entre as plataformas que, desde então, têm se retroalimentado em processos de construção da Jornada de Luta, conferências e atos de 8 de março, propiciando um grande avanço no que concerne à identificação de elementos de afirmação dos direitos das mulheres na plataforma urbana, tal como é possível de se identificar na última versão da plataforma urbana quando se analisa a questão da habitação, por exemplo:

A destinação das terras vazias e dos prédios desocupados ou parcialmente ocupados do Estado para a habitação de interesse social: solicitamos que seja feito o levantamento dessas terras e desses prédios públicos do Estado. Solicitamos, ainda, que esses imóveis sejam destinados para a habitação de interesse social, mediante a regularização fundiária e urbanística das áreas ocupadas por população de baixa renda e a construção de habitação de interesse social para atender a população de 0 a 3 salários mínimos, com garantia de que 30% das construções de unidades habitacionais sejam destinadas para mulheres chefes de famílias e acesso prioritário para as mulheres afrodescendentes, vítimas de violência, soropositivas, vivendo com Aids, desempregadas ou em situação de vulnerabilidade social

DOCUMENTO ENTREGUE PELO FMRU À GOVERNADORA
DO ESTADO, EM MAIO DE 2007

A aproximação dos dois movimentos para a história dos movimentos sociais em Belém representa uma trajetória de incorporação da agenda de gênero na abordagem da questão urbana e, da mesma forma, da questão urbana na agenda do movimento de mulheres, com vistas à construção de alternativas de superação das desigualdades sociais, econômicas, culturais e políticas existentes entre homens e mulheres e, assim, construir relações mais igualitárias como base para uma sociedade mais justa e democrática.

Referências Bibliográficas

COSTA, Delaine Martins (Org.). *Democratização dos poderes municipais e a questão de gênero*. Rio de Janeiro: Ibam/Fundação Ford, 1997.

GOUVEIA, Taciana. Mulheres Sujeitos Ocultos nas/das Cidades ? In: *Gênero nas políticas urbanas: um debate sobre a participação das mulheres*. Recife: Fase Pernambuco, 2006.



Plataforma feminista da reforma urbana: do que estamos falando?

Regina Fátima C. F. Ferreira¹

Se muitos/as ainda se perguntam o que estamos chamando de “reforma urbana”, provavelmente a sensação de estranhamento deve ser maior ainda ao se deparar no meio do caminho com uma “plataforma feminista para a Reforma Urbana”. É por aí, portanto, que pretendemos começar nosso texto: definindo o que é Reforma Urbana, como se organizou um movimento em torno dela e como, mais recentemente, vem sendo construída uma plataforma feminista para a Reforma Urbana. Assim, este breve texto se propõe a: (i) apresentar o debate que o Fórum Nacional de Reforma Urbana vem desenvolvendo para a construção da plataforma feminista para a Reforma Urbana, tendo como ponto de partida a compreensão de que as desigualdades nas cidades não se explicam apenas por questões de classe, mas também de gênero; (ii) identificar a ausência de políticas urbanas afirmativas para as mulheres nas cidades, tendo como referência o que é discutido e aprovado nas Conferências das Cidades e no Conselho Nacional das Cidades; (iii) e apontar desafios e propostas para a superação das desigualdades entre homens e mulheres nas cidades.

1 Uma plataforma “feminista” para a reforma urbana

1.1 Reforma Urbana

O conceito de Reforma Urbana foi construído historicamente a partir das reformas sociais reclamadas desde a década de 1960 que expressavam um sentimento coletivo de necessidade de profundas mudanças para chegarmos a uma sociedade mais justa e igualitária. A idéia de reformar o urbano parte do diagnóstico de que na produção das cidades prevalece a lógica do capital que faz das mesmas objeto de ganhos ilícitos.

¹ Assessora do Programa Nacional Direito à Cidade, da Fase – Solidariedade e Educação, secretária executiva do Fórum Nacional de Reforma Urbana.

tos proporcionados pela especulação imobiliária. Nossas cidades são o resultado de um modelo de desenvolvimento que produz concentração de riquezas, desigualdade e segregação socioespaciais.

Esse diagnóstico, centrado nas desigualdades sociais nas cidades, mas também no reconhecimento dos direitos sociais, foi compartilhado por um grupo bastante amplo de entidades da sociedade civil que se organizou em torno de um Movimento Nacional de Reforma Urbana em 1987 — composto pelos principais movimentos sociais urbanos de incidência nacional, das entidades representativas de classes profissionais, organizações não-governamentais, entre outros — para apresentar uma proposta de Emenda Popular de Reforma Urbana nova Constituinte Democrática. Desde então, este movimento não se desarticulou mais, vindo a constituir o Fórum Nacional de Reforma Urbana.

O Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU) é, portanto, uma coalizão de entidades dos movimentos sociais urbanos, das organizações não-governamentais, entidades de representação profissional, instituições de pesquisa, entidades de representação estudantil, representação dos fóruns regionais de Reforma Urbana e outras, cuja atuação está centrada na luta pela construção de cidades justas, sustentáveis e democráticas e pela garantia do direito à cidade a todos e todas².

Essa luta histórica pela Reforma Urbana está baseada nos seguintes princípios: (i) o direito à cidade, entendido como a garantia a toda a população dos seus direitos básicos (o direito à moradia digna, ao saneamento ambiental, ao transporte, à mobilidade, ao trabalho, ao lazer e à cultura); (ii) a gestão democrática da cidade, entendida como a forma de planejar, produzir, operar e governar as cidades submetidas

2 Atualmente, a coordenação do FNRU é composta pelas seguintes entidades: Fase - Solidariedade e Educação; Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN); União Nacional por Moradia Popular (UNMP); Central de Movimentos Populares (CMP); Confederação Nacional de Associações de Moradores (Conam); Federação Nacional das Associações de Empregados da Caixa Econômica (Fenae); Federação Interestadual dos Sindicatos de Engenheiros (Fisenge); Federação Nacional de Arquitetos (FNA); Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais – Instituto Polis; Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam); Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase); Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP); Centro pelo Direito à Moradia contra Despejos (Cohre Américas); Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB); Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (Fenea); Centro de Assessoria à Autogestão Popular (Caap); Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (Abea); Fundação Bento Rubião – Centro de Defesa dos Direitos Humanos; Observatório das Metrópoles Ippur/UFRJ/Fase; ActionAid do Brasil; Conselho Federal de Assistência Social; Habitat para Humanidade Brasil; Fórum Nordeste de Reforma Urbana; GT Urbano do Fórum da Amazônia Oriental (Faor); Fórum da Amazônia Ocidental e Fórum Sul de Reforma Urbana.

ao controle social e à participação da sociedade civil organizada; (iii) a função social da cidade e da propriedade, entendida como a prevalência do interesse comum sobre o direito individual de propriedade.

São esses princípios que vão orientar centralmente as ações do FNRU, voltadas para: (i) a pressão por políticas públicas urbanas redistributivas, que promovam a Reforma Urbana nas cidades brasileiras, garantindo condições dignas de vida e acesso aos serviços públicos urbanos para toda a população; (ii) a pressão para que o Estado atue na regulação do uso do solo, de forma a coibir a especulação imobiliária e garantir o cumprimento da função social da propriedade; (iii) a pressão pela democratização da gestão das cidades, com a criação de instâncias de participação e controle social.

1.2 O que é uma “plataforma feminista” para a reforma urbana

A construção de uma plataforma feminista para a Reforma Urbana tem como ponto de partida a compreensão de que as cidades são vivenciadas de forma desigual e diferenciada não só em função da renda de quem nela mora, mas também em função do gênero, ou seja, se são mulheres ou homens que a vivem no seu dia-a-dia.

As mulheres, na nossa sociedade, permanecem ainda como as principais responsáveis pela esfera da reprodução, o que representa que são elas a se ocupar da manutenção da casa, da comida, do cuidado com os filhos e as filhas. São elas, portanto, que mais sofrem com a falta de moradia ou com a inadequação das suas condições, como a falta da água, da rede de esgotamento sanitário, da coleta de lixo ou de energia elétrica. Sofrem, também, com a inexistência ou precariedade dos equipamentos públicos essenciais, tais como postos de saúde, escolas e creches; com a falta de infra-estrutura urbana, como a falta de pavimentação de ruas, de iluminação pública, de praças, áreas e opções de lazer, para ela e a família.

Na esfera da produção, as mulheres cada vez mais integram o mercado de trabalho sustentando a casa com sua tripla jornada. Fazem o mesmo trabalho que os homens, mas ganham menos pelo mesmo serviço; são, muitas vezes, vítimas de assédio moral e violência tanto em casa como na rua, no trabalho ou mesmo no transporte. São afetadas di-

retamente pela insegurança produzida pela falta do transporte próximo à moradia, pela existência de áreas ociosas e terrenos baldios a caminho de casa e pela precária iluminação pública.

Por vivenciarem de forma tão direta a falta ou a insuficiência das políticas, dos serviços e dos equipamentos urbanos, as mulheres se organizam e estão em maioria no interior das associações comunitárias, nas entidades e nos movimentos de luta pela moradia e pela Reforma Urbana. No entanto, as mulheres são minoria nos espaços de direção dessas organizações e nos espaços de representação política, como as esferas públicas de gestão.

A partir desse reconhecimento e a partir da identificação de que as mulheres ainda são invisíveis na cidade, não existindo políticas públicas urbanas que deem conta da sua problemática, o Fórum Nacional de Reforma Urbana, através de várias entidades que o compõem, vem buscando há alguns anos construir propostas concretas para as mulheres nas cidades, pautando esse debate tanto interna quanto externamente no diálogo com os governos e demais segmentos sociais através do processo das conferências das cidades.

Dessa forma, o FNRU vem sendo protagonista de propostas para políticas públicas urbanas afirmativas para as mulheres, ainda que de forma bastante inicial e com resultados pouco efetivos. Na *1ª Conferência Nacional das Cidades*, em 2003, o FNRU produziu boletim *O Fórum Nacional de Reforma Urbana na Conferência Nacional das Cidades: um enfoque de gênero* (ver Anexo 1), com seis propostas para serem debatidas pela Conferência. Como veremos em seguida, pouco foi absorvido de fato dessas propostas nas Resoluções que resultaram desse processo.

Já na 2ª Conferência, em 2005, o FNRU desenvolveu um amplo debate preparatório, organizando: (i) uma oficina nacional — *Construindo uma agenda feminista para a 2ª Conferência Nacional das Cidades* — para discutir o tema, antecedendo o *Encontro Nacional do Fórum Nacional da Reforma Urbana*; (ii) uma tese guia — *Construindo uma agenda feminista para a 2ª Conferência Nacional das Cidades* — (ver Anexo 2); (iii) um boletim — *O Fórum Nacional de Reforma Urbana na Conferência Nacional das Cidades: Reforma Urbana, cidade para todos* — (ver Anexo 3), com dez pontos estratégicos para serem defendidos na Conferência, sendo dois desses pontos resultantes das propostas construídas na Oficina.

O FNRU e sua rede têm tido, assim, um papel importante — mesmo que de maneira ainda insuficiente — na luta para que as mulheres deixem de ser invisíveis, passem a ser consideradas nos diagnósticos urbanos e se constituam em população alvo de políticas afirmativas que levem à superação das desigualdades sociais, econômicas, culturais e políticas existentes entre homens e mulheres.

2 A plataforma feminista e a inexistência de políticas públicas urbanas afirmativas para as mulheres no âmbito nacional

2.1 A Construção de Políticas Públicas Urbanas nas Conferências das Cidades

Em 2003, com o início do governo democrático de Luiz Inácio Lula da Silva, duas propostas históricas do Movimento de Reforma Urbana se concretizaram: a criação do Ministério das Cidades - com o objetivo de integrar as diversas políticas setoriais urbanas de habitação, saneamento ambiental e transporte - e a realização sistemática de um amplo processo democrático-participativo de discussão das políticas urbanas através das conferências das cidades, nas três esferas da Federação.

Assim, em 2003, realizou-se a *1ª Conferência Nacional das Cidades*, após o processo de conferências municipais e estaduais. Na tentativa de pautar a questão de gênero nas políticas urbanas, o FNRU produziu seis propostas específicas com recorte de gênero para debate e disputa na *Conferência Nacional*. Analisando as Resoluções das conferências, observamos que apenas uma das propostas foi aprovada, a de “promoção da igualdade de gênero e combate à discriminação das mulheres”, que já estava contemplada no texto-base da Conferência e que se inseriu num dos primeiros itens sobre os princípios da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU). O “combate à discriminação de grupos sociais e étnico-raciais” é enunciado como um dos princípios da PNDU.

É nesse item que consta, como estratégia para combater a discriminação, “(...) a adoção de políticas de discriminação positiva visando a igualdade de oportunidades aos grupos historicamente marginalizados, como mulheres, afro-brasileiros, índios, (...) a fim de incluir nas políticas

urbanas diretrizes e critérios que propiciem ações afirmativas reparatórias”. Apesar da estratégia enunciada logo no início das Resoluções, em todos os itens subsequentes (Diretrizes da PNDU, Objetivos da PNDU, Ações da Política de Desenvolvimento Urbano, Conselho Nacional das Cidades e Políticas Setoriais), ela não se concretiza. No conjunto de políticas setoriais de habitação, saneamento, transporte, mobilidade urbana e regularização fundiária, não é apontada uma única proposta de ação ou política afirmativa para as mulheres nas cidades. Tendência que vai se confirmar na atuação do primeiro mandato do Conselho Nacional das Cidades, como veremos em seguida.

Em 2005, realizou-se a *2ª Conferência Nacional das Cidades*, cujo tema, *Política Nacional de Desenvolvimento Urbano*, foi discutido a partir de quatro eixos/temáticas principais: (i) participação e controle social; (ii) questão federativa; (iii) política e desenvolvimento regional e metropolitano; (iv) financiamento do desenvolvimento urbano. Para esta conferência, o FNRU preparou uma tese guia — *Construindo uma agenda feminista para a 2ª Conferência Nacional das Cidades* — com diversas propostas (doze no total) para orientar o debate.

Analisando as resoluções da 2ª Conferência, identificamos poucos itens que respondam à problemática das mulheres nas cidades. O maior avanço se concentra na temática *Participação e Controle Social*, na qual os dois pontos propostos na tese-guia do FNRU foram aprovados de maneira surpreendente. O primeiro, com relação à paridade de gênero na composição do Conselho: “*Deverá ser garantida a participação paritária entre homens e mulheres na composição do Conselho, bem como a representação étnico-racial*” (item 12 das Resoluções³). O segundo, com relação ao fortalecimento de sujeitos sociopolíticos:

Desenvolver uma nova cultura de gênero e de raça e etnia nas instituições, nas organizações, nos movimentos, nos governos, nos diversos canais de comunicação, de forma a garantir que mulheres e homens tenham os mesmos direitos, oportunidades, responsabilidades, competências. Assim, cabe investir em encontros, debates e oficinas de formação que considerem, em sua metodologia, as condições concretas

³ As Resoluções da Conferência Nacional das Cidades podem ser encontradas no site do Ministério das Cidades (www.cidades.gov.br).

para a efetiva participação das mulheres, visando contribuir para a superação das desigualdades de gênero e de raça e etnia na sociedade e para a produção de uma nova cultura de respeito aos direitos humanos, políticos, econômicos, sociais e culturais nas instituições

ITEM 35 DAS RESOLUÇÕES

Ainda com relação aos conselhos estaduais e municipais, outro item da Resolução define seu caráter deliberativo, sua composição (40% dos representantes do poder público e 60% da sociedade civil) e sinaliza que deverá ser assegurada a representação de diferentes segmentos sociais, incorporando as dimensões de gênero, raça/etnia, idade, sexualidade e pessoas com deficiência e mobilidade reduzida (item 17 das Resoluções).

Na temática sobre a questão federativa, um único item considerou o recorte de gênero: foi apontada a necessidade de uma ampla reforma político-eleitoral, que garanta mecanismos que viabilizem a participação de forma paritária entre gêneros.

Nas demais temáticas — política de desenvolvimento regional e financiamento do desenvolvimento urbano —, não há nenhuma resolução que incorpore a dimensão de gênero. Mais uma vez, na hora de pensar sobre a política de desenvolvimento regional e metropolitana, incluindo aí as políticas setoriais, as mulheres desaparecem: não foi apontada nenhuma proposta de política ou ação afirmativa para elas.

Sem desconsiderar os limites apontados, podemos afirmar que a 2ª Conferência Nacional das Cidades foi um passo importante na construção de uma agenda feminista para a Reforma Urbana ao conseguir: (i) aprovar a igualdade entre homens e mulheres na representação política do Conselho Nacional das Cidades, em que pese a não efetividade dessa medida; (ii) dar maior visibilidade à problemática das mulheres nas cidades; (iii) e fortalecer a atuação das mulheres do campo da Reforma Urbana.

Apesar da aprovação dos dois pontos centrais do FNRU o que se verificou, na prática, é que eles não foram implementados. A participação das mulheres no Conselho Nacional das Cidades (ConCidades) aumentou (como veremos a seguir), mas não chegou nem de longe à

paridade pretendida. Tampouco verificaram-se encontros, debates ou oficinas de formação no plano do governo ou do *ConCidades*.

Já no campo do Movimento da Reforma Urbana, a ampliação do debate pode ser observada com a constituição de Grupos de Trabalho sobre a temática de gênero no interior dos fóruns de Reforma Urbana (como no Fórum Nacional de Reforma Urbana e no Fórum Estadual de Reforma Urbana de Pernambuco, nos quais a temática de gênero se articula à de raça num mesmo grupo de trabalho); a realização de seminários; dentre outras.

3 A participação das mulheres na construção das políticas públicas urbanas: as mulheres no conselho nacional das cidades

A instalação do Conselho Nacional das Cidades (ConCidades), em 2004, representou uma conquista do Movimento de Reforma Urbana, dando início a um processo de debate das políticas urbanas de forma democrático-participativa, através de uma esfera pública de gestão com ampla representação dos diversos segmentos que produzem a cidade. O ConCidades vem se constituindo numa importante esfera de participação da sociedade civil organizada no debate público sobre as políticas, sua implementação e seu monitoramento, bem como no controle social sobre a gestão. Contudo o conselho, após três anos de funcionamento, ainda carece, de maior efetividade entre o que é deliberado e o que é implementado.

Em que pese a crítica da necessidade de avançarmos numa atuação mais efetiva do Conselho — o que se concretizará a partir da pressão da sociedade civil organizada sobre o governo —, o ConCidades tem um papel central na construção e condução das políticas públicas urbanas, o que o torna estratégico para o processo de formulação de políticas afirmativas para as mulheres nas cidades, valendo a pena, nesse sentido, lançarmos um olhar sobre sua composição e sobre as resoluções que são ali aprovadas.

Partindo, inicialmente, para uma análise da composição do ConCidades com base em um olhar de gênero, vamos notar que, apesar da grande diversidade de segmentos sociais representados, as mulheres são minoria em todos eles e, conseqüentemente, são minoria no Conselho,

fato observado tanto no primeiro quanto no segundo mandato, conforme verificado por Santos Jr. e Maricato⁴ na tabela a seguir:

Composição de gênero no conselho nacional das cidades

SEGMENTO SOCIAL	Gestão 2004–2005		Gestão 2006–2007	
	<i>Porcentagem de mulheres</i>	Nº de Mulheres sobre o total de titulares	<i>Porcentagem de mulheres</i>	Nº de Mulheres sobre o total de titulares
PODER PÚBLICO FEDERAL	14,3	2 (14)	35,7	5 (16)
PODER PÚBLICO ESTADUAL E DISTRITO FEDERAL	16,6	1 (6)	11,1	1 (9)
PODER PÚBLICO MUNICIPAL	10,0	1 (10)	16,7	2 (12)
MOVIMENTOS POPULARES	21,0	4 (19)	30,4	7 (23)
ENTIDADES DA ÁREA EMPRESARIAL	0	0 (7)	0	0 (8)
ENTIDADES DA ÁREA DOS TRABALHADORES	14,3	1 (7)	12,5	1 (8)
ENTIDADES DA ÁREA PROFISSIONAL, ACADÊMICA E DE PESQUISA	10,0	1 (5)	33,3	2 (6)
ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS	33,3	1 (3)	25	1 (4)
TOTAL	15,5	11 (71)	22,6	19 (86)

Fonte: Os dados de 2004–2005 foram tabulados por Taciana Gouveia, SOS Corpo Instituto Feminista para Democracia, 2004 e os dados de 2006–2007 por Orlando Alves dos Santos Junior, do Observatório das Metrôpoles.

No primeiro mandato do Conselho, as mulheres são minoria em todos os segmentos e ocupam apenas 15,5% das 71 vagas titulares do ConCidades. No segundo mandato, esse percentual amplia-se para 22,6%, representando 19 conselheiras sobre um total de 86 vagas titulares (a 2ª Conferência aprovou a ampliação do número de vagas de 71 para 86). Esse pequeno avanço pode ser atribuído, em parte, ao debate ocorrido durante o processo das conferências.

⁴ SANTOS JR., Orlando Alves dos e MARICATO, Erminia. Construindo a Política Urbana: participação democrática e o direito à cidade. Mimeo. 2007.

Assim, no segmento Movimento Popular, integralmente articulado ao Movimento de Reforma Urbana, observamos a ampliação do percentual de participação de mulheres de 21% para 30,4%. No segmento das organizações não-governamentais, também bastante articulado ao FNUR, a representação paritária foi construída durante todo o processo preparatório à conferência. Contudo, em função da saída, uma das futuras conselheiras sai da entidade a que pertencia antes do início do mandato, a paridade pretendida não foi alcançada, já que foi substituída por um homem.

Com poucas mulheres presentes no ConCidades, o resultado não poderia ser diferente: na avaliação feita do primeiro mandato, Santos Jr. e Maricato⁵ assinalam que “O Conselho das Cidades não aprovou nenhuma resolução ou política específica para as mulheres, o que indica que a questão de gênero não foi reconhecida como um aspecto relevante das políticas urbanas pelo Conselho”.

O segundo mandato do ConCidades será concluído ao final de 2007 e, ao que tudo indica, permanecerá a tendência da questão de gênero não ser reconhecida como estruturante das desigualdades nas cidades e, conseqüentemente não merecedora de políticas afirmativas que visem superar as desigualdades entre mulheres e homens.

As mulheres ainda são, portanto, minoria no Conselho Nacional das Cidades. O fato de ser minoria, além de revelar a desigualdade entre homens e mulheres nos espaços de poder, especialmente naquele espaço de formulação da política, torna ainda mais difícil a tarefa de dar visibilidade à problemática das mulheres. De fato, depoimentos de conselheiras revelam a dificuldade de pautar questões de gênero, hoje, no interior do ConCidades, majoritariamente masculino e resistente a propostas de políticas transformadoras da realidade da mulher.

4 Os desafios para a implementação de uma plataforma feminista para a reforma urbana

Pelo exposto, podemos concluir que as mulheres ainda são minoria nos espaços de poder e não são consideradas quando da elaboração das políticas públicas urbanas, embora sejam as mais diretamente atingidas pelos

⁵ Op. Cit.

problemas urbanos por participarem da esfera da produção e, ao mesmo tempo, serem as principais responsáveis pela da reprodução social.

Compreendendo que devemos tirar consequências desse quadro e que temos como meta a construção de sociedades baseadas na justiça social, na democracia e na igualdade entre homens e mulheres, gostaríamos de apontar três desafios que identificamos para caminharmos na direção da superação das desigualdades de gênero: (i) os desafios ligados à esfera da formação; (ii) aqueles ligados à esfera da participação; (iii) e os vinculados à esfera da incidência em políticas públicas, que implicam na produção de conhecimento.

4.1 Os desafios ligados à esfera da formação

A formação é um dos maiores desafios para que possamos construir sociedades fundadas na igualdade e na justiça social. Dessa forma, para avançarmos na superação das desigualdades entre os sexos e na construção de uma nova cultura, é fundamental desenvolver uma política de formação em gênero no interior das organizações, nos fóruns e nas redes de Reforma Urbana, nos governos e nos espaços de representação política.

As oficinas e os seminários que vêm sendo articulados em torno do debate sobre a Reforma Urbana e Gênero têm sido fundamentais para a compreensão das desigualdades de gênero nas cidades, o fortalecimento das mulheres do campo da Reforma Urbana e a construção de propostas de políticas afirmativas. É preciso difundir por toda a rede esse debate, assim como é necessário que ele também seja feito no interior das organizações e dos movimentos.

O Conselho Nacional das Cidades deverá ter novos/as conselheiros/as e conselheiras em 2008. Momento oportuno para que o governo — através do Ministério das Cidades e da Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres — venha, a partir da demanda das entidades presentes no ConCidades, a fazer uma formação em gênero e políticas urbanas para os/as futuros/as conselheiros/as.

4.2 Os desafios ligados à esfera da participação

Aqui, o desafio é ampliar efetivamente a participação das mulheres nos espaços de representação política: na direção dos movimentos e organizações, na coordenação dos fóruns e das redes, nos conselhos, garantindo-se a igualdade de representação entre homens e mulheres. É importante que sejam estabelecidas metas a serem alcançadas ao longo do tempo, até que seja atingida a paridade.

A política de cotas é importante para garantirmos a efetiva participação das mulheres, sua visibilidade e seu protagonismo nos debates, lembrando que é nos espaços de representação política que se dão os maiores processos de formação.

Nesse sentido, as resoluções da *2ª Conferência Nacional das Cidades*, ao garantir a representação paritária no ConCidades, representaram uma vitória do Movimento de Reforma Urbana. Na *3ª Conferência das Cidades*, é fundamental que as entidades eleitas de cada segmento social indiquem posteriormente seus conselheiros e suas conselheiras, respeitando-se a dimensão de gênero e os parâmetros já estabelecidos. É fundamental, também, que as futuras conselheiras levem para o ConCidades a plataforma feminista da reforma urbana, defendendo propostas de políticas urbanas afirmativas para as mulheres.

4.3 Os desafios ligados à esfera da incidência em políticas públicas

O último bloco de desafios diz respeito à incidência em políticas e à construção de políticas urbanas afirmativas para as mulheres nas cidades. Nesse bloco, o primeiro desafio e a primeira mudança a serem operados estão relacionados à leitura que normalmente é feita da cidade, sem sexo, raça, etnia ou idade. Ela homogeneiza sujeitos políticos diferentes, que vivenciam de forma diferente o cotidiano das cidades e que têm demandas diferentes.

Dessa forma, para pensar em políticas para as mulheres é necessário enxergá-las e, para isso, é fundamental que os diagnósticos urbanos mostrem como as mulheres vivem nas cidades. Os diagnósticos têm, portanto, de incorporar e apresentar indicadores de gênero

que retratem a realidade das mulheres. Essa deve ser uma preocupação constante daqueles/as que elaboram os diagnósticos, mas também da sociedade civil organizada, exigindo que sejam explicitadas as diferenças entre homens e mulheres nas cidades.

Por exemplo, no caso do déficit habitacional, hoje em torno de 7,9 milhões de moradias, sabemos que mais de 80% dele concentram-se nas famílias com renda inferior a 3 salários mínimos. Contudo, como se distribui esse déficit? Incide mais sobre as famílias chefiadas por mulheres? Sobre as famílias chefiadas por mulheres negras? E a irregularidade fundiária e a insegurança na posse, incidem da mesma forma sobre homens e mulheres? E o que dizer do transporte: quais as dificuldades vivenciadas pelas mulheres no transporte público?

É, portanto, fundamental que as pesquisas incorporem indicadores de gênero, tanto quantitativos quanto qualitativos, que possibilitem a formulação de políticas que dêem conta da problemática das mulheres.

Feito o diagnóstico dos problemas urbanos vivenciados pelas mulheres, é necessário pensar nas políticas que respondam aos problemas identificados: é o próximo desafio, a construção de políticas afirmativas.

Nesse sentido, a plataforma feminista da Reforma Urbana, produzida no âmbito do Fórum Nacional de Reforma Urbana, através dos processos descritos anteriormente, sinaliza várias possibilidades:

- Na Política de Habitação de Interesse Social: (i) o estabelecimento de um percentual mínimo de unidades dos programas de habitação de interesse social para as famílias uniparentais constituídas por mulheres, chefes de família, afrodescendentes, vítimas de violência, soropositivas, vivendo com Aids, desempregadas ou em situação de vulnerabilidade; (ii) o estabelecimento de uma linha de financiamento específica voltada para a aquisição da habitação, para o mesmo público citado no item anterior; (iii) o estabelecimento de uma política de implementação de equipamentos públicos comunitários nas áreas de assentamentos precários e dos programas de habitação de interesse social: creches, restaurantes comunitários, centros comunitários, bem como uma política de integração dessas áreas na rede escolar e de saúde pública local.

- Na Política de Regularização Fundiária: a definição de que a titulação deverá ser feita em nome da mulher ou em nome de ambos, homem e mulher; o reconhecimento da situação das mulheres separadas de fato, mas não judicial ou civilmente; a prestação da devida assistência jurídica gratuita às mulheres.
- Na Política de Transporte: a definição de áreas específicas para as mulheres nos transportes coletivos públicos.
- Na Política de Saneamento Ambiental: o desenvolvimento de programas de geração de trabalho e renda com grupos de mulheres em projetos de Coleta e Reciclagem de Resíduos Sólidos.
- Na Política de Geração de Trabalho e Renda: o estabelecimento de uma linha de financiamento específica voltada para associações e cooperativas de mulheres autogestionárias, para a construção de habitação de interesse social e/ou geração de renda.
- Na Política de Regulação do Uso do Solo: a adoção na legislação municipal de mecanismos de punição fiscal para os terrenos baldios que permaneçam ociosos.

Por fim, identificadas diversas possibilidades de políticas afirmativas que, como já dissemos anteriormente, não esgotam o assunto, o desafio é incidir politicamente para que essas propostas saiam do papel, constituam-se em resoluções dos Conselhos das Cidades nas três esferas da Federação e sejam implementadas pelos governos através de ações, programas e projetos, contribuindo não só para a melhoria das condições de vida das mulheres, mas principalmente para o seu fortalecimento como sujeito político na construção de cidades fundadas na justiça social, na democracia e no ideário da igualdade.

Boletim O fórum nacional de reforma urbana na conferência nacional das cidades: um enfoque de gênero

Seis pontos para serem debatidos na *Conferência Nacional das Cidades*

1. Promoção da igualdade de gênero e combate a discriminação das mulheres. Contemplado no art. 8º (Parte II) do texto-base.
1. Criação de programas de investimento em equipamentos sociais de apoio às tarefas domésticas e em espaços de lazer, para as gerações presentes e futuras. Proposta de emenda ao texto-base (item Acesso a Moradia Digna, Parte II): “Promover o investimento de recursos em projetos habitacionais que garantam o direito à moradia e à terra urbana, assegurados a infra-estrutura necessária, o transporte e os demais serviços públicos, bem como os equipamentos sociais de apoio às tarefas domésticas e ainda os espaços de lazer, para as gerações presentes e futuras”.
1. Defesa de critérios de prioridade para as mulheres no acesso ao financiamento da casa própria. Proposta de emenda ao texto-base (item Acesso a Moradia Digna, Parte II): “Assegurar recursos públicos para subsidiar o acesso da população de baixa renda, prioritariamente as mulheres negras e as chefes de família, ao financiamento da casa própria; bem como garantir recursos a fundo perdido para os agrupamentos sociais sem-teto”.
1. Defesa de políticas de regularização com critérios específicos para atender às necessidades das mulheres. Proposta de emenda ao texto-base (item Acesso a Moradia Digna, Parte II): “Promover políticas de Regularização Urbana com critérios específicos que contemplem as necessidades sociais das mulheres”.

1. Defesa de serviços urbanos específicos voltados para o atendimento das necessidades das mulheres. Proposta de emenda ao texto-base (item Melhoria da Gestão e da Qualidade dos Serviços Urbanos, Parte II): “Promoção de programas urbanos de promoção da equidade de gênero, voltados para o atendimento das necessidades específicas das mulheres na área da moradia, do saneamento, do transporte e da mobilidade, do trabalho, da cultura e do lazer”.

1. Promoção da participação das mulheres. Proposta de emenda ao texto-base (item Formulação, Institucionalização e Implementação da Política de Desenvolvimento com Participação e Controle Social, Parte II): “Fortalecer a participação das mulheres no Conselho das Cidades e nos demais espaços de gestão democrática das cidades”.

ANEXO 2

Tese guia: *Construindo uma agenda feminista para a 2ª Conferência Nacional das Cidades*

Oficina: *Construindo uma agenda feminista para a 2ª Conferência Nacional das Cidades*

São Paulo, 14 de julho de 2005

As mulheres no contexto urbano

1. Em tratados e convenções internacionais dos quais o Brasil é signatário, está afirmada, como princípio, a igualdade de direitos e oportunidades entre mulheres e homens, tendo o Estado o papel de assegurar e promover a equidade de gênero, respeitando as diversidades. Na Constituição Federal do Brasil, esses princípios estão presentes, reafirmando o compromisso do Estado brasileiro com a eliminação de todas as formas de discriminações contra a mulher.
1. No entanto, sabemos que, no dia-a-dia da mulher brasileira, evidenciam-se as desigualdades, as discriminações e as violências às quais as mulheres são submetidas. Nas cidades, onde se concentram mais de 80% da população brasileira, sabemos que as desigualdades expressas no território atingem de forma diferenciada os grupos sociais, variando não somente quanto aos recortes de classe e gênero, mas também quanto à raça/etnia, idade, orientação sexual, religião, entre outros.
1. As mulheres representam 51,2% da população brasileira — aproximadamente 89 milhões (76 milhões nas cidades) —, mas apenas 42,7% da população economicamente ativa (PEA) (segundo dados do Pnad/IBGE 2003).

2. Uma das evidências mais significativas das desigualdades entre homens e mulheres refere-se ao salário: o rendimento médio dos homens é de R\$ 785,82, enquanto o das mulheres fica em R\$ 546,96 (Pnad/IBGE 2003), ou seja, o rendimento das mulheres alcança apenas 70% do rendimento dos homens. Assim, deve-se garantir equiparação salarial entre homens e mulheres: conforme estatísticas do movimento negro, as mulheres recebem 60% do salário dos brancos, e quase 25% dos domicílios existentes são chefiados por mulheres, mas nas regiões metropolitanas esse índice é maior.

1. No mercado de trabalho, as mulheres não apenas estão inseridas nas profissões de menor prestígio e mais baixa remuneração, como ainda apresentam taxas de desemprego mais altas. Também estão mais presentes, proporcionalmente, no mercado informal e, quando empregadas, têm menor acesso a promoções e cargos de chefia e estão menos incluídas que os homens nas chamadas garantias trabalhistas, como carteira assinada, previdência social, etc. (Macedo, 2001)¹.

1. As mulheres são, também, as principais responsáveis pelos trabalhos referentes à esfera da reprodução, como o trabalho doméstico e o cuidado com filhas e filhos, o que faz delas as maiores prejudicadas pela precariedade dos serviços públicos como luz, abastecimento de água, redes de esgoto, drenagem, coleta de lixo e pela precariedade ou inexistência de equipamentos públicos comunitários como creches, escolas, lavanderias, etc.

1. A violência contra a mulher, em suas diferentes formas de expressão, do assédio moral e da violência simbólica, psicológica, assédio moral, inclusive as agressões físicas e sexuais, podendo levar à morte, violência gerada pela ação do Estado, como ocorrem em ações de despejos e em ações do aparato social, como, por exem-

¹ MACEDO, Márcia. *Relações de Gênero no contexto urbano: um olhar sobre as mulheres* in: *Perspectivas de Gênero: Debates e questões para as ONGs*. Recife: GT Gênero - Plataforma de Contrapartes Novib / SOS Corpo Gênero e Cidadania, 2002.

plo, a ação de alguns conselhos tutelares, é outro indicador da discriminação de gênero. Uma em cada cinco mulheres brasileiras sofreu algum tipo de violência por parte de algum homem (segundo pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo). A maioria das mulheres são vítimas de violência dentro da própria casa, enquanto os homens sofrem de violência principalmente na rua.

1. As mulheres estão em todos os lugares nas cidades, o que não implica dizer que elas ocupem esses espaços como sujeitos políticos. Quando as mulheres são vistas como protagonistas, o são muito mais pela sua participação na vida reprodutiva, o que acaba por repercutir nas políticas públicas, que reforçam esse papel tradicional da mulher (Macedo, 2001). As relações desiguais entre mulheres e homens são sustentadas pela divisão sexual e desigual do trabalho doméstico, pelo controle do corpo e da sexualidade das mulheres e pela exclusão das mulheres nos espaços de poder e de decisão.

1. As mulheres, apesar de estarem na construção, na manutenção e no avanço das lutas urbanas e sustentarem, com suas triplas jornadas, os processos de luta, ocupam ainda de forma precária os lugares de poder, o que deve ser feito de forma deliberativa, dentro de associações, movimentos, comitês, comissões, espaços de orçamento participativo e conselhos (Gouveia, 2005)².

1. No Conselho Nacional das Cidades (ConCidades), criado a partir da *1ª Conferência Nacional das Cidades*, observa-se a predominância masculina em todos os segmentos sociais: as mulheres ocupam apenas 15,6% das 71 vagas titulares do ConCidades e são minoria em todos os segmentos sociais (Gouveia, 2005)³.

1. No seu primeiro ano de atuação, “O ConCidades não aprovou nenhuma resolução ou política específica para as mulheres, o que indica que a questão de gênero não foi reconhecida como

² GOUVEIA, Taciana. *Mulheres: sujeitos ocultos das/nas cidades*. Recife: Editora, 2005. Documento.

³ Idem.

um aspecto relevante das políticas urbanas pelo Conselho” (Santos Junior, 2005)⁴, mesmo tendo sido aprovada na 1ª Conferência Nacional das Cidades e constar, nas suas resoluções, a necessidade de “incluir nas políticas urbanas diretrizes e critérios que propiciem ações afirmativas reparatórias aos grupos historicamente marginalizados, como mulheres, afro-brasileiros, índios, portadores de deficiência, portadores de HIV/Aids”.

1. Nesse contexto, é necessário pensar a próxima Conferência Nacional das Cidades como um espaço de reflexão sobre o lugar das mulheres nas cidades e pensar em transformar o ConCidades em um espaço de reflexão tendo como desafio fortalecer a participação das mulheres como protagonistas, além de espaço para o debate sobre políticas urbanas que incorporem o recorte de gênero, dando ênfase nas políticas voltadas para a transformação da realidade das mulheres. Nessa perspectiva, assinalamos os seguintes pontos para serem incorporados na 2ª Conferência Nacional das Cidades, bem como nos processos que a antecedem:

Mulheres, participação política e controle social

1. É necessário alterar o lugar em que a mulher está na sociedade, fortalecendo a participação das mulheres nos espaços de poder. Há que se garantir a participação paritária nos cargos de direção das associações, dos movimentos, dos comitês, das comissões, dos espaços de orçamento participativo, das entidades gerais, dos partidos políticos e conselhos, bem como buscar garantir 50% das vagas de delegados nos diversos segmentos que estarão na *Conferência Nacional das Cidades* para as mulheres. Essa representação paritária deve ser refletida no Conselho Nacional das Cidades, cujo caráter deliberativo tem de ser regulamentado.

1. É necessário que uma nova cultura esteja presente nas instituições, nas organizações, nos movimentos, nos governos, nos di-

⁴ SANTOS JUNIOR, Orlando A. dos. *Reforma Urbana e Gestão Democrática: um ano de funcionamento do Conselho das Cidades*. Rio de Janeiro: Editora, 2005. Documento.

versos canais de comunicação, investindo numa concepção em que mulheres e homens tenham os mesmos direitos e as mesmas oportunidades, responsabilidades, competências. Há que se investir em encontros, debates, oficinas de formação que considerem em sua metodologia as condições concretas para efetivação participativa de mulheres, homossexuais, visando potencializar discussões que levem à superação dos referenciais tradicionais que reforçam as desigualdades de gênero na sociedade, buscando produzir uma nova cultura de respeito aos direitos humanos, políticos, civis, econômicos, sociais e culturais nas instituições, onde prevaleça a equidade de gênero. Prever a criação de cooperativas que envolvam o trabalho das mulheres na reciclagem de lixo, entre outras áreas que possibilitem a geração de renda.

Mulheres, moradia e infra-estrutura urbana

1. A discussão da política urbana não está dissociada da discussão da política econômica vigente, sendo necessário construir um novo modelo focando o social. Assim, é necessário reformular a atual política econômica — voltada para os interesses do mercado e que contingencia os já insuficientes recursos previstos para a área social —, priorizando investimentos nas políticas sociais, especialmente nas políticas de habitação e saneamento ambiental.
1. O déficit habitacional nas áreas urbanas ultrapassa os cinco milhões. É preciso garantir investimentos em programas de habitação de interesse social, para famílias com renda de zero a três salários mínimos (onde está concentrado o déficit), com o acesso prioritário para as mulheres, chefes de família, afrodescendentes, vítimas de violência, soropositivas, vivendo com Aids, desempregadas ou em situação de vulnerabilidade, viabilizando a moradia digna e a terra urbana. Os imóveis públicos federais, estaduais e municipais desocupados ou parcialmente utilizados devem ser recuperados e transformados em projetos de habitação de interesse social, em discussão com os movimentos de mo-

radia, tendo como público prioritário aquele citado acima. Vista a conjuntura econômica neoliberal e a imposição a diversas famílias em condições informais, propomos que o CEF defenda a suspensão do critério que exclui do financiamento habitacional os beneficiários que estejam inseridos no SPC e Serasa.

1. É preciso garantir a regulamentação e a implementação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e do seu Conselho Gestor, cuja representação em todos os segmentos deverá respeitar a equidade de gênero. É preciso garantir, também, recursos do Orçamento Geral da União, do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) e do FGTS para viabilizar a implementação do FNHIS. Nas esferas estadual e municipal, deverão ser criados os fundos Estadual e Municipal de Habitação de Interesse Social, a serem geridos por Conselhos Estadual e Municipal de Cidades, com representação paritária e deliberativa entre governo e sociedade, respeitando-se a equidade de gênero.

1. As áreas de assentamentos precários (favelas, cortiços, ocupações, loteamentos clandestinos, etc.) ocupadas por famílias de baixa renda, devem ser regularizadas, tanto no seu aspecto fundiário, quanto urbanístico, priorizando-se a titularidade da habitação preferencialmente no nome da mulher e sendo assegurada a infra-estrutura urbana e os equipamentos necessários à moradia digna, como transporte, escola, postos de saúde, áreas de lazer e cultura, creches, lavanderias comunitárias e centros de convivência da 3ª idade, etc. Devem ser asseguradas ações integradas entre os governos federal, estadual e municipal para promover o saneamento ambiental, objetivando assegurar moradias em ambientes saudáveis. Além de uma ampla campanha do governo de esclarecimento sobre os direitos das mulheres — por exemplo, a titularidade da terra. Outro ponto relevante é a adoção nos planos diretores municipais (PD), a punição fiscal para os terrenos baldios com adoção de imposto progressivo e elaboração de um plano de iluminação pública.

1. É necessária a aprovação da política nacional de saneamento ambiental, a promoção de programas e o aporte de recursos visando à universalização do acesso à água e aos serviços de esgotamento sanitário, à coleta de resíduos sólidos. A coleta seletiva de lixo deve ser incentivada, bem como apoiada a criação de cooperativas de mulheres na área de reciclagem de lixo. Saneamento ambiental incorporando os projetos alternativos das universidades.
1. Devem ser implementados um sistema de transporte público seguro e equipamentos coletivos de qualidade aos portadores de necessidades especiais, que garantam acessibilidade e mobilidade urbana a todas e todos, garantindo, especialmente, o acesso ao transporte às mulheres grávidas, idosas e às pessoas obesas e com deficiência, levando em consideração a gratuidade de transporte coletivo aos 60 anos em nível nacional.
1. Barateamento das tarifas de transporte, telefone, água, etc. que forcem o orçamento doméstico, principalmente das famílias chefiadas por mulheres, e garantia da implementação de tarifas sociais para serviços urbanos em conjuntos e unidades habitacionais promovidos para população de interesse social.
1. É necessário criar programas de investimento em equipamentos sociais de apoio às tarefas domésticas, como lavanderias e restaurantes comunitários, creches 24h, e em espaços de lazer, como centros de convivência também para a terceira idade e cidadania, para o esporte e a cultura. E, ainda, criar uma política de creches públicas, integrada à política educacional, que garanta a universalização do acesso. Criar equipamentos que funcionem e garantam a integridade da saúde da mulher, com pleno atendimento, inclusive nos casos de aborto sem discriminação e tendo como princípio a valorização e a garantia da vida da mulher.
1. A organização e a criação de associações e cooperativas de mulheres autogestionárias para a construção de habitação e/ou geração de renda devem ser incentivadas, garantindo-se o acesso ao

crédito desburocratizado pelos bancos públicos, a qualificação dos membros e o acompanhamento técnico. Criação de um banco popular com normas adequadas ao atendimento de famílias de 0 a 3 salários mínimos — desmercantilização da população de interesse social.

1. Dessa forma, o desafio geral que está colocado é pensar como as políticas urbanas podem contribuir para a redução das desigualdades sociais e das desigualdades entre mulheres e homens no território, e pensar, sobretudo, de que maneira as políticas urbanas podem contribuir para o processo de organização e emancipação das mulheres.

Boletim *O fórum nacional de reforma urbana na Conferência Nacional das Cidades*

Reforma urbana: cidade para todos (out. 2005)

Dez pontos para defendermos na *Conferência Nacional das Cidades*

1. A criação do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, fundado em instrumentos e mecanismos de gestão democrática das cidades e na criação do Conselho Nacional das Cidades.

1. A criação do Conselho Nacional das Cidades, através de projeto de lei, com caráter deliberativo.

O projeto de lei deverá incorporar as Resoluções da 1ª e da 2ª Conferência Nacional das Cidades, no tocante às atribuições e à composição do ConCidades, acrescentando-se mais um item indicado pela Lei nº 11.124/05: “Eleger os membros para o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social”.

1. Controle social sobre o orçamento e financiamento público, garantido-se a veiculação pública do orçamento, previsto e executado, pela internet e por outros meios de comunicação de massa.

1. Fortalecimento da participação das mulheres, no Conselho Nacional das Cidades, de forma a garantir que mulheres e homens tenham os mesmos direitos e as mesmas oportunidades, responsabilidades, competências.

1. A definição de critérios para a criação de municípios e regiões metropolitanas e a criação de um Fundo Unificado de Desenvolvimento Urbano.

2. A utilização do Consórcio Público como forma de fortalecer a cooperação federativa e promover parcerias para a gestão compartilhada de serviços públicos entre União, estados, Distrito Federal e municípios.

1. O Combate às desigualdades socioterritoriais e o respeito à diversidade, na elaboração de políticas, projetos e programas. A ação governamental, nas três esferas, deve buscar reverter os baixos padrões de desenvolvimento de algumas regiões.

1. A Política Urbana Regional e Metropolitana deve estabelecer diretrizes para programas e ações dirigidos a regiões metropolitanas, considerando: os indicadores de desigualdade sociourbanísticas intra-urbanos; a identificação de áreas vulneráveis intra-urbanas; o nível de integração dos municípios periféricos ao município-sede e a institucionalidade da gestão metropolitana; os mecanismos para implementar os instrumentos de participação popular.

1. A política urbana e metropolitana deve garantir: inclusão social nas áreas centrais e demais áreas bem dotadas de infraestrutura urbana, **recursos financeiros**; uma **política de prevenção e de atendimento judicial e habitacional** às vítimas de reintegrações de posse e despejos forçados; a criação de programas de promoção de equipamentos sociais de apoio às tarefas domésticas, como lavanderias e restaurantes comunitários e creches 24h, **acessibilidade** para as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

1. É necessário garantir, em todos os níveis de governo, **receitas permanentes para o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano e para o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social** e garantir a destinação de recursos subsidiados para o **atendimento habitacional das famílias** com renda de 0 até 3 salários mínimos e imediato atendimento do compromisso do

Presidente da República de aportar 600 milhões de reais no Orçamento Geral da União para o Fundo de Moradia Popular, além da construção de 1 milhão de **moradias populares** para famílias com renda abaixo de três salários mínimos em todo o país no ano de 2006.

Ser, fazer e acontecer

Gonzaguinha

Que uma mulher pode nunca nada
Isto eu já sei
É o grito da Dona moral
Todo dia no ouvido da gente
É que eu estou pela vida na luta
Eu também sei
E meu caminho eu faço
Nem quero saber que me digam dessa lei
Porque já sofri, já chorei, já amei
ou sofrer, vou chorar e voltar a amar

Porque já dormi, já sonhei e acordei

E vou dormir, vou sonhar, pois eu nunca cansei

É que sinto exatamente
Aquilo que sente qualquer um que respira
Uma perna de calça
Não dá mais direito a ninguém
De transar o que seja viver

E por isso eu prossigo e quero

E grito no ouvido dessa tal de dona moral
Que uma mulher pode nunca é deixar



Entrevista com conselheiras do Conselho Nacional das Cidades (2005-2007)

Esta entrevista foi realizada em abril de 2007 em Fortaleza, durante oficina do projeto Institucionalização da Dimensão de Gênero do Programa Urbano da OXFAM.

As entrevistadas foram: Joísa Barroso (Cearah Periferia/CE), Josefa Lima - Zefinha (Famcc/PI) e Patrícia Cardoso (Instituto Polis/SP). As/os entrevistadoras/es foram: Agnaldo Aguiar (Cearah Periferia/CE), Aldebaran Moura (FASE Amazônia/PA), Édien Pantoja (OXFAM GB), Jane Casella (Instituto Polis/SP), João Gomes (FASE Amazônia/PA), Maria da Cruz Reis (Famcc/PI), Maria da Luz Fonseca (Famcc/PI), Maria Letícia Oliveira (Movimento dos Conjuntos Habitacionais/CE), Maria de Lourdes Barbosa (Movimento dos Conjuntos Habitacionais/CE), Marta Silêda Rebouças (Cearah Periferia/CE), Regina Ferreira (Fórum Nacional de Reforma Urbana), Roseli Macedo (Fórum Nacional de Reforma Urbana), Rossana Tavares (FASE/RJ) e Taciana Gouveia (SOS CORPO Instituto Feminista para a Democracia/PE)

Nós, entrevistadoras e entrevistadores, agradecemos a disponibilidade, abertura e coragem de Joísa, Zefinha e Patrícia no decorrer das três horas em que tantas perguntas lhes foram feitas e sempre respondidas com a generosidade e firmeza política de mulheres que como elas são, fazem e acontecem.

Como vocês foram eleitas conselheiras pelos seus segmentos – Movimentos Sociais e ONGs?²

Patrícia Cardoso (Instituto Polis/SP) - Eu não passei pelos processos de eleição de delegados/as das conferências municipal e estadual, mas sim a minha organização, o Polis. Como em todos os segmentos, há indicações nacionais e eu fui indicada assim. Ou seja, apesar de eu não ter passados pelas conferências municipal e estadual, o Polis indicou o meu nome para participar da conferência nacional.

Joísa Barroso (Cearah Periferia/CE) - Bem, o Cearah Periferia passou pelos processos das conferências municipal e estadual. Na época a pessoa que estava representando a entidade era a Valeria Pinheiro e ela foi para a conferência nacional. Lá ela participou do processo de disputa, de articulação para que o Cearah Periferia fosse eleito conselheiro e isto aconteceu. Então, ela trouxe a discussão pra nós e a entidade escolheu o meu nome para participar do Conselho Nacional.

Zefinha (Famcc/PI) - Nós da Famcc participamos de todo um processo de organização das conferências das cidades, tanto a regionais como a estadual, e durante esse processo foi se construindo a proposta da nossa participação também na Conferência Nacional e também a participação no Conselho, a representação no conselho. Isso foi se construindo a partir de uma proposta, não só de uma proposta de participar do conselho, mas também construímos uma proposta de idéias, de também discutir com outros parceiros no plano nacional. Assim eu fiquei representando a Famcc pela União de Nacional por Moradia Popular.

¹ Para facilitar a leitura optamos por nomear apenas as entrevistadas, dado que as perguntas foram uma elaboração coletiva de todas/os entrevistadoras/es. Optamos por conservar, o máximo possível, no texto escrito, a estrutura da conversa falada.

² A eleição dos/as conselheiros/as do Conselho Nacional das Cidades é feita dentro dos segmentos que compõem o Conselho, ou seja, cada segmento elege os/seus suas representantes. Os segmentos que compõem o Conselho das Cidades são: Poder Público Federal; Poder Público Estadual e do Distrito Federal; Poder Público Municipal; Movimentos Populares; Entidades Empresariais; Entidades dos Trabalhadores; Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa; Organizações não Governamentais.

Mas, quais foram os motivos, como foram os processos que levaram à escolha do nome de vocês e não de outras pessoas das suas organizações e movimentos?

Patrícia – Como já disse, o Polis participou das conferências municipal e estadual. Para irmos para a Conferência Nacional fizemos uma discussão institucional e, seguindo as estratégias que o Polis junto com o Fórum Nacional da reforma Urbana e a Associação Brasileira de ONGs (ABONG) definiram , meu nome foi escolhido para ser indicada como conselheira representando o segmento ONG. Além do critério de gênero, que foi um critério que a entidade quis, na estratégia conjunta que já mencionei, valorizar, outro critério que teve mais peso foi o de quem, dentro do Polis, estava a mais de três anos o acompanhando o Fórum Nacional de Reforma Urbana e nesse caso era eu essa a pessoa. Ou seja, eram dois critérios importantes o de gênero - era de um coletivo de organizações – e o critério de acúmulo na temática.

Joísa – Bem, o que aconteceu foi uma questão de estratégia. Na época da Conferência Estadual no Ceará houve uma articulação com as ONGs, através da ABONG, e aí surgiu a idéia de eu fosse para a Conferência Nacional representando a ABONG. Assim, eu e apresentei meu nome à ABONG Regional NE 3 para ali pleitear uma vaga, enquanto Valéria foi pelo Cearah Periferia. Foi mesmo uma estratégia para tentar garantir a vaga para a entidade. Acontece que quando começaram as discussões no segmento ONG, a coisa estava seriíssima! Para vocês terem uma idéia tinha até associação de pais e mestres dentro do segmento e que foram mobilizados pelo governo do estado. Se não entrássemos pesado não íamos conseguir a vaga para a Conferência Nacional porque o governo estado com força. Então. A gente foi nessa tentativa mesmo de levar dois nomes para tentar garantir pelo menos uma, porque a gente trabalha com essa temática aqui em fortaleza e no plano estadual. Eu acho somos uma das poucas ongs do Ceará que tem uma articulação com o Fórum Nacional da Reforma Urbana, que trabalha o direito à cidade. Contudo, na hora da eleição, as organizações que estavam lá não concordaram com a ABONG Regional NE 3 ter uma vaga. A argumentação era é que a ABONG não tinha uma luta na questão urbana aqui no estado, en-

quanto Cearah Periferia sim. Foi assim que Valéria foi eleita delegada para a Conferência Nacional representando o Cearah Periferia. E no retorno da Conferência Nacional quando fizemos o debate interno foi natural a colocação do meu nome porque eu estava fazendo a articulação a nível nacional com o FNRU Foi assim que aconteceu.

Zefinha – Pra nós a eleição, a escolha para o Conselho Nacional , não foi fácil. Primeiro porque a Famcc não fazia parte de nenhum dos movimentos nacionais e era definido que a representação no Conselho teria que ser através dos movimentos nacionais. Mas, a partir da primeira Conferência Nacional(2003) a Famcc começou a construir um processo de aproximação com os movimentos nacionais. Na segunda Conferência quando a delegação saiu do Piauí a gente já tinha clareza que estávamos articuladas com a União Nacional por Moradia Popular e que a escolha do nome seria feita na conferência. Mesmo a Conferência sendo construída nessa perspectiva, não era ainda certo se alguém iria ou não participar como conselheiro/a. Foi lá em Brasília, durante a Conferência, que nós construímos a proposta de garantir uma suplência, porque no Piauí, a CONAM também estava colocando um representante para ser conselheiro titular. Assim, nós construímos junto aos outros movimentos a proposta da Famcc ficar no Conselho Nacional mesmo que fosse como suplente. E a minha eleição foi uma coisa natural, que se deu pelos/as delegados/as que estavam lá na Conferência porque quando nós saímos do Piauí para ir para Conferencia não tinha sido ainda acertado que era o meu nome, mas lá durante a Conferencia, durante as conversas a delegação decidiu por unanimidade que seria o meu nome. As pessoas da delegação do meu estado colocavam uma série de argumentos. Um deles foi que o meu nome era mais conhecido nacionalmente e isso facilitava as articulações. Outro argumento foi a questão do acúmulo do conteúdo, da participação nas conferências, do acompanhamento na construção durante todo o processo das conferências.

Patrícia, nas suas últimas respostas você mencionou o critério de gênero como tendo sido importante para sua indicação para o Conselho Nacional das Cidades, gostaríamos de saber se lhe causou algum incômodo ser escolhida por uma política de ação afirmativa do

segmento ONG, que definiu que sua representação no Conselho das Cidades deveria cumprir a paridade entre mulheres e homens ? Você acha que teria sido escolhida se não houvesse esse critério?

Patrícia – No Polis critério de gênero foi um deles, mas o principal critério foi , como já disse, o fato de acompanhar . Na hora da escolha dos nomes a outra pessoa que foi cogitada também era uma mulher e entre o nome de nós duas, o meu foi um pouco unânime por causa da minha trajetória e do trabalho que eu já vinha fazendo institucionalmente. Eu acho que o fato de gênero ter sido um dos critérios extremamente positivo, não me incomoda de forma alguma. Não sei se é porque a outra pessoa que poderia ter vindo a ocupar esse espaço seria uma pessoa mulher. Eu não sei como seria isso se tivesse sido um homem, se eu tivesse concorrido com um homem.

Eu ressalto aqui a importância do critério de gênero para minha entidade porque no próprio segmento Ong houve organizações que não adotaram esse critério institucionalmente. Tanto é que não conseguimos a paridade pretendida.

Não me causou incômodo algum porque entendo que a ação afirmativa para as mulheres e consegue valorizar trabalhos que muitas vezes ficam talvez ocultos ou não tão valorizados formalmente dentro de uma organização. Às vezes há uma personalização muito forte das pessoas que têm mais história e são mais conhecidas. Então, eu acho que o critério de gênero é positivo porque vem explicitar, vem dá visibilidade e valorizar o trabalho que efetivamente é feito no dia a dia.

Como vocês analisam as reuniões do Conselho das Cidades, incluindo as reuniões dos comitês técnicos³?

Zefinha - Eu vejo as reuniões do Conselho das Cidades como um espaço de muitas discussões e poucos resultados positivos para tantos debates que acontecem. Com relação aos comitês, eu queria me colocar aqui como uma conselheira que foi falha, pois eu não participei das duas

³ Os Comitês Técnicos do Conselho Nacional das Cidades são : Habitação; Saneamento Ambiental; Transporte e Mobilidade Urbana; Planejamento e Gestão do Solo.

ultimas reuniões. Mas das reuniões participei, eu acho que são discussões muito técnicas, do ponto de vista para quem é conselheira do segmento movimentos sociais. Isso muitas vezes inibe as representações dos movimentos principalmente quem está acabando de entrar nessa discussão, nessa dinâmica. Não é fácil entender qual o tipo de discussão e qual o objetivo que nós queremos chegar com aqueles debates. Acho muito técnica, acho muito resumido o tempo das discussões. As coisas passam que você não consegue acompanhar.

Joísa – Eu concordo em parte com o que Zefinha falou. Eu não poderia deixar de concordar, não porque eu talvez conseguir entender um pouco mais o que é falado, mas eu consigo entendê-la na medida em que essa dificuldade existe tanto pra homens quanto para as mulheres. Não existe uma didática que ajude aos movimentos sociais se apropriarem dos temas mais técnicos, não há nem uma preocupação com esse aspecto por parte da secretaria do Conselho na construção das próprias dinâmicas. Eles falam com a gente como se a gente estivesse ali todo dia, trabalhando naquela rotina, naquele contexto e isso gera dificuldades em maior e menor escala. Maior, talvez, para os movimentos. Mas mesmo nós que somos de ONG, que somos técnicas/os, que lidamos com essa dimensão no nosso dia a dia, também encontramos dificuldades em acompanhar a forma como as discussões são feitas. Ou você está realmente bastante atenta, se comunicando, lendo, estudando continuamente aquilo ali, ou então passa batido. Isso é uma questão que é muito complicada, que traz consigo o debate sobre o que é a participação. Porque você ser conselheira é uma forma de você participar. Então, eu participo. Eu tenho que estar empoderada, tenho que está sendo preparada para poder dar o melhor de mim. Eu posso até querer dar, mas se a metodologia não favorece, não estimula isso não vai acontecer. Então, eu fico ali como conselheira mulher, linda, maravilhosa, de ONG, mas até que ponto eu não estarei legitimando certas questões? Esse é um aspecto muito complicado na metodologia, no processo das reuniões dos comitês.

Patrícia – A minha percepção em relação ao o que são os comitês técnicos é que eles têm uma dinâmica totalmente diferente do que a reunião da plenária do Conselho. As reuniões dos comitês são momentos

muitos interessantes porque são momentos de produção das políticas. Ali se discute conteúdos que constituem parte da política, da forma que a gente idealizou na formação do Conselho, ou seja, como sendo um órgão auxiliar na formação de políticas públicas. Para mim, as reuniões dos comitês são momentos técnico e politicamente muito ricos. Percebo com clareza a dificuldade dos movimentos em participar mais ativamente nesses momentos. Mas não só os movimentos, acontece também com outras organizações. As discussões ficam bastante focadas naquelas pessoas que têm acúmulo ou estão se debruçando especificamente naqueles temas. Também, no meu entendimento, houve uma fragilização do Conselho em relação à própria participação do poder público, por isso em muitos momentos estratégicos são as ou pessoas de ongs ou da universidades que acabam contribuindo e puxando a discussão. É nítido, inclusive, a dificuldade do próprio corpo técnico do governo em acompanhar os debates. Assim, as discussões ficam mais focadas, dificultando a participação, que termina por diminuir muito.

Eu percebo que a nossa participação foi decisiva em algumas discussões. Contudo, se eu conseguia costurar por dentro politicamente com os movimentos, isso não acontecia com os conteúdos técnicos, no sentido de termos uma capacidade de proposição parecida. A gente consegue costurar politicamente na hora de defender alguns temas, mas há muita desigualdade nas condições da participação nos debates.

Já a plenária do Conselho é um momento totalmente diferente, é um momento bastante político, de enfrentamento. É um momento que a gente percebe a força do FNRU, que está muito articulado e consegue aprovar as resoluções que queremos. A nossa articulação é majoritária e nesse momento, em que o peso é mais político, é a grande cena dos movimentos. São os movimentos nacionais, contudo ainda é restrito a determinadas pessoas, na sua maioria homens que fazem os debates na plenária e vão para o enfrentamento com o governos e às vezes, com o setor privado.

No processo de formação dos comitês técnicos do Conselho das Cidades aqueles que tratam de questões mais estratégicas, como habitação, foram ocupados em sua maioria por homens, enquanto as mulheres ficaram nos espaços “menos” estratégicos. Como vocês

se sentem com essa situação? Vocês optaram ou foram ouvidas pelos seus segmentos quanto da composição dos comitês?

Zefinha - A primeira coisa que eu queria dizer é que todos os comitês são importantes, pois tratam dos temas que dizem respeito a reforma. Acontece que alguns temas necessitam de uma discussão maior, de uma participação maior da sociedade. Para mim foi uma surpresa como se deu a discussão no meu segmento, pois quando chegou a hora da formação dos comitês os movimentos já tinha uma relação pronta, e as lideranças já vinham dizendo: os comitês já estão divididos, temos essa quantidade de vagas nessas câmaras e quem vai são essas e essas pessoas. Para meu espanto, não fiquei no comitê que nós da Famcc queríamos ficar, que era o de habitação. Para nós é claro que a maioria das pessoas que está no comitê de habitação, que é um dos mais visados, são homens. O argumento que se usaram naquele momento era que essas pessoas tinham sido escolhidas pela capacidade da intervenção, do entendimento da temática e que as outras iam para os demais comitês, já que havia as vagas que precisávamos ocupar como movimentos sociais. Eu me senti discriminada como mulher, como nordestina – uma região que não é muito considerada nesses processos – porque não havia construção coletiva do movimento, devia só ir ocupar uma vaga.

Patrícia – No segmento ONG não identificamos esse processo tal como Zefinha narrou. Em relação ao Polis, a gente ficou no comitê que queríamos, foi bastante tranquilo, até porque como o Polis ficou como suplente no Conselho, nas negociações dos comitês a gente teve prioridade na escolha. Estamos no comitê de planejamento e gestão que é tão estratégico quanto os demais.

Mas pensando na fala de Zefinha, percebi que no comitê de habitação a representação do segmento ONG é ocupada por dois homens e isso se repete no Conselho Gestor do Fundo de Habitação de Interesse Social. Com relação a esse Conselho Gestor os processos de escolha foram diferentes do que aconteceu nos comitês técnicos. Houve sim uma discussão no segmento sobre quem iria e no princípio seria o representante da ABONG como titular e eu seria suplente, numa composição de paridade entre homens e mulheres também de saberes, já que ele

é arquiteto e eu sou advogada. Só que em determinado momento, por entendimento representante da ABONG, consideraram que seria mais estratégico que o suplente fosse o representante da Fundação Bento Rubião (RJ), que também é arquiteto. Eu respeitei essa posição que se baseava na experiência deles.. Mas, na verdade, até hoje eu tenho dúvidas sobre o que teria sido melhor.

Joísa – Bem, com relação à questão dos comitês a gente também não teve problema, porque ficamos em Planejamento e Gestão, era onde queríamos estar. Com relação ao comitê de Habitação, o segmento ONG também o valoriza muito e houve sim uma disputa entre nós. A representante da Etapas (PE) queria ficar nesse comitê e até foi levantada a questão da paridade entre mulheres e homens, mas não adiantou muito porque o peso do argumento da experiência dos dois homens foi grande. Acontece que ela é arquiteta, é urbanista, ou seja, também tem acúmulo no tema. Houve a disputa e ela entrou na marra. Conversamos com eles e propusemos: vamos fazer uma rotatividade, numa plenária o representante da Fundação Bento Rubião iria como suplente e a representante da Etapas como titular, depois trocava. Foi assim que ela conseguiu entrar no comitê. O Ministério não queria aceitar porque as vagas já estavam completas, mas terminou ficando assim mesmo e ela está lá alegre, feliz, esta funcionando. Ela estava certíssima em disputar o seu espaço e a gente apoiou ela nessa decisão.

Já com relação ao Conselho Gestor do Fundo de Habitação de Interesse Social, o processo foi mais confuso no nosso segmento, tanto que nem participamos dele, nem o Cearah Periferia nem a Etapas. Não fomos sequer chamadas para participar de nenhuma reunião. A única coisa que fizeram foi nos comunicar a decisão, explicando que ele teve de ser tomada rapidamente, a gente até respeitou essa decisão. Quer dizer, a gente tenta compreender, mas foi só uma simples informação. A gente nem soube que o nome de Patrícia havia sido cotado! Chegamos a questionar o fato de não termos sido consultadas. Colocamos a nossa insatisfação. Não sei dizer até que ponto isso tem haver com o fato de sermos mulheres. O que eu sei é que existe uma relação de poder de muito forte concentrada em determinadas pessoas, geralmente homens, do segmento Ong. Porque parece que pelo fato deles já terem uma expe-

riência maior que a nossa nas articulações do campo isso justifica uma espécie de superioridade em relação a nós que estamos começando.

Vocês consideram que sua origem social, o lugar de onde vêm, a idade, o tipo de inserção institucional, ou nos movimentos, interfere na legitimidade de vocês junto as/aos demais conselheiras/os?

Jóisa – Eu sinto que influencia mais junto aos conselheiros e conselheiras do movimento popular. Estou analisando do ponto de vista de eu ser conselheira do segmento ONG. Eu não sou tão procurada para assessorar o momento nas discussões nas plenárias do Conselho. No comitê técnico é um pouco diferente porque, na medida do possível, eu procuro conversa com Zefinha e com outras representantes do movimento popular. Mas quando chega na hora da plenária não existe muita articulação comigo. Não sei se é porque eu sou suplente e a suplência não tem um peso na hora do voto na plenária. Há também o fato de que Cearah Periferia tem uma história muito longa articulação com as chamadas lideranças nacionais. Essas lideranças se articulam com outras ongs, recebem assessoria dessas ongs. A nossa visibilidade ainda está sendo construída nesse campo. Com relação às representações de outros segmentos, eu não me preocupo em saber se a minha fala influencia, se tem peso. No comitê técnico, eu falo o que eu penso, o que o meu conteúdo me permite falar e nunca senti nenhuma restrição a minha fala, a abertura é sempre boa. Sei lá, eu tenho essa cara de novinha, talvez isso explique.

Patrícia – Se eu for analisar, por exemplo, a escolha da representação do segmento ONG no conselho gestor do Fundo de Habitação de Interesse Social, penso que a idade e a experiência pesaram muito. Os dois homens escolhidos têm mais história, inclusive na criação do próprio Fundo, por isso eu respeitei a decisão.

Já em relação ao Conselho, o fato de ter escolaridade superior, de ser uma técnica meio que me protege. Ou seja, eu entendo que a minha idade ou o fato de ser mulher, minha origem social não me enfraquecem, pois ser percebida como técnica me protege em muitos momentos.

Zefinha – Na minha avaliação, essa questão da origem e a questão social pesam muito dentro do Conselho. Tem a discriminação de ser mulher, mas primeiro vem a discriminação por ser de origem do movimento popular, por não ser uma técnica. É diferente, talvez não tenha tanta diferença na hora da questão política, na questão da prática, mas é a diferente quando alguém levanta, seja no comitê, seja na plenária, para fazer a defesa de uma proposta que uma pessoa que tem o terceiro grau completo, que é advogada, que tem uma titulação. Quando levanta alguém do movimento social - que não tem um poder articulado como algumas lideranças que estão lá há vários anos, que são conhecidos, que já tem um linguajar que eles já incorporaram - é diferente o modo como as colocações dessa pessoa são recebidas, a forma como são consideradas essas intervenções. Digo isso porque na primeira reunião que eu participei no comitê técnico, estávamos discutindo a questão dos conflitos, e aí Patrícia, Joísa, todas as pessoas falaram e tiveram a resposta, e eu pedi para fazer uma colocação sobre a questão dos conflitos no Piauí e quando o rapaz ia responder a secretária pediu para que ele não falasse, pois seria era um outro momento que ia se discutir essas questões. Eu acho que essas coisas precisam ser consideradas.

Zefinha, queríamos que você aprofundasse mais a distinção entre ser técnica e ser o movimento popular como influenciando na legitimidade. Você acha que o fato de não ter o chamado “saber técnico” afeta de modo igual a legitimidade de mulheres e homens do movimento popular no Conselho das Cidades?

Zefinha – Não. O fato de que a maioria da representação do segmento movimento popular ser feita por homens já está mostrando que há uma diferença, que os homens têm mais condições de fazer essa discussão do que as mulheres. A escolha das pessoas para os comitês técnicos é outro exemplo. Os movimentos já escolhem aquelas pessoas, já trazem escolhidas aquelas pessoas sem nenhuma discussão. Ou seja, são eles mesmos que decidem quem eles acham que têm condições, e os eleitos para os lugares mais estratégicos são homens.. Eu acho que existe essa diferença nesses espaços de participação, ainda se faz essa diferença de

quem pode, ainda pensam que os homens são mais capazes do que as mulheres na hora de representar os seus movimentos.

Como vocês percebem as relações de poder, como se estabelece as relações de poder dentro do Conselho?

Patrícia – No campo da sociedade civil percebo que há muito poder nas articulações nacionais, a partir das lideranças nacionais do movimento popular que são, em sua maioria, homens e que têm fortes ligações políticas com outros campos. Eu, inclusive, faço parte dessas articulações por ser de uma ONG, por ser uma “mulher técnica”. Esse grupo mais restrito elabora as estratégias e depois passa os comandos para quem está nas comitês técnicos defender a resolução ou a proposta que foi construída.. É como se a estratégia cada um/a tivesse uma função. O grupo de lideranças define a estratégia e as outras pessoas dos movimentos e organizações têm e o papel é defendê-la, de encaminhá-la.

Em relação ao poder publico existem momentos distintos. Existem momentos de convergências que são muitos. Por exemplo, no comitê de Planejamento e gestão há muitos momentos de convergências. Já no comitê de Habitação é diferente, é puro enfrentamento entre sociedade civil organizada – o FNRU em especial - e a atual Secretaria. Ou seja, nas s relações de poder entre governo e sociedade civil tem de tudo, desde de parcerias até enfrentamentos muito exacerbados e que passa, inclusive, a ser pouco produtivo.Mas de modo geral, na sociedade civil, o poder se concentra em algumas figuras históricas do campo da reforma urbana.

Zefinha – Eu acho que o campo de disputa no Conselho é grande, tanto dentro do movimento popular, como entre ongs e movimento popular. Vejo que aqui fora, talvez no processo de construção das conferências, a gente constrói, em alguns momentos, varias propostas coletivas do movimento social e toca na questão da ongs. Quando a gente chega no espaço do Conselho, que é um espaço bem mais restrito, que define mesmo as políticas, aí a disputa aumenta e passa adiante quem tem mais poder. No meu jeito de ver e refletir, há a disputa entre os movimentos, tem horas que os movimentos se acertam e fazem uma proposição co-

letiva, aí tem a disputa entre os movimentos e as ongs. Até agora, que eu ainda não vi a coletividade entre os movimentos e as ongs. Tem uma articulação, mas na verdade não chegamos totalmente articulados na reunião do Conselho.

E ainda tem a disputa entre a sociedade civil e o poder público, eu vejo não percebo uma vontade do poder público para construir uma política de reforma urbana de interesse coletivo. São propostas focadas nos municípios, nos estados de forma isolada.

Joísa – Patrícia chamou atenção para o fato de que os quatro movimentos nacionais⁴ terem uma força grande, bem como para o poder das lideranças nacionais. São essas lideranças nacionais elas se articulam com as ongs, quer dizer, as ongs que tem uma articulação nacional e aí se formam blocos. Agora, se esta articulação também se reflete nos níveis regionais já é outra discussão. Porque eu acho que a gente dar a regionalidade a importância que ela realmente tem. Ou seja, temos que considerar as questões regionais, bem como as lideranças desses locais, nas articulações políticas. O FNRU tem uma articulação pesada, uma história de enormes conquista. Só que quem está lá que não quer abrir espaço, não quer perder o poder que adquiriu. Mas existem novas articulações, novos fóruns, novas redes, novas entidades, novos movimentos até. Esses novos movimentos e redes querem participar da discussão sobre a reforma urbana, mas para conseguir penetrar é, as vezes, muito complicado.

Vocês falaram das várias formas, várias diferenças, várias concepções a respeito das desigualdades de poder. Desigualdade de poder entre os homens e mulheres, entre os próprios movimentos, entre os movimentos e ongs e nas últimas respostas surgiu a questão da desigualdade regional na construção dos sujeitos coletivos e na relação das suas lideranças nacionais - que geralmente são homens - com os movimentos. Neste contexto tão complexo vocês se sentem poderosas?

⁴ Os chamados quatro movimentos nacionais são: Central dos Movimentos Populares (CMP), CONAM, Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) e a União por Moradia Popular

Joísa – Eu não me sinto poderosa por tudo isso que eu já falei. Antes de mim o Cearah Periferia tinha uma pessoa que fez por muitos anos a articulação nacional e que não está mais na instituição. Na minha opinião, em certo sentido ela não fez bem seu dever de casa, no sentido de ir colocando outras pessoas para participarem dessas articulações. Quando ela saiu a gente teve que correr atrás porque nos era exigido que não perdêssemos essa articulação nacional e a eu fui lá tentar ocupar esse espaço. Mas é como entrar uma nova coisa, como se fosse uma nova entidade, pois personalizava-se tanto na figura dela que quando eu entrei nas articulações nacionais era como se uma alienígena. E eu senti isso. Penso que foi um erro da minha organização - erro comum nas organizações. Não se pode personalizar a participação. Agora há uma barreira, porque eu tive que ir atrás de tudo, de percorrer todo o caminho.

Tive que reconstruir tudo e estou lá tentando, na medida do possível, conseguir ter alguma voz e penetrar. É um processo lento, mostrar que temos condições construir propostas, fazer articulações, pressionar, atuar no FNRU. Mas sei que há muito centralização no FNRU. Isso é muito claro. E é por causa dessas coisas que não me sinto poderosa.. Eu não me sinto poderosa e nem acho que a entidade que eu atuo seja poderosa. Eu não só sou eu, gente.

Patrícia – Sim, eu me sinto poderosa. Toda vez que a gente consegue construir e pautar as coisas e gerar as coisas que são construídas, ver que consigo e pautar e tornar realidade aquilo que construímos com os quatro movimentos nacionais.

Mas eu deixo de me sentir poderosa, tanto como Patrícia quanto como Polis, quando tento pautar coisas que questionam a lógica dos quatro movimentos nacionais e não consigo.

Zefinha – Olhe, eu me sinto muito poderosa. Me sinto poderosa como mulher, como movimento. Primeiro, por ter tido condições de estar no Conselho Nacional das Cidades e também pela existência do FNRU que tem uma intervenção muito boa e tem conseguido muitas coisas importantes. Mas isso não me impede de perceber que também tem as disputas e tem as diferenças entre os movimentos e as ONGs. Isso é muito claro, para mim é muito claro, é muito nítido..

Mas acho que me sinto muito poderosa quando eu tenho condição de chegar lá no estado, no Piauí, onde atuo junto com meus outros companheiros e minhas outras companheiras que levando as informações. Isso tudo também empodera a entidade que participo, o movimento que eu participo - a União Nacional - e os outros movimentos estaduais.

Houve algum momento que você sentiu que havia diferença em ser conselheiro e ser conselheira?

Zefinha – Eu, inclusive, já disse isso nas minhas respostas anteriores. Eu acho que tem muitos momentos tem diferença na relação de poder de você ser conselheira e você ser conselheiro e aí tem uma série de coisas que são colocadas como uma barreira para fazer essa diferença. Uma delas é a falta de reflexão, dentro dos movimentos, sobre a importância das relações desiguais de gênero na nossa participação como mulher. A importância de estarmos empoderadas como mulher para participar dos conselhos, para ocupar esses espaços também nos espaços do próprio movimento que estamos representando.

Mas isso se tem a ver também com o fato de ser de movimento popular, como eu já disse. E aí eu queria contar um fato que me aconteceu e que é um exemplo desse problema. O ministério das Cidades estava fazendo uma seleção para um curso de capacitação em orçamento público. Foi pedido que todos/as os/as conselheiros/as mandassem os seus currículos para garantia da sua hospedagem, da sua participação. Eu mandei meu currículo e depois a moça ligou e disse assim, a secretária do conselho, “olhe, eu acho que talvez o dinheiro que você vai receber da diária não vai dá para você pagar o seu hotel”. Eu disse: “mas por que?” E ela respondeu : “ porque aqui a diária sai pelo currículo. Então, quem tem o terceiro grau, quem tem um bom currículo vai ter uma diária maior”. Eu perguntei para ela assim “sim, mas a pessoa que estudou mais do que eu, que tem um currículo maior do que o meu come mais do que eu, necessita dormir em um lugar melhor do que eu vou dormir?”.E ela disse: “não, mas é assim que o Ministério faz a seleção”. Isso só confirma quanto o diploma ainda pesa.

Ser mulher, de ser nordestina, de representante de movimento popular que não é ONG e que vive lutando para sobreviver. Tudo isso pesa muito, gera muita desigualdade.

Patrícia – Eu acho que senti apenas quando me convidaram para compor a mesa pelo fato de eu ser mulher. Mas eu também sinto um pouco dentro do Polis, pelo seguinte fato: o coordenador da minha área é um homem, como também são dois homens os coordenadores da área de urbanismo.. Eu sou uma técnica que estou na equipe jurídica há uma diferença de inserção eu pautando as coisas dentro do Polis, que sou mulher e não sou coordenadora, de coordenadores homens pautando as temáticas do Conselho dentro do Polis. Às vezes eu sinto uma dificuldade de pautar a importância das temáticas do conselho institucionalmente.

Joísa – Eu nunca senti diferença por ser mulher, nem aqui na instituição, nem no Conselho.

Como mulheres, vocês têm alguma dificuldade específica por participarem do Conselho?

Joísa – É o fato de ter uma rotina familiar desigual, que pesa no meu trabalho, já que ser conselheira faz parte do meu trabalho. Do meu trabalho entre aspas porque hoje eu posso dizer que , 40% do que eu faço não é trabalho, é militância, deixou de ser trabalho faz muito tempo. E fazer essa militância é difícil porque eu tenho uma rotina na minha família.

Zefinha – Por um lado eu acho que é bom para mim como mulher está lá no Conselho colocando, pautando uma discussão com relação às questões urbana. Eu me sinto bem nesse ser mulher e está no Conselho, mas ao mesmo tempo eu acho que nós mulheres temos grandes desafios. Um deles é ser mulher, ser mãe, chefe de família, ter uma família e ter também que ter um tempo de fazer parte do Conselho. Então, para mim é um desafio esse de ser mulher, muitas vezes a gente deixa algumas coisas, não é perder, mas deixar algumas coisas...

Patrícia – Ser conselheira gera uma desproporção entre o ser militante e o ser profissional e tempo que dedico para cuidar de mim e das minhas coisas. Estou naquela fase de montar a minha casa, eu teria dedicar mais tempo ao meu ser Patrícia, ao meu ser mulher e pelo meu perfil mesmo, a paixão que eu tenho pelo meu trabalho, tem uma desproporção. E eu não conseguindo ainda um equilíbrio, mas estou buscando.

Como vocês escolhem a roupa para irem as reuniões do Conselho das Cidades?

Patrícia – Eu sempre tomo cuidado para não mostrar nada, para não mostrar barriga, para não mostrar muito do corpo. Como eu sou advogada, em qualquer outro lugar em que eu trabalhasse provavelmente teria que colocar uma roupa formal – usar sapato de salto, terninhos, roupa social – e eu detesto isso. Já no Polis eu tenho total liberdade de ir até de chinelos. Mas quando vou a reuniões do Conselho tomo mais cuidado porque é um momento mais formal, além de ser uma ambiente com muitos homens. Por isso, tenho a maior atenção para não mostrar a barriga, o colo. Esse cuidado é necessário para evitar situações desagradáveis.

Joísa – Bem, eu não tenho muito o hábito de utilizar roupas mostrando a barriga ou muito abertas por causa da minha educação familiar que foi muito severa nesse aspecto. Quando vou para as reuniões do Conselho eu me preocupo muito com o frio, porque os ambientes são muito frios e, infelizmente, eu quase não tenho roupa de frio porque eu não moro em um lugar não faz um pinga frio. As minhas roupas de frio em sua maioria são muito formais. Estou tentando mudar, eu estou tentando criar um guarda-roupa para as reuniões que não seja tão formal. Mas a preocupação é isso, é um casaco, algo para me proteger do frio.

Zefinha – Eu não tenho muita preocupação em escolher as roupas para ir às reuniões do Conselho, porque, eu sinto assim, quando eu vou para as reuniões como se fosse meu o cotidiano. Todos os dias eu vou para comunidade, vou para a sede da Famcc, tem dias que vou à missa. Meu

cotidiano é esse. Eu nunca nem tinha parado para pensar que se eu vou para a reunião do Conselho eu teria que escolher outra roupa! Às vezes eu coloco um casaco porque eu sinto muito frio dentro do avião e na sala da reunião, outras vezes eu esqueço do casaco e aí arrumo emprestado aqui com as colegas e visto. Ou seja, roupa que uso no Conselho é mesma que uso na comunidade, a que vou para as reuniões da Famcc. Mas eu acho que é isso uma das coisas que me deixam menos a vontade no Conselho.

No Conselho, vocês já sofreram algum tipo de assédio?

Joísa – Não, eu nunca sofri nenhum tipo de assédio.

Patrícia – Já vivi uma situação de assédio sexual.

Zefinha – Eu nunca fui assediada. Quer dizer, talvez em alguns momentos tenha havido assédio moral. As pessoas ficam dizendo coisas desagradáveis brincadeiras, que deixam a gente muito para baixo. Isso é cotidiano, eu já passei muito por isso. Agora, o assédio sexual nunca me aconteceu.

Quando vocês falaram do funcionamento do Conselho das Cidades, mencionaram os momentos oficiais, as reuniões dos comitês técnicos e as plenárias do Conselho. Mas, sabemos que acontecem muitas outras reuniões oficiais e não oficiais. O que queremos saber é se vocês são chamadas para as reuniões extra oficiais, inclusive aquelas que acontecem em barzinhos e em outros locais fora do espaço oficial do Conselho das Cidades?

Zefinha – Eu nunca fui chamada para essas reuniões, percebo que há grandes articulações dos movimentos, mas nunca fui convidada a participar.

Patrícia – Eu participo e muitas vezes sou eu quem provoço, procuro as pessoas nos intervalos das reuniões, no horário do almoço, em qual-

quer momento, desde que seja necessário. Faço essas articulações com os movimentos, com as entidades, com governo federal. Por exemplo, no GT de conflitos fundiários a gente tem se articulado bastante, tem se articulado com o Ministério da Justiça. Estar em Brasília é estar fazendo articulações o tempo todo.

Joísa – Bem, eu participo sim de algumas reuniões para tratar de assuntos mais específicos. Às vezes quando o Ministério das Cidades quer conversar com a gente sobre determinado problema ou até em alguma articulação do próprio FNUR. Mas reuniões com os movimentos são bem restritas a eles mesmos e se acontece eu não participo.

Como se dá a relação de vocês com as conselheiras dos outros segmentos?

Joísa – Eu me relaciono mais com as conselheiras dos movimentos sociais e é uma boa relação. Conversamos, buscamos contribuir uma com as outras. Com o poder público quase não tenho relação. Tenho uma relação também boa com conselheiras da universidades, gente conversa, elas dão muitas dicas legais para a gente construir as nossas reflexões.

Patrícia – As articulações com outras mulheres conselheiras se dão principalmente no comitê que eu atuo. Como sou que sou do segmento ONG, tenho uma articulação mais orgânica com os segmentos da universidade, acadêmico. O segmento das ONGs para mim ainda está meio frio, teríamos que aquecer nossas relações com o movimento popular. Aquilo que já falei antes, fazemos uma articulação mais política, mas sinto falta de uma articulação no momento da construção dos conteúdos.

Essa pergunta me fez perceber que eu me articulo mais com os homens do que com as mulheres.

Zefinha – A relação e a discussão política com mulheres do movimento popular e das ONGs tem sido muito boa. E é por isso que a gente sente

falta e começa a cobrar a nossa atuação como mulheres no sentido de criar uma coisa mais concreta por dentro das articulações maiores do FNRU.

Eu consigo me articular com todas as mulheres e de vez em quando a gente se encontra, mesmo estando em comitês diferentes. Mas acho que a gente pode avançar muito mais, além dessa boa relação de amizade, avançar numa ação política.

Vocês já tentaram nas reuniões do Conselho das Cidades pautar as questões de gênero? Se sim, como é que foi? Se não, porque não pautaram?

Joísa – No Conselho nunca tive a oportunidade de pautar pela generalidade de alguns temas que a gente trabalhou. Ia ser, digamos assim, forçar uma barra, porque não tinha nada no tema, era tão geral que a gente não percebeu um espaço para pautar temas relacionados às mulheres.

Patrícia – Em relação aos conteúdos das resoluções que são discutidos e aprovados não pautei nada sobre as questões de gênero. E acho que não foi pela dificuldade de conseguir em qualquer tema trazer o olhar de gênero. Eu acho que alguns temas que já são temas que a gente tem mais acúmulo e trabalha historicamente seria mais fácil. No entanto, uma coisa mais fácil para mim em relação ao olhar de gênero é essa questão da disputa de espaço de poder. Nesse sentido, quando da composição dos comitês e GTs eu consegui pautar a importância de termos as representações de mulheres. Não sei se funcionou, na verdade essa participação nos GTs ainda está se estabilizando. Mas eu sinto mais facilidade em pautar a questão de gênero na disputa de espaço de participação do que na formação da política.

Zefinha – Concordo com as respostas das colegas.

Vocês poderiam explicar melhor quais são estas dificuldades? O que podemos fazer para superá-las?

Patrícia – O primeiro entrave é saber como nós conselheiras podemos pautar no Conselho uma agenda feminista da reforma urbana. Para mim isso não é simples. Por isso eu falei a disputa de espaço é mais clara como uma estratégia. Agora, na formação das políticas acho bem mais difícil. Além disso, há a dificuldade de proposição pelo fato de que estou ainda me apropriando da temática de gênero.

Outro entrave se relaciona ao nosso campo no sentido de que nossas redes e articulações e em especial o próprio FNRU precisa romper com a lógica da centralização em determinadas lideranças de modo a que as nossas relações sejam de fato mais democráticas.

Zefinha – Olhe, eu acho que uma das coisas dificulta pautar as discussões das questões de gênero é porque em primeiro lugar devemos fazer isso é dentro da nossa organização, dentro da nossa região, do estado. Contudo os movimentos populares e as direções nacionais ainda não incorporaram o debate sobre as relações de gênero. Outro ponto é nos somos minoria no Conselho e sendo as pautas das reuniões definidas por quem é titular – no caso são praticamente todos homens – dificulta muito propor essas questões. Acredito que podemos avançar debatendo essas questões nos fóruns de reforma urbana estaduais e regionais, sem esquecer o FNRU.

Patrícia – Posso fazer uma complementação? As mulheres que são conselheiras do nosso campo estão enfraquecidas. O que significa isso? Que a precisamos nos fortalecer esse campo para ir mais para o embate, para ir para a disputa no sentido mais saudável possível.

Joísa – Concordo com as respostas de Zefinha e Patrícia.

Em que medida a atuação de vocês como conselheiras tem fortalecido ou pode vir a fortalecer a luta das mulheres?

Patrícia – Sinceramente, eu acho que a melhor maneira que eu posso fortalecer a luta das mulheres é primeiro, sendo uma boa conselheira. Eu acredito que como conselheira ou conselheira devemos construir

coletivamente nossa ação, ser alimentada por um processo coletivo e dar retorno para esse processo coletivo. Se eu conseguir isso, estarei estabelecendo uma nova prática, porque muitos conselheiros, inclusive, do nosso campo, têm uma atuação muito personalizada no Conselho. Então se eu conseguir construir a minha atuação no Conselho junto com o meu segmento e ampliar a legitimidade da minha ação isso já é pautar uma nova postura que se aproxima do que queríamos lá trás, na proposta original que tínhamos para a nossa atuação como conselheiras/os, uma representação efetivamente legítima e coletiva.

Zefinha – Eu acho que o que me fortaleceu, que fortaleceu a luta das mulheres da própria organização que eu participo, foi primeiro, uma discussão que nós fizemos sobre os planos diretores, que foi uma discussão gerada a partir da nossa participação dentro do Conselho das Cidades. Depois a empolgação dos grupos, das comunidades, da equipe de gênero que temos na Famcc. Isso fez com que as mulheres tanto se fortalecerem com a minha participação, como me dessem suporte para que eu me fortalecesse como conselheira. É um fortalecimento recíproco. Você chega na comunidade para fazer um debate sobre o plano diretor participativo, sobre a questão da comissão da legalização fundiária, e aí eu me apresento como diretora da Famcc e depois quando digo: olha, eu também participo do conselho nacional das cidades, lá nós fizemos essa discussão. Isso fortalece muito o grupo, fortalece as mulheres porque a importância de uma discussão nacional, que elas nunca imaginaram que uma discussão feita em Brasília pudesse chegar lá na ponta, no grupo, na comunidade. Tudo isso é muito importante, pode parecer que não, mas é.

Joísa – Concordo com Zefinha quando ela coloca que fortalece pelo fato de que no imaginário daquelas mulheres é importante saber que elas têm condições, principalmente as mulheres de baixa renda, que não têm a sua dignidade respeitada em quase todos os seus aspectos, que são oprimidas muitas vezes de forma violenta. Para essas mulheres têm um significado imenso ver Zefinha como conselheira das Cidades. Esse é um aspecto fundamental e eu acho que a gente tem que lutar para que isso aconteça cada vez mais.

Vocês acham que há um modo feminino de atuar no Conselho?

Patrícia – Acredito que sim. Por exemplo, isso acontece até no modo de coordenar uma mesa. No Conselho conquistamos que as coordenações das plenárias seja feita com rotatividade dos segmentos, antes era só o poder público quem coordenava. Assim em uma das reuniões quem fez a coordenação foi uma mulher. Ao vê-la percebi algumas diferenças. Ela imprimiu uma nova prática, buscando consensos. Porque, no geral as coordenações de plenárias preferem fazer manobras para isolar as divergências, fingir que não escuta, encaminhar do jeito que quer ,ao invés de buscar a conciliação Penso que quanto mais forem as mulheres participando, tomando voz na plenária, mais chances temos de mudar o tom a condução, a forma dos embates e a construção dos processos.

No comitê técnico, que considero um lugar mais democrático, mais pessoas fazem o uso da palavra. Pessoas que fazem o uso da palavra no comitê não fazem, muitas vezes, na plenária por ser um momento que tem muito mais gente, mais visibilidade. Nos comitês, tenho a impressão que mais mulheres falam.

Joísa – Concorde com o que Patrícia falou. Acrescentaria apenas a importância de termos realmente um respeito, de conseguirmos a igualdade no sentido de ter um mesmo número de homens e mulheres. Isso tem que acontecer. Outra questão é a necessidade de uma preparação para as mulheres atuarem a partir de uma abordagem feminista, porque do contrário corremos o risco continuarmos a reproduzir o que está aí. Deveria haver também rotatividade de gênero nas falas Isso permite visibilizar as mulheres. Mas, no fundo, é isso que não querem que aconteça.

Zefinha – Eu me sinto contemplada com a resposta de Joísa. Agora, uma das coisas que me deixam assim muito incomodada e é um ponto para refletirmos quando vamos discutir a nossa participação levando em conta as questões de gênero. Por exemplo, quando surge um tema polêmico na plenária do Conselho, as lideranças dos movimentos chegam junto da gente para fazer a articulação, dizer o que vai se falar, ouvir as nossas opiniões. Aquele monte de homens já saem chamando, às

vezes as próprias mulheres que estão na plenária assistindo – porque muitas vezes eles estão articulando lá do lado de fora - vão chamar os homens para vir dizer quem vai falar e como vai falar. Então eu me sinto incomodada. Outro dia eu disse: olhe gente, pode até ser que eu não fale umas palavras muito bonitas, mas o que eu vou dizer o povo vai entender com as minhas palavras. Eu acho nós mulheres ainda falhamos muito porque além da gente ficar esperando que eles façam fazer a intervenção deles, ficamos pensando que eles são mais qualificado, por isso na hora da articulação a gente termina fortalecendo eles, dizendo que são eles que têm de ir falar na plenária. Nós precisamos mudar isso!

Vocês são mulheres militantes do movimento nacional de reforma urbana, são conselheiras e estão participando do Projeto de Institucionalização da dimensão de gênero no Programa Urbano da Oxfam GB. Este projeto o ajudou vocês na atuação no Conselho Nacional das Cidades?

Joísa – O projeto me ajudou, tem me ajudado totalmente a está tendo uma participação qualificada nos processos do Conselho. A gente ainda enfrenta dificuldades com relação a questão de recursos humanos porque, infelizmente, atuar no Conselho não é nem a terceira atividade, ele é a sexta atividade da minha rotina de trabalho. Então, isso é um aspecto que traz dificuldades. Não é só ter o recurso para as passagens, para viajar, mas é poder é ter a dedicação para realmente responder com a agilidade supostamente masculina que nos é cobrada no Conselho.

Zefinha – O projeto ele trouxe para mim e para a Famcc uma reflexão sobre o que nós mulheres representamos na sociedade, no mundo Foi a partir daqui desse projeto começamos a fazer essa discussão de gênero. Isso me ajudou muito a me assumir como mulher lá dentro do Conselho, a enfrentar todos os preconceitos que tem lá dentro com relação a nós mulheres e me ajudou muito como pessoa, como organização, como mulher para assumir esse desafio. Que não é um desafio fácil de se assumir principalmente, repito, quando a gente vem da origem que eu venho. É diferente.

Patrícia – Está ajudando muito. A gente que trabalha com tantos ideais tem que perceber a nossa própria prática e a nossa própria história. Mudar o mundo não só mudar o mundo lá fora. Mudar o mundo é mudar a realidade de cada um/a. Então eu acho que esse momento, que é um momento de formação, ele consegue clarear nossa visão para entender como avançar. A Entender que para nós mulheres, a luta por um mundo mais justo começa - e todo mundo sabe disso -, em casa, começa muito em casa, essa luta é uma coisa da nossa intimidade e conseguir encarar isso como uma coisa comum, como uma coisa que pode nos unir e nos fortalecer. Então, o projeto nos anima muito, a possibilidade dessa convergência que é muito forte, porque se eu tenho uma história que vem de casa, que vem da minha intimidade isso pode agregar muita força ao movimento. Enxergar isso com mais clareza é ter o potencial de conseguir avançar mais. Também estou aprendendo muito porque a gente vivencia o conflito entre o nosso “eu feminino” e o nosso “eu masculino” cultural, estou aprendendo a me respeitar mais como eu feminino e também a olhar nas mulheres - e nos homens - para entender melhor os mecanismos que condicionam o eu feminino. Eu fico feliz com essa possibilidade, com esse empoderamento.

Para vocês, está valendo a pena ser conselheira?

Joísa – Está valendo a pena ser conselheira sim. O Cearah Periferia tem uma história grande e uma responsabilidade muito grande nos âmbitos local e regional e essa é uma responsabilidade de todas/os que fazem a organização. Eu cheguei ao Conselho das Cidades por causa do nome da minha entidade que carrego comigo. É também uma experiência particular importante, por isso eu agradeço a essa entidade, porém gostaria que ela me desse mais condições de atuar melhor nesse processo. Essa é uma luta que tenho na entidade.

Participar do Conselho das Cidades é uma responsabilidade muito importante na minha vida da qual eu não abro mão, passaria tudo de novo.

Eu agradeço ao Cearah Periferia por ter me dado a oportunidade de chegar onde eu cheguei. Eu quero poder retribuir a ela e a todos/as quem ela serve. Eu quero poder retribuir isso, muitas vezes eu não consigo retribuir devolver essa experiência que eu tenho vivido.

O Conselho tem muitas dificuldades, mas é uma conquista fundamental, a gente não pode abrir mão, não pode! Como mulher, para mim é uma enorme conquista estar lá, poder lutar para conseguir sentar em pé de igualdade com os homens e poder dizer : eu sou conselheira e estou aqui para o que der e vier, para enfrentar o que der e vier!

Patrícia – Com certeza tem valido a pena ser conselheira! Eu acho além dessa questão da retribuição que Joísa apontou, há também uma valorização e um reconhecimento de quem está no trabalho dia a dia, de quem está construindo no dia a dia. Colocar também uma luz, iluminar o trabalho do dia a dia dessas mulheres em relação a reforma urbana. E acredito realmente que eu por ser mulher, por ser mais jovem estou contribuindo para novas praticas na reforma urbana. É uma contribuição que vem de outra geração, eu sou filha de uma geração que construiu o ministério das cidades e tenho muito respeito e alegria por essa história, mas também venho trazendo coisas novas. Eu acho que eu trago um olhar, que é da minha geração. e com ele a nossa crítica e nossa esperança. Eu acho que a nossa contribuição como mulher e, no meu caso, como uma pessoa mais jovem é extremamente estratégica. Tenho colocado muita energia nisso e sei que os desafios são grandes, até mesmo porque no nosso campo existem lógicas de poder e das próprias organizações de construir as coisas que se solidificam e que às vezes não conseguem reconhecer, aglutinar, valorizar coisas diferentes, coisas novas.

Zefinha – Tenho certeza que vale a pena ser conselheira do Conselho das Cidades. Primeiro, porque é uma potência. Quem chega lá para representar uma sociedade, um movimento tem todo um poder que te ajuda a refletir e agir.. Você vai levando uma responsabilidade muito grande, mas também uma reflexão e uma contribuição muito grande de outras pessoas que não podem está lá como você, as pessoas a quem você está lá representando. A outra coisa pela qual vale a pena ser conselheira é saber que eu sou mulher que veio de origem de movimento social, de família pobre, que não tive nem oportunidade quando criança, mas que agora sou uma conselheira, participando de um Conselho que também ajudei a construir. São as propostas da reforma urbana, da instituição do Ministério das Cidades que tiveram uma contribuição do

movimento que participo. Eu conseguir levar essa representação, essa discussão e essa reflexão e depois devolver tudo isso, construir uma reflexão maior.

A gente tem que valorizar muito esse espaço, não só nós mulheres, mas a sociedade, as entidades, os movimentos, nossos parceiros para que o Conselho das Cidades se torne o espaço dos movimentos, da sociedade.

Edição

SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia
Rua Real da Torre, 593 – Madalena – Recife – PE
Tel.: +55 81 3087.2086 / Fax: +55 81 3445.1905
e.mail: sos@soscorpo.org.br
www.soscorpo.org.br

Apoio
Oxfam GB

Impresso no Brasil – fevereiro de 2008